

Pistas para encontrar o paradeiro dos 56 presos políticos «desaparecidos».

TORTURADOS APONTAM SÍTIOS CLANDESTINOS DA REPRESSÃO

Nesta edição, três depoimentos inéditos para ajudar na campanha que o Comitê Brasileiro pela Anistia lançou na semana passada em todo o País.

Pág. 6

Bancários firmes na defesa da jornada de seis horas.

Pág. 8

EM TEMPO:

SEMANÁRIO NACIONAL — Cr\$ 15,00 — ANO 2 — Nº 47 — DE 18 A 24 DE JANEIRO

Se segura, vem aí os meninos do Figueiredo.



O general Figueiredo vai anunciar oficialmente seu «ministério». Éta, turminha da pesada: Dowberri do Couto e Silva, Heitor «Jari» de Aquino, Otávio Medeiros, Mario «Tranza mazônica» Andrezza, Mario «Westinghouse» Simonsen, Eliseu «Tribunal de Contas» Rezende, Petronio «bla-bla-bla» Portela, Delfin «Milagre Brasileiro» Neto. Da esquerda para a direita, esta é a ordem de apenas alguns dos futuros ministros: é o que basta. (Pág. 3)

Mais de 30 implicados no assassinato da menina Araceli



O repórter Carlos Alberto Luppi, que reabriu com suas denúncias um dos maiores escândalos do país, escreve na página 9 e relaciona os milionários, autoridades e funcionários públicos envolvidos neste processo judicial que se arrasta há mais de cinco anos e meio.

Pág. 9

Querem «riscar» a Amazônia do mapa

Em resposta aos contratos de risco bolados pelo governo para a exploração madeireira na Amazônia, a oposição lança uma campanha em todo o país pela preservação ecológica e contra os grandes projetos agropecuários, especialmente aqueles ligados às multinacionais.

Pág. 10

Especial esta semana:

1

Henfil e Laerte retratam em quadrinhos um projeto de estrutura sindical livre

Pág. 5

2

Octávio Ianni mostra as relações entre a ditadura e a agricultura

Pág. 11

3

Paul Singer revive a história do Partido Socialista Brasileiro

Pág. 4

4

Luiz G. Baga Mota ataca a invasão cultural das multinacionais

Pág. 7

5

Entrevista: José Grazziano analisa o que será do campo sob Figueiredo.

Pág. 14

A GRANDE GREVE QUE PAROU O RIO

Pág. 3

Quebra-quebras, piquetes e derrubada de veículos ocorreram em vários pontos da cidade. No primeiro dia, pelo menos onze pessoas foram presas e três feridas nos choques.

A grande greve dos motoristas e cobradores é um sinal do que será o ano de 1979, que começa dando esta expressiva demonstração de que os trabalhadores já não aguentam mais o sufoco de quinze anos de ditadura militar e vão arrancar, aos poucos e na

marra, melhores condições de vida e liberdades democráticas.

Desde 1964, não acontecia coisa semelhante no Rio de Janeiro. Um movimento grevista de trabalhadores parou a cidade, lançando vigorosamente sua justa reivindicação de aumento salarial. Cerca de 95% dos 45 mil empregados do setor de transportes coletivos recusaram a trabalhar e com isso alteraram completamente o ritmo de vida dos seis milhões

de cariocas. Na área do Grande Rio, o transporte por ônibus representa 80% do total de passageiros deslocados diariamente na região e a força da greve repercutiu em praticamente toda a produção.

Como sempre, o Governo ao invés de atender à legítima exigência de um reajuste salarial de 56,5% para os motoristas de ônibus, declarou a greve ilegal e lançou ameaças de represálias, pois o setor de transportes é «atividade essencial» enquadrado no

decretão 1632. A Polícia do Exército ocupou toda a área da Central do Brasil. Fuzileiros Navais, armados de metralhadoras, carabinas, e bombas de gás lacrimogênio tomaram a praça 15 para «organizar» a formação de filas. A imprensa dos patrões fez campanha aberta de terrorismo e disseminação do medo, com objetivo de forçar os assalariados do transporte a voltar ao trabalho, e a cidade «à normalidade».

A operação do Urugai para não libertar Flávia

A operação a que Flávia Schilling foi submetida na semana passada frustrou a expectativa de uma libertação próxima da gáucha presa sob acusação de ter pertencido aos Tupamaros e mantida há oito anos em Montevideu. Seu advogado, Décio Freitas, protestou contra o governo uruguaio e sua decisão de operar Flávia de um tumor no útero. Preocupado e prometendo uma entrevista coletiva onde contará o que sabe sobre o caso, Freitas se limitou a dizer que «infelizmente, ao contrário do que declara o governo uruguaio, é temerário afirmar que a operação tenha se constituído num êxito completo».

relações bilaterais continuam tensas, com os ministros das relações Exteriores trocando notas com textos secos e «deseducados». A própria doença de Flávia tem suscitado muitas dúvidas. A hipótese de que ela estaria grávida, vítima de violências sexuais na prisão, vem sendo levantada e já foi até publicada pelos jornais gaúchos. Seria fundamentada por um trecho de uma das últimas cartas de Flávia a sua família, onde dizia que «meu ventre cresceu a olhos vistos». Ao consul geral do Brasil em Montevideu coube a tarefa de enviar um relatório sobre o estado de saúde de Flávia e, «se possível», visitá-la diariamente. Décio Freitas deu a entender que agora o regime militar uruguaio tem mais um motivo para prolongar o cárcere de Flávia. (Sucursal de Porto Alegre)

Cearenses vão pichar Brasília



Desde o dia 7 que a praia de Abreulândia, em Fortaleza, apareceu com uma mancha de óleo de aproximadamente três quilômetros de extensão, causando a morte de peixe e afugentando pescadores e banhistas. Há poucos dias a Sociedade Cearense de Defesa da Cultura e do Meio Ambiente — SOCEMA — enviou para a Secretaria do Meio Ambiente em Brasília, Sudéc em Fortaleza e para o Comandante da Capitania dos Portos, capitão-de-fragata Mauro Moutinho Carvalho, sacos plásticos contendo uma boa quantidade de piche juntamente com uma carta alertando essas autoridades para o problema que está prejudicando as praias de Fortaleza causado pelo piche.

Indiscriminadamente os navios lavam seus tanques nas proximidades das praias o que vem aumentando consideravelmente a quantidade de piche na orla-marinha, impossibilitando os banhistas de se sentarem na areia. A SOCEMA iniciou uma ampla campanha de protesto convocando os banhistas a recolherem em um saco plástico, distribuído pela entidade, o piche da praia, o que depois seria enviado à Brasília. Agora, com o aparecimento da mancha de óleo que vem causando a morte dos peixes, o Comandante da Capitania dos Portos disse que o «problema de piche na praia pode ser causado pelo fato de existirem muitos lençóis petrolíferos submarinos». Onde é que está a Petrobrás? (Escritório de Fortaleza).

Banco do Brasil, punindo bancários e fazendo ministros.

Enquanto cada um se acomodava em seu ministério é bom lembrar de um ministro estrepente. E ele já estréia no ministério que foi ocupado pelo Sr. Delfim Neto. Todos já devem ter percebido que estamos falando do sr. Carlos Rischbieter. Este andou distribuindo demagogia aí o ano todo: falou que o trabalhador brasileiro é mal remunerado, falou que a Arena (passem!) perdeu eleições mesmo, e principalmente — para os funcionários do Banco do Brasil, onde ele é presidente — falou que não haveria punições aos grevistas. Quem duvidar é só ler os jornais da época.

falou no assunto: só fala agora do ministério, já garantiu. No ministério da Fazenda, portanto, preparem-nos para engolir mais este.

Enquanto isto no Banco do Brasil continua a corrente: depois de assistirmos o escândalo do ex-presidente sr. Angelo Calmon de Sá, protegendo o Grupo Econômico, que vivia de passar cheques sem fundos, recebendo como prêmio o Ministério da Indústria e do Comércio, agora é o sr. Carlos Rischbieter e para o Banco do Brasil um belo presente: o próximo presidente — Sr. Osvaldo Collin — é daqueles que mais usou seu dedo «dito duro» para colaborar no processo de «dimpeza» do banco em 1964, depois de abril, é claro! (Christiane Castro)

O leite das crianças

Em Minas Gerais, os pecuaristas já jogaram nos rios 150 mil litros de leite por dia e agora estão se desfazendo das vacas leiteiras por um terço de seu preço de custo. Pela lógica e pela «lei da oferta e da procura», segundo a qual produto que tem demais no mercado baixa o preço, o leite deveria estar muito barato para o consumidor e sendo consumido por todo mundo.

empresa, Emerson Fittipaldi, para quem o Atalla pagou direitinho e até mandou construir um carrinho novo, o F-6, gastando 5 milhões de cruzeiros, mais festas, coquetel, badalado, etc — meta o pé no acelerador e seja vitorioso na Copa Brasil de Automobilismo, para nossa glória. Se isso não enche a barriga, pelo menos esconde os problemas. (O.G.)

Querem apagar o Lâmpião da Esquina

O jornal Lâmpião está sendo analisado pelos «especialistas da Divisão de Censura do DPF. Os «homens», à pedidos do ministro Falcão, vão dizer que se enquadraram o não o jornal na Lei da Imprensa, acusando-o de «atentatório à moral e aos bons costumes», o que vale dizer, está preparando o fechamento do mesmo Lâmpião, ao se propor abordar a questão sexual e do prazer, bem como ser um canal de expressão dos homossexuais que se apresentam não como o sistema quer, é um real e verdadeiro perigo para pessoas que se apresentam como muito seguras. E aquela história de cantar de galo, com medo de botar ovo, então é só bicada e «penada» pra todo lado. (O.G.)

Mas na hora da gente comprar, se vê que não é nada disso. O leite está barato apenas para ser comprado do produtor e não para ser vendido ao consumidor. Ou seja, a grana cresce no bolso, do intermediário.

A epidemia da doença de Chagas

Chagas Freitas, voltando dos Estados Unidos, disse que sua equipe de governo já está formada. Só não foi divulgada ainda porque ele está esperando o general Figueiredo divulgar a dele, pois pode haver alterações dependendo da composição do segundo escalão do governo federal.

A hora da Arena

Ter um deputado estadual contrabandista de relógio, é mais uma das façanhas do, agora, 2º maior partido do Ocidente. Ele acaba de se eleger como um dos mais votados no Ceará e se chama Carlos Cruz. Já foi julgado e deveria tomar café na cadeia durante um ano... mas era réu primário e por não ter se metido nessa de se opor politicamente ao governo e ser condenado pela Lei de Segurança, pode circular livremente e até vir deputado. Agora com imunidades parlamentares e outras regalias, S. Excia. vai passar o seu precioso tempo na Assembleia. (O.G.)

Conclusão que a gente chega é que a beleza de modelo econômico do regime conseguiu avacalhar até a lei da oferta e da procura. (Rezende Valadares Netto)

A tropa está unida

Unidade mesmo tem a tropa do batalhão da Marinha da Força de Fuzileiros da Esquadra. Desde o ano de 1973, vinham recebendo mais que o salário normal, devido uma tramóia contábil do soldado Daniel da Silva Barros e do cabo Antonio Souto Malé. Esse acréscimo no salário chegou a quase 2 milhões e meio e eram beneficiados com esse «adicional», 99 militares. Deles só os dois citados estão presos e os restantes aguardam no posto e cumprindo seus deveres, a solução do inquérito que corre na 1ª Auditoria da Marinha do Rio de Janeiro. Quando «descobriram o erro», demonstrando coesão e unidade, os 97 afirmaram para o juiz que foram logo reclamar com os dois responsáveis pela folha de pagamento que, sendo muito relapsos... insistiram em continuar errando, pagando a mais para todo mundo. (O.G.)

Chagas Freitas é mais que um simples assistente, é mais que um situacionista, é mesmo uma chaga, a pior do MDB, e se não for extirpada pode comprometer, espalhar seus germes chagásicos por toda essa mamambeira frente (que continua a reboque) de oposições. (RVN)

A Fórmula-1 do patrão Atalla

Atalla, o dono da Coopersucar, não pagou o 13º dos 10.000 trabalhadores da empresa em Porecatú no Paraná. O ministro do trabalho Arnaldo Prieto, posando de homem justo, foi taxativo: dava um prazo de 3 meses para que o patrão pagasse os atrasados. O que devem fazer os trabalhadores nesse tempo todo para sobreviverem??? Talvez o ministro espere que tenham fé, esperança, paciência e que torçam para que o garoto propaganda da

Hospital das Clínicas: cara-de-pau na repressão.

Para demonstrar mais uma vez que a incompetência e autoritarismo é um fenômeno nacional, a direção do Hospital das Clínicas de São Paulo insiste em reprimir e intimidar seus empregados.

Um hospital importantíssimo, que é na verdade uma das únicas entidades que possibilita um atendimento mais especializado aos operários e subempregados na capital paulista, tem um déficit de pessoal de 51%, segundo o próprio governo. Além de estarem trabalhando por dois e sem recursos materiais, os trabalhadores que deflagaram uma greve no ano passado são agora intimi-

Prefeitura depreda circo em São Paulo

No último dia 2, funcionários da Prefeitura Municipal de São Paulo arrombaram portas, quebraram arquibancadas e destruíram mais da metade do palco-picadeiro do Circo dos Bancários, local utilizado para ensaios e apresentações de vários grupos de arte popular e pelo TESP — Teatro do Sindicato dos Bancários de São Paulo que apresentava desde maio de 1978 a peça «O Evangelho Segundo Zebedeu» de César Vieira.

destruição, numa tentativa de impedir que se continue produzindo um teatro voltado para os reais interesses populares... Para garantir que isso não se repita, convocamos toda a população e suas entidades representativas para assistirem a apresentação de diversos espetáculos de teatro, música e cinema, no Circo dos Bancários, apesar das condições precárias em que se encontra... O documento continua: «... Produzir um teatro voltado para os reais interesses do povo não se resume à diversão. Tem a função de proporcionar ao público que o assiste uma reflexão sobre a realidade. Certamente, este tipo de preocupação que vem caracterizando o trabalho de inúmeros grupos, não se coaduna com a tônica estrutural vigente».

O violento ato de vandalismo teve como imediata reação um Comunicado à Imprensa por parte do Sindicato dos Bancários de São Paulo, entidades que construíram o Circo dos Bancários. Por outro lado um documento assinado por mais de noventa entidades se solidarizavam com os grupos diretamente atingidos. Esse documento convocou a população e entidades para uma «noite de desagravos», que se realizou dia 6, sábado, dentro dos escombros do circo: «... Repudiamos veementemente mais esse ato arbitrário que cerceia a diversão e a produção cultural, através da

Da noite de solidariedade, sem dúvida, ficou o consenso sobre a frase do personagem Pageu, do «Evangelho Segundo Zebedeu» — «SOU QUE NEM SOCA DE CANA, ME CORTEM QUE EU NASÇO SEMPRE». (João Pilha).

No sul a criançada não brinca em serviço



«Para cada burguês que muito come tem dez crianças passando fome», dizia uma das faixas levadas por 40 crianças da vila Guarani ao prefeito Eugênio Ritzel, da cidade industrial de Novo Hamburgo, na região metropolitana da Grande Porto Alegre. Iniciando o Ano Internacional da Criança a sua maneira, as crianças apresentam ao prefeito cinco reivindicações, assinadas por 68 delas, sendo a mais importante a transformação do beco da rua do Portão em área de lazer, única que ficou com promessa de solução. As outras são ampliação da creche Pequeno Polegar, utilização de melhores alimentos para a merenda escolar da escola municipal São João, a construção de uma calçada na curva da rua Araújo e atendimento para as crianças que moram nas sub-habitacões instaladas a margem da rodovia RS-239.

Comércio do RS e agora deputado federal Cláudio Strassburger, conhecido por suas sandálias «Franciscano» e abuso do poder econômico durante as últimas eleições. Os líderes do movimento, os irmãos Mauricio, Fernando, Tania e Marina Paz e mais Neide Blum afirmaram que esta foi a primeira atividade deste ano, deixando claro que retornarão ao gabinete de Ritzel este ano com novos pedidos. A ideia de um movimento permanente em defesa dos interesses das crianças da vila surgiu, explica, a exemplo da associação de bairro que seus pais participam. Como a vila Guarani tem as mesmas carências de uma vila operária, brasileira, muita coisa essa gente pequena terá de fazer no «seu ano». E sua atividade, junto a outras, servirá para desmistificar o «poderoso industrial Strassburger, que usou até seus operários num jingle da sua campanha. Aquele que dizia assim: «Uma grande família de quatro mil operários». (Sucursal de Porto Alegre).

Barra-pesada na barragem do Vale do Açú

A angústia pelo futuro incerto, o temor pelo que virá, marcam o clima atualmente dominante entre os agricultores sem terra, arrendatários e meeiros do Vale do Açú, no Rio Grande do Norte. O projeto da «Barragem Eng. Armando Gonçalves», que o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) — pretende ali implantar dentro de poucos dias.

é a situação dos trabalhadores «de aluguel» (assalariados) do Açú, que têm a menos um local de moradia na área e que não sabem para onde ir depois da expulsão provocada pela barragem. O projeto — após sua implantação — prevê beneficiar apenas 12.232 pessoas mas só na faixa Açú-Carnaubais sobreviverá hoje mais de 50 mil pessoas. Haverá, portanto, um deslocamento em massa da população, numa área onde o trabalho é tão difícil quanto o pão.

E a apreensão dos trabalhadores da região já se transforma em protesto. No último domingo, cerca de 200 agricultores se reuniram numa assembléia convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Açú, levantando seus problemas e discutiram o que fazer. O problema mais enfocado foi o baixo preço que o DNOCS iria pagar pelas terras desapropriadas para dar lugar à barragem, além da preocupação de que não seja paga qualquer indenização. Por conta disso, 15 pequenos proprietários já entraram na Justiça com uma ação popular exigindo o arquivamento do projeto.

O protesto dos agricultores se baseia não apenas na ameaça do presente, mas também na experiência do passado: — há 25 anos foi construída ali perto o açude de «Pataxós», e até hoje nenhum dos ex-proprietários da zona dessa propriedade foram indenizados; — o mesmo DNOCS construiu ali o açude «Mendubins», para irrigar as terras próximas, mas até hoje nenhum pequeno agricultor pôde utilizar um litro das águas do açude em suas plantações. Enfim, a vida ensina. (Manoel Baptista de Natal).

PRESENTE E PASSADO Contudo, mais grave ainda

Mais uma vez meteram a mão num sindicato

No Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, onde a Oposição Sindical já foi fraudada em duas eleições consecutivas, em março e dezembro do ano passado, acaba de consumar-se mais uma intervenção. Por determinação do Delegado Regional do Trabalho, três membros da antiga diretoria, dois dos quais integrantes da Chapa 1, amplamente derrotada no pleito, foram investidos nos cargos de presidente, vice-presidente e tesoureiro da entidade. Sua atribuição será a de convocar novas eleições, 90 dias depois

da publicação do ofício em que as últimas são dadas como anuladas. Só que Luiz Carlos de Brito, o Delegado do Trabalho, não parece ter pressa com isso: até hoje o ofício não apareceu! Porta-vozes da Oposição consideram que a anulação das eleições de dezembro demonstram que a estrutura sindical brasileira é contrária aos interesses da categoria, visando esvaziar todo o trabalho da Oposição. O objetivo da anulação é levar a categoria a não acreditar em suas próprias forças.

Erasmus Dias: Cria fama e deita-te na lama.



O secretário da Segurança de São Paulo, coronel-deputado Antonio Erasmus Dias, que está processando o jornal «Repórter» sob a alegação de ter sido difamado em uma matéria onde é citado como elo de ligação numa trama de grupos militares que resultou na explosão de uma bomba no saguão do jornal «O Estado de São Paulo», em abril de 68, vai ganhar também, de troco, um processo. O «Repórter» vai contra-atacar, pois a única declaração que o coronel Erasmus Dias deu a respeito de dita matéria foi de que se recusava a comentar um «panfleto comunistóide», o que, segundo os editores do «Repórter», depõe contra a imagem do jornal.

E o «ocultado» do coronel não conta com o apoio nem dos delegados de polícia do estado, que na assembléia da semana passada da campanha salarial, aprovaram por aclamação um «voto de confiança» sobre a conduta do sr. Antonio Erasmus Dias, que se revelou um infiel procurador em defesa de tão justa causa», causando ao coronel a procuração que sob o seu comando, participaram da invasão da PUC, em outubro de 77, onde cinco estudantes ficaram gravemente feridas, com queimaduras provocadas pelas «bombinhas» do coronel, afinal todos estes fatos contribuíram muito para a difamação do secretário da segurança pública (S.A.)



CONSELHO EDITORIAL E ADMINISTRATIVO: Aluisio Marques, Alvaro Caldas, Antonio Carlos Carvalho, Antonio de Pádua Prado Jr., Antonio Sérgio de Souza, Carlos Tibúrcio, Cláudio Câmara, Emiliano José, João Batista Mares Guia, Jorge Baptista, Marcelo Beraba, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, Raul Anglada Pont, Robinson Ayres, Tibério Canuto, Fausto Brito (Conselheiro-Presidente). Suplentes: Flávia Andrade, Antonio Espinosa, Eduardo Fernandes, Flaminio Fantini.

ro, Altair Moré, Cecília Tompson, Cleide Ono, Eliezer Rizzo de Oliveira, José Sérgio, Lana, Marinete Oliveira, Olga Maria Matos, Sabrina Rios, Virginia Pinheiro. Suplemento Cultural: Flávio Aguiar (coordenador), Antonio Espinosa, Nimar Santos, Maria Moraes, Maria Rita Kehl, A. A. Amorim. Arte: Sérgio L. Papi (diagramação), Betc Maringoni, Duto Bicalho, Sian, Martinez (ilustração), Ennio Baccus Jr., Jesus Carlos, João Roberto Martins, Niels Andreas (foto), Arquêolo e Pesquisa: Antonio Alfredo S. Nunes, Moura Marinho (foto), Josephine Ghetti, Maria Martins, Maria Quirina, Westre Pradi, Valdeir Amorim. Revisão: Alfredo Maria Camillo de Souza, Tomé SUCURSAIS: Belo Horizonte (R. Bernardo de Guimarães, 1884): Alberto (parte) (chele da sucursal), Edgar da Mata-Machado, Ernesto Passos, Fernando Miranda, Lúcio Santos, Márcio Tindade, Maurício Godinho, Paula Régis, Paulo Vilar, Ricardo Rabelo, Sérgio Asaphan (tradução), Matéria Araujo (administração). Porto Alegre (Av. Osvaldo Cruz, 1407 — loja 20): Ana Barros Pinto, Carlos Avelino, Gerson Schirmer, Letícia Meneses, Sosa (redação), Adão Capa, Cláudio Almeida

Flávio Siqueira, João Rodrigues Soares, Luis Alberto Rodrigues, Lucy Ayala, Paul Port. Recife: Antonio Sérgio de Souza, Cecy Prestello, Orlando Mindelo, (coordenação), Fred Marinho, Paulo Santos, Rebecca Scattrut, Alzira Medeiros, Eliane Veicou, Hilton Almeida, Marina Lima, Maria Everaldo, Paulo Magalhães, Riva M. Nogueira (administração). Rio de Janeiro (R. da Lapa, 100 — sala 408): Adauto Neves, Alan Albuquerque, Antonio José Mendes, Bernardo Karar, Carlos Albariz Bahia, Cláudio Câmara, Cláudio Cardoso, Clotilde Hasselmann, Fernanda Coelho, Jamir de Mendonça, Jorge Ricardo Gonçalves, Luis Meirelles, Lígia Bahia, Luis Antonio de Aguiar, Luis Arnaldo Dias Campos, Marcelo Beraba, Marcon Aarão Reis, Margarida Autran, Maria Helena Malta, Olga de Assis, Olga D'Arc Câmara, Orlando Guilhon Braga, Regina Mana Braga, Ricardo Lessa, Sérgio Sbragia, Sueli Caldas Salvador (Av. Sete de Setembro, 202 — sala 501): Adelfo Oliveira, João Henrique, Antonio Dias, Emiliano José, Dalton Guimarães, Oldack Miranda, Lígia Maria. ESCRITÓRIOS: Aracaju: (SE): David Dantas. Campinas: (SP): Flaminio Barros.

Fortaleza (CE): Fausto Aguiar (coordenação), Gerardo de Paula, Rogério Araújo (redação), Daniel Santos José Saravá Jr., Vinício de Araújo, (administração) e distribuição. João Pessoa (PB): Aurelio Aquino, Geraldo de Araújo, Manoel Campes, Hilda (Riz), Cibero Correia, Francisco de Assis. ADMINISTRAÇÃO (São Paulo): Aníto F. Pennero, Aparecida Barbosa da Silva, Elvira Oliveira, João Carlos, (coordenação) e administração. Assessoria Jurídica: Luiz Eduardo Greenhaigt, Flávio de Assis, Flaminio Fantini, (São Paulo), Arnaldo Barbosa (Belo Horizonte), Adelfo Oliveira (Salvador). Diretor-Responsável: Robinson Ayres. EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte S/A — Rua Bernardo de Guimarães, 884 — Lourdes (Belo Horizonte). Redação: Rua Mateus Grou, 57 — Pinheiros (São Paulo) — CEP. 05415 — Telefones: 280-4759 e 853-6680. Distribuidores: Diários Associados e Super Bancas. Composto e impresso nas oficinas dos Diários Associados, Rua sete de Abril, 390, São Paulo, S.P.

Assine EM TEMPO:
Nome Profissão
Idade Endereço
Bairro Fone Cidade
Estado CEP End. Comercial
Horário Fone Estou en...ando o cheque n°
do Banco em nome da Editora. Aparte S/A
Rua Bernardo Guimarães, 884. Lourdes. Belo Horizonte (MG) CEP 30.000.
Em São Paulo, Rua Matheus Grou, 57, Pinheiros, São Paulo. (SP)
CEP 05415, fone 853-6680
Anual: Cr\$ 600,00
Semestral: Cr\$ 350,00
Exterior
Anual: US\$ 90,00
Semestral: US\$ 50,00

EM TEMPO:

Irmãos Metralha atacam outra vez

Figueiredo vai anunciar oficialmente seu ministério: Golbery do Couto e Silva, Heitor «Jari» de Aquino, Mario «Westinghouse» Simonsen, Delfim «Milagre Brasileiro» Netto, Eliseu «Tribunal de Contas» Rezende, Mário «Transamazônica» Andreazza, Karlos «Philip Morris» Rischbieter, e Petrônio «Bla-bla-bla» Portela, isso só para ficar nos mais notáveis. É fantástico...

Por Tom Duarte

Trabalhadores do Brasil, cuidado: os Metralhas estão atacando novamente, seus corações e mentes funcionam a todo o vapor, arquitetando mais alguns de seus diabólicos planos. Patópolis dorme tranquila, mas o Brasil, a esta altura não pois tudo não passaria de motivo para divertimento e riso, comum a todos os que, há anos, acompanham as aventuras da sinistra, hilariante e desastrosa quadrilha idealizada por Walt Disney para atormentar a vida do quaquibilliano Rio Patinhas, se a ameaça, no caso, não fosse rigorosamente verdadeira, real e presente.

Trabalhadores do Brasil, atenção: neste momento, protegidos pelo segredo de seus gabinetes mantidos inacessíveis pelos rigorosos esquemas de segurança e pelo esplêndido isolamento do Planalto, Golbery «dow chemical» do Couto e Silva, Heitor «Jari» de Aquino, Mário Henrique «Westinghouse» Simonsen, Delfim «Milagre Brasileiro» Netto, Eliseu «Tribunal de Contas» Rezende, Mário David «Ponte-Rio-Niterói» Andreazza, Karlos «Philip Morris» Rischbieter e Petrônio «Bla, bla, bla» Portela certamente estão tramando muito. São os Metralhas do ministério que o general Figueiredo deverá anunciar oficialmente nos próximos dias, encarregados de administrar, por delegação do dono do «Complexo» alguns dos postos mais importantes do país.

Trabalhadores do Brasil, Olho neles: os Metralhas tupiniquins apenas na aparência malencarada e intimidadora se assemelham às das estorinhas infantis. Pois eles estão justamente aí para continuar explorando as riquezas do país, aumentar a miséria de sua população, em benefício dos Patinhas nacionais e estrangeiros que os mantêm a soldo.

Nada mudou

Eles não fazem rir, muito ao contrário. Eles não são desastrados, são competetíssimos. Alternando-se durante os vários governos «revolucionários», servindo fielmente ao grande capital financeiro internacional e seus associados internos, gerando os magníficos lucros que transformaram o Brasil no paraíso das multinacionais, como não vacilou em afirmar há alguns anos o presidente da Volkswagen, têm os seus méritos reconhecidos. Continuando uns, remanescentes do governo Geisel, voltando outros depois de um período no «limbo» das incompreensões revolucionárias, e-los todos reunidos. E não há como negar. Figueiredo soube escolher a dedo, conseguiu reunir a fina flor da malandragem, oficial, na expressão de Chico Buarque, a nata da picaretagem de alto rangor, enfim os que, «primi inter pares» mais conseguiram se destacar. Pena como lamenta o «Estadão», que faltou Roberto Campos.

Ala a turma estaria completa, inegavelmente trata-se de uma grande injustiça o que fizeram com nosso embaixador em Londres. Enfim, pobres mortais, jamais conseguiremos entender suficientemente os humores do Olimpo. Mas que ele merecia uma vaguinha no time, perdão, na quadrilha dos Metralha, lá isso ele merecia.

Mas o certo é que praticamente nada mudou. Os nomes de sempre estão em evidência novamente. Para os intérpretes da política nacional o novo ministério é caracterizado como o da «conciliação revolucionária», ao juntar, numa mesma equipe, os membros mais preeminentes do governo Geisel e do seu antecessor, Garrastazu Médici, ou seja, as duas grandes correntes em que se dividem os proprietários da «Revolução de 1964» (com essa gente, o mais certo é chamar-se ministério da corrupção revolucionária. Evidentemente, há ainda os «frotistas» que devem ser ganhos com o correr dos tempos, numa política de acomodamento a longo prazo, e propiciada pelas concessões de parte a parte, possível de serem implementadas via uma adequada distribuição das benesses nos escalões governamentais e nos postos no interior das Forças Armadas.

No meio do caminho, é verdade, alguns setores que apoiaram o golpe foram se desgarrando

e hoje estão praticamente perdidos para o projeto de «Conciliação revolucionária», como os notórios casos do general Hugo Abreu, no Exército e do ex-ministro Severo Gomes, no empresariado, ambos transformados hoje em ardentes «democratas».

Mas, também, não se pode contentar a todo mundo.

Previsão

Não é preciso ser profeta para se prever o que o «timão» (perdão, torcida corintiana), vai querer fazer. Os contratos de riscos já foram assinados na área petrolífera, a Light já foi comprada? Pois agora, dê-lhe contratos de riscos florestais, na Amazônia (risco apenas de atrair gente demais para se beneficiar da mamata), dê-lhe privatização das empresas estatais, medida a que o próprio general Figueiredo já afirmou ser favorável. E que pode bem começar pela Petrobrás: afinal, Shigeaki Ueki, o que comprou o bonde dos canadenses, não está cotidissimamente para a Petrobrás? Certamente, vai aplicar com afinco e dedicação os conhecimentos adquiridos no Ministério das Minas e Energia.

Delfim, o do «Milagre», na Agricultura? É mais do que certo que as vacas vão continuar magras, como justamente temem os pecuaristas que já sentiram na «carne» (com trocadilho) o carinho que ele tinha para com o setor, quando ministro da Fazenda. E, na certa, ele vai aplicar

no setor o célebre, exportar é o que importa, que tem caracterizado o modelo econômico: dê-lhe soja, dê-lhe produtos de comercialização no mercado internacional. E de quebra, menos feijão e menos produtos de consumo interno à disposição do trabalhador (por mais que se anuncie uma política de subsídios aos bens alimentícios). E, para quem foi o «país» do modelo, baseado na concentração e penetração do capital financeiro internacional na economia, nada mais provável do que uma aceleração da penetração desses mesmos capitais no campo e o incentivo às grandes empresas agrícolas, em detrimento do pequeno produtor.

Andreazza, no Ministério do Interior? Suruis, Xavantes, Gorotis, que se cuidem, como já alertou o secretário geral do Centro Indígena Missionário (CIMI). Suas reservas mais do que nunca estão ameaçadas, as grandes empresas a que o ministro está ligado, precisam de terras. E se depender dele e de seu colega Eliseu Resende, nos Transportes, é bem possível que em breve tenhamos a abertura de um grande canal, ligando a baía Amazônica ao Nordeste, para irrigar as terras dessa ressecada região.

O banqueiro Macedo no Trabalho, o banqueiro Simonsen no Planejamento e o banqueiro Rischbieter na Fazenda? Dê-lhe monetarismo à vontade, dê-lhe minirrecursos, dê-lhe lucros gordos para o setor financeiro, dê-lhe arrocho salarial para os trabalhadores.



Definitivo: este realmente não é um país sério.

Golbery na Casa Civil? Longa vida para a Dow Chemical e para Ralph Rosenberg, o do polo petroquímico de Camaçari.

E a lista de previsões seria interminável. Como o crescimento ainda mostra os favores ao grupo Jari, tão bem representado pelo «professores» (que nunca deu aula) Heitor de Aquino. Ou a continuação da enrolação nacional, capitaneada pelo inefável Petrônio Portela, agora, guiado ao Ministério da Justiça. Etc. Etc. Etc.

E agora seu Thales?

Ninguém, na verdade, tinha alguma ilusão com esse Ministério. Mas, na certa, o doutor Thales Ramalho, o profissional da política, deve ter ficado desapontado. Pois não soudeu, se ofereceu, flertou e sorriu amavelmente para Figueiredo, Portela e Companhia, à espera de um bom carguinho no ministério, em nome da conciliação nacional (para não sermos injustos, o doutor Tancredo Neves bem que estava a fim, também?).

Mas, não se desespere, seu Thales, que a porta do Planalto não está totalmente fechada. O general Figueiredo diz mesmo que vai abrir a porta, mesmo que tenha que ser na marra. No

futuro, se a coisa ficar preta, o senhor certamente será chamado. Por enquanto a conciliação é revolucionária. A «nacional», como Vossa Excelência almeja deve vir depois.

Agora, é ficar esperando para ver que bicho vai dar. Os Metralhas estão aí, prontos para entrar em ação (ou continuar, conforme o caso). É verdade, que as coisas não deverão ser muito fáceis, no futuro. O Brasil que os aguarda já não é o mesmo de antigamente. Não é mais o imenso curral, passivo, de anos atrás. Os trabalhadores estão despertando, como já mostraram suficientemente no ano passado, e com eles camadas cada vez mais amplas da população.

E não vai ficar parados, deixando a turminha da pesada agir impunemente, ninguém está a fim de entregar o ouro pros bandidos, assim no mais. Como já reconheceu o próprio Mário «Westinghouse» Simonsen: «quero ver alguém repetir o milagre, (com imprensa livre e atuante e sem o AI-5. Isto é, está cada vez mais difícil, dado ao espaço que as forças populares já conseguiram, e devem ampliar, se repetir, na maciata, todas as falcatruas do passado. Se as moscas continuarem as mesmas, o resto está mudando.

Conheça a turminha da pesada

(só os mais importantes, porque, como diz Alberto Roberto, o resto é figuração)

celo de Alencar chegou, mesmo, a adquirir o jornal carioca «Correio da Manhã», com esse objetivo

Mário Henrique Simonsen (Planejamento)

Conforme denunciamos já na nossa edição nº 27, é acusado de favorecer às empresas multinacionais, particularmente a empresa Westinghouse. Segundo a denúncia, que reproduz acusação do empresário Kurt Mirow, autor do livro «A ditadura dos Cartéis», a empresa norte americana, re-plantada no Brasil, pela «Cobrel-Maqiup S.A. Comercio e Indústria», empresa do grupo Boziano Simonsen, vendeu para o Metrô de São Paulo, sem concorrência, equipamentos no valor de 45 milhões de dólares. Além disso, a associação Westinghouse/Boziano Simonsen é acusada de se haver apropriado, sem o pagamento de «know how», de um sistema de segurança de freios desenvolvido pelos técnicos do Metrô e da empresa nacional IGB-Control, do grupo Gradiente.

Membro da Consultec, famosa empresa de advocacia administrativa (ou tráfico de influência, como quiserem) responsável pelo fornecimento de muitos «quadros» para o regime (Roberto Campos, Alexandre Kafka, José Garrido Torres, entre outros), Simonsen foi durante anos assessor da Confederação Nacional da Indústria, redator do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG) de triste memória, durante o governo Castello Branco. Foi funcionário, também, da Companhia de Cigarros Souza Cruz (British And American Tobacco) a quem é acusado de favorecer mediante alterações na sistemática de recolhimento do Produto sobre Produções Industrializadas (IPI).

Golbery do Couto e Silva (Casa Civil)

O general do Silêncio. No final do governo Castello Branco estava desempregado, contando apenas com seu soldo de general da reserva. Foi então nomeado ministro do Tribunal de Contas, onde ficou pouco tempo, com a finalidade de engordar sua aposentadoria. Por intervenção do general Geisel foi indicado para a Presidência da Dow Chemical, empresa que o considera um grande patriota (não se sabe de que pátria estão falando). Recentemente foi acusado pelo general Hugo Abreu de favorecer essa multinacional, desde seu posto na Chefia da Casa Civil (fala-se de seu envolvimento no escândalo do Polo Petroquímico de Camaçari e na mudança da legislação para permitir que a efetivas importações irregulares de matérias primas a preços super fatuados). Ideólogo da Escola Superior de Guerra, montou o Serviço Nacional de Informações, durante o governo Castello Branco, jactando-se de ser um dos homens melhor informados do país (deve saber em primeira mão dos escândalos Luffalla, Atala Lume, Banco Econômico e Light, onde teve participação ativa).

Murilo Macedo (Trabalho)

Banqueiro, foi presidente do Banco do Estado de São Paulo. Se for coerente com sua atuação no BANESPA, pode-se prever o que será sua gestão no Ministério do Trabalho. Segundo dirigentes sindicais, foi sistematicamente um empresário intransigente, negando-se ao diálogo com seus funcionários e com o sindicato dos bancários. Introduziu um novo regulamento do Pessoal, no Banespa, que reduziu em prejuízo dos funcionários. Congelou as promoções, que passaram a ser feitas apenas por indicação das chefias (como ocorre na Petrobrás), extinguindo os antigos critérios de merecimento e tempo de serviço. Ainda no Banespa, criou a categoria de auxiliar de escrita não prevista nos estatutos do Banco. Esses auxiliares, que executam o mesmo trabalho dos escrivães, tem, no entanto, um salário menor.

Recentemente, antes de figurar como cogitado para o Ministério seu nome apareceu nos jornais ao sofrer um desastre de avião, no aeroporto de Congonhas. O acidente fez transpirar uma sigilosa missão de Macedo, que ia a Brasília interceder, junto ao governo federal, em favor do usineiro Wolney Atalla (proprietário do avião acidentado) cujas empresas atravessavam séria crise financeira. Atalla, segundo dados disponíveis, recebeu grandes financiamentos do Banespa, banco que está vinculado a Macedo, devido à sua condição atual de secretário da Fazenda do Estado de São Paulo.

Heitor de Aquino (Secretaria Geral da Presidência)

Antigo empregado do empresário norte-americano Daniel Ludwig, proprietário do projeto Jari, a quem tem sido acusado de continuar favorecendo através de sua função de secretário especial da presidência da República (lembre-se que Ludwig recebeu, recentemente, um importante empréstimo do governo federal). Um dos mentores do grupo palaciano, aliado de Golbery, vai ocupar uma Secretaria Geral de Governo, especialmente criada para ele. É major reformado do Exército. Pergunta-se: se a Carminha e o Joffre da novela Danzing Days não puderam mais continuar usando seus títulos de fisioterapia e relações públicas, por não terem se formado nessas profissões, como é que Aquino, sem jamais ter dado uma aula sequer, pode usar o título de professor?

Karlos Rischbieter (Fazenda)

Um dos «boys» de Nei Braga, que o trouxe do Paraná Dirizua a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil (e no 19º andar da sede do Banco que Figueiredo instalou seu escritório). É ligado ao grupo multinacional Philip Morris, onde atuou como membro do Conselho Administrativo, favorecido por ele quando ocupava a presidência do Banco de Desenvolvimento do Paraná.

Petrônio Portela (Justiça)

Ex-governador do Piauí em 1964 quando teria se manifes-

tado contra o golpe militar. Poucado, recuou-se lentamente, passando a participar da equipe do ex-presidente do Senado e presidente da Arena. Filinto Müller, sucedendo-o na presidência do partido. Foi o encarregado da «enrolação nacional» pelo general Geisel, recolhendo «subsídios» nos diversos setores sociais para as reformas políticas. Como prêmio, fica com o Ministério da Justiça, além de ter feito um irmão, governador «bônico» do Piauí.

Delfim Neto (Agricultura)

Pai do milagre econômico brasileiro, adepto fervoroso da penetração dos grupos internacionais e do AI-5 que lhe permitiu dirigir, por decreto, a economia do País. Apoiado por importantes segmentos do empresariado paulista, foi preterido por duas vezes em suas pretensões de se transformar em governador do Estado. Foi contemplado com um «exílio dourado» na embaixada brasileira em Paris. Lá segundo um relatório elaborado pelo então adido militar coronel Saravia, Delfim teria recebido propinas no valor de seis milhões de dólares, depositados na Suíça por um assessor, Carlos Alberto de Andrade.

É responsável por um dos maiores roubos da história do Brasil — referente aos índices de reajustamento dos salários de 1973, mais de 17% informados ao aumento do custo de vida. Detestado pelos empresários agropecuaristas, que não lhe perdoam o confisco de 500 dólares por tonelada nas exportações de carne, o pagamento de preços baixos pelos produtos agrícolas, conseguiu reunir quase que a total unanimidade do setor contra sua indicação para o ministério da Agricultura.

João Camilo Pena (Comércio e Indústria)

Empresário, secretário de Estado em Minas Gerais. Figura apagada, é conhecido em seu Estado pelo apelido de «João Mentira».

Ramiro Guerreiro (Relações Exteriores)

Indicado após uma verdadeira briga de força envolvendo o chanceler Azeredo da Silveira e o embaixador Roberto Campos, também candidato ao posto. Teve um começo de carreira muito significativo, na função pública, onde iniciou como delegado de Polícia, no Rio de Janeiro. Esses conhecimentos foram aproveitados, certamente, quando exulou da embaixada em Paris, uma delegação de personalidades, entre elas o prêmio Nobel de Física, Alfred Kastler, que pretendia entregar-lhe um manifesto em favor dos presos políticos no Brasil.

General Otávio Aguiar de Medeiros (Casa Militar)

O atual chefe do SNI e tutor chefe da Casa Militar foi apontado em reportagem do jornal «De Fato», de Belo Horizonte (número 24 de julho de 1978) como responsável por torturas impostas a presos políticos envolvidos em inquérito policial-militar por ele presidido, durante interrogatórios realizados numa sala do CPOR.

Greve dos assalariados no transporte E o Rio parou mesmo.

O governo botou as tropas na rua para estancar a greve que voltou a parar uma capital, depois de muito tempo. Enquanto a classe média se apavorava com a idéia de que o «caos pré-64» fosse revivido, os trabalhadores e moradores dos bairros de periferia se solidarizavam com o justo movimento salarial dos motoristas, cobradores e fiscais de ônibus.

Por Marcelo Beraba

É meia noite, de segunda-feira no Rio, a greve atinge pela primeira vez nestes últimos anos o conjunto da população. Cerca de 25 mil motoristas, cobradores e fiscais de ônibus parados. Milhões de passageiros sem condução. O comércio cai 50%. A resposta das autoridades das legítimas reivindicações dos motoristas foi a mesma de sempre: porras, prisões, tiros e intimidações.

Na zona sul da cidade, nos bairros mais conservadores, os moradores que têm condução própria não foram prejudicados pelo movimento, mas foram os que mais reclamaram, acenando com o fantasma das balbúrdias de 1963/64, ajudando a criar um clima de terror que só interessa ao governo e aos empresários. Nos subúrbios e principalmente nos bairros afastados da periferia, no entanto, onde a população foi afetada e não pôde subir para trabalhar, a situação foi bem diferente e a solidariedade ao movimento se fez presente de várias formas. Inclusive apedrejando ônibus da CTC que insistiam em substituir os ônibus parados. Esta solidariedade mostrou claramente o sufoco que a população trabalhadora vive.

É impossível se pensar na greve de terça-feira sem relacioná-la com os baixos salários, tanto dos motoristas e cobradores, quanto do resto — da maior parte da população; sem relacioná-la com o sistema de transporte elitista e irracional que privilegia os ricos e os que já moram bem; sem relacioná-la, por fim, com a política de concentração de renda, de financiamento de casas de luxo, de prestações de serviços públicos apenas às áreas já bem servidas. A greve que estourou na terça-feira, à revelia do sindicato, estava sendo preparada há 18 meses. Em fins de 1977 os motoristas e cobradores do Rio ameaçaram parar pelas mesmas reivindicações de hoje. Na época optaram pela operação tartaruga. Seus problemas, no entanto, não foram solucionados.

Os motoristas ganham hoje Cr\$120,00 por dia, ou seja, Cr\$3.790,00 por mês. São todos obrigados a trabalhar entre 12 e 14 horas por dia para tirar no fim do mês, um salário que dificilmente chega aos cinco mil cruzeiros. Soma-se a isso as condições de trabalho. Ônibus velhos, motor na frente, calor insuportável, trânsito infernal

e uma série de medidas repressoras e ilegais das empresas com descontos salariais para os que chegam fora do horário — seja antes ou depois — e por avarias nos veículos. Depois de um ano permanência inalterado em sua principal reivindicação, equiparação salarial dos motoristas rodoviários em 6 mil cruzeiros.

Desde dezembro os motoristas estavam pensando em entrar em greve. Os prazos para uma negociação satisfatória foram se esgotando sem respostas positivas, primeiro, oito e quinze de dezembro. Estourou terça-feira, estouraria de qualquer forma mais cedo ou mais tarde.

Cidade parada

É evidente que o impacto na população foi diferente de todas as outras greves que o Rio assistiu nos últimos meses, mesmo as que, acompanhadas pelos jornais como as de São Paulo. De uma certa forma a greve dos metalúrgicos da Fiat ou das operárias da De Millus foram movimentos estancados de bases regionais e que serviram, por um lado para temperar as respectivas categorias, mal ou bem, as lideranças sindicais do Estado e por outro, animaram os que apostam no movimento popular como solução para a crise política do País. Mesmo a greve recente do setor de gás, embora tenha preocupado a classe média não chegou a assustar porque foi resolvida em menos de 6 horas.

A cidade inteira parada na terça-feira, no entanto, assustou. Tropas do exército e dos fuzileiros navais voltaram às ruas e reprimiram a manifestação popular na central do Brasil. Todas

as estações e terminais de transporte de massa, como a central Leopoldina, praça Quinze, rodoviária, praça Mauá, foram tomadas por tropas de choque da PM armadas de cassetetes, escudos de fibra de vidro, bombas de efeito moral e até mesmo, na central do Brasil, com fuzis, baionetas e metralhadoras. Cerca de 40 veículos foram depredados. Para a classe média, principalmente, voltou vivo o fantasma de 63/64 e o medo ficou mais intenso, quando começou a correr pela cidade o boato de que os ferroviários também entrariam em greve, em solidariedade. Realmente o caos.

Mas, nos subúrbios, bairros populares, conjuntos habitacionais e favelas, a situação era muito inversa. Milhares de trabalhadores madrugaram como sempre nos pontos e ônibus e nas estações de trem. Foi quando a maioria ficou sabendo da greve. Em cidade de Deus — um conjunto CEAB, perdido em Jacarepaguá, onde moram ex-favelados expulsos da zona sul da cidade — a reação imediata foi de solidariedade aos grevistas. O mesmo se deu em dezenas de cidades onde a população não vacilou em apedrejar e depredar os ônibus da CTC, a empresa estatal, que tentava substituir os que estavam parados. Só na cidade de Deus foram quebrados 60 ônibus.

Indignado um popular gritava com a chegada da tropa de choque da PM. «Ainda vão ter que fazer muitas penitências para prender o povo, porque do jeito que a vida está e do modo com que nós estamos revoltados, ainda vão ter que prender nós muito. Eles que matem mil, mas não matam cem mil». Depois conversamos. É um operário

laboralista e ganha tão pouco quanto um motorista. Ele está ameaçado de perder Cr\$1.600,00 por mês porque a firma resolveu acabar com os serões. Tem duas filhas e não tem escola onde colocá-las. Está saindo da farmácia com um vidro de antibiótico na mão que marcava na etiqueta Cr\$85,00 e teve que pagar Cr\$114,00. «Aqui de Deus não tem nada», afirmou tranquilo. Uma senhora se aproxima da gente, abre um embrulho de pão vergonhosamente pequeno, e pergunta: «Eu quero saber se greve dos ônibus tem a ver com este miserável deste pão da padaria». O laboratorista aproveita a deixa: «eu quero saber quanto o governo já empatou com esta campanha da criança, minha filha tá doente e eu não tenho um tostão».

Quando na Central do Brasil os trabalhadores que vieram pelo subúrbio da baixada fluminense para o centro da cidade não encontraram condução para os bairros da zona norte e da zona sul e quebraram quase vinte veículos entre ônibus da empresa estatal, carros particulares e um caminhão da Coca-Cola, tropas do exército intervieram com tiros de fuzis e ocuparam toda a área com metralhadoras de tripés. O tumulto, no entanto, continuou.

Na verdade a greve dos motoristas tocou fundo a massa de trabalhadores do Rio, por dois motivos. Primeiro, porque é difícil encontrar hoje trabalhador que ganhe salário maior que o dos motoristas e cobradores. Dados do IBGE, divulgados recentemente, indicam que na região metropolitana do Grande Rio cerca de 1 milhão de pessoas vivem em famílias com renda in-

ferior a um salário mínimo. Estes dados revelam ainda que 27% das famílias do Grande Rio ganham no máximo 2 salários mínimos mensais. Ou seja, mesmo com todos os membros da família trabalhando ela não consegue tirar mais do que Cr\$3.000,00. A vida dos motoristas, mais do que dos metalúrgicos, é um ponto de referência concreto para a população trabalhadora e ela apoiou de forma inequívoca o movimento.

Além disso a greve mostrou um outro problema sério para os trabalhadores, que soberaram discutido abertamente: o escândalo dos transportes de massa. Para a maioria da população trabalhadora está clara a irracionalidade e o elitismo do nosso transporte que ainda se baseia principalmente no automóvel. Os trens ainda continuam prestando pessimos serviços, sempre atrasados e cheios. As barcas, a condução mais baratas de todas, não sofrem renovação das frota nem são criadas novas linhas. E os ônibus, além de caros, são insuficientes porque praticamente inexistente um transporte de massa barato e eficiente.

Obrigado a ficar retido horas, em trânsito, apinhado em ônibus e trens mal conservados, tendo que pegar sempre mais de um condução da casa para o trabalho e vice-versa — gastando uma parte importante do seu salário em transporte — o trabalhador assiste revoltado o governo gastando bilhões com o metrô, que servirá à área mais bem servida do Rio em termos de condução que é o centro e zona sul e com viatúns, túneis, trevos e pontes que só beneficiam uma minoria privilegiada e insignificante da população.

INCRÍVEL...

A última do Maluf

O novo ministério Figueiredo não é o único embrulho indigesto que os assalariados paulistas estão sendo obrigados a engolir. Paulo Salim Maluf, o futuro «governador», prepara-se para anunciar o seu secretariado, debaixo de uma fantástica encenação, que cheira mais a uma farsa de quem na verdade não tem apoio político.

O general Figueiredo formou seu gabinete e conseguiu a síntese suprema: reuniu num único ministério todos os governos da chamada «revolução». E dose de elefante. Para os assalariados em geral, fica agora evidente a dimensão da abertura propalada pelo governo. A permanência do banqueiro Simonsen e a volta do manipulador de índices de custo de vida, Delfim Neto, é um verdadeiro acinte. Sem falar no coronel Andreazza et cetera.

Para resolver a questão das reivindicações trabalhistas em São Paulo (leia-se conter os operários paulistas) a saída encontrada pode ser qualificada de ultrajante: foi nomeado ministro do Trabalho o atual secretário da Fazenda, Murilo Macedo, poucos dias depois de ser flagrado quando «quebrava o galho» de nova negociada do empresário Atalla que não vem depositando sistematicamente o Fundo de Garantia de seus trabalhadores.

Mas esse não é o único embrulho indigesto que a grande massa de assalariados paulistas é obrigada a engolir durante o verão gelado que antecede a posse de Figueiredo.

Paulo Salim Maluf, que sequer reúne o consenso da Arena, fragorosamente derrotada em São Paulo, prepara-se para anunciar seu Secretariado e o futuro prefeito da capital.

Política por computador

O novo governador biónico, que saiu por um descuido das provetas engendradas pelo «pacote de abril», vem montando, com ampla cobertura da chamada imprensa sadia, fantástica encenação para suprir sua falta de apoio político.

Usando a sede da Associação Comercial (não se sabe se com a aprovação dos comerciantes) Maluf diz que mobilizou 750 pessoas (muitos dos nomes anunciados sequer foram consultados) para formarem «grupos de trabalho» que fornecerão as idéias do futuro plano de governo.

A maioria dos grupos nem se reuniu, mas Maluf não abandonou a farsa, chegando a convocar a imprensa para ouvir algumas das idéias, entre elas, a do publicitário Alex Perissinoto que pretende resolver o problema habitacional de São Paulo construindo casas com latas vazias de cerveja.

O desprezo pelos mais de seis milhões de votos do MDB é total. Maluf anuncia que pretende enfiar todas essas idéias num computador, para que sejam «recicladas» e possibilitem a elaboração de grandes propostas administrativas.

O Secretariado será a maior reunião de gênios da história paulista, a se dar ouvidos às basofias do empresário e político inventado na década passada pelo general Costa e Silva. A Prefeitura, diz ele ainda, será assumida por uma figura de projeção nacional.

Mas, o fato é que até agora os gênios não apareceram e as «figuras de projeção nacional» estão tirando o corpo fora. Os que ainda têm alguns pruridos evitam comprometer-se com o que vem por aí. Os empresários José e Antônio Ermirio de Moraes já rejeitaram gentilmente convites para assumir a Prefeitura. O banqueiro e atual prefeito Olavo Setúbal também lavou as mãos. Não aceitou a Secretaria dos Transportes depois de ter sido preterido no Ministério Figueiredo. Até o septuagenário Carvalho Pinto parece que andou recusando cargos.

Os «gênios» nomes que estão sendo ventilados são os do jovem economista Celso Pastore; o animador de TV e deputado Blota Jr.; o dentista e também deputado Salim Curiani; o reacionaríssimo presidente da Federação da Agricultura, Fábio Meireles; o arauto da decadência, João Scatimburgo; e até o projetista do Minhocão e dono da revista «Visão», Henry Maksoud.

Quanto à prefeitura, fala-se em Rubens Camargo Vidigal (ex-secretário de Maluf na época de Costa e Silva) e de Plínio Assman (ex-presidente do Metro e atual presidente da Cospa). Mas, para concretizar essa nomeação, o futuro governador terá de obter o aval da Assembléia Legislativa, onde o MDB contará com maioria de 2/3.



Um trampolim caro

Maluf já se pôs ao campo para impedir que os autênticos consigam eleger a Mesa da Assembléia. Através do adestista Vicente Bota, procura a todo custo impedir a eleição do deputado Robson Marinho para a presidência do Legislativo.

O futuro governador já não esconde suas ambições. Conhecido como um dos mais ardorosos defensores do AI-5 e adepto dos generais Frota e Jaime Portela dá a entender que pretende candidatar-se à Presidência da República até pelo voto direto.

O governo do Estado é apenas um trampolim e custou-lhe bem caro: mais de um bilhão de cruzeiros. Foi o que deixou de embolsar no rumoso escândalo Lutfala, do qual, juntamente com sua mulher, era o principal beneficiário.

O decreto de confisco de bens, assinado no fim do ano passado, pelo presidente Geisel, teve como objetivo apenas «limpar a barra» do primeiro escalão do governo. O Erário Público foi ressarcido e nada mais poderá ser alegado contra os ministros Veloso, Golbery do Couto e Silva e o próprio Geisel por terem impellido o BNDE a bancar o golpe da Lutfala.

Se o acordo para deixar Maluf com o governo do Estado foi tácito ou formal, ninguém, a não ser os envolvidos, pode afirmar. O que se sabe, no entanto, é que nada teria ocorrido em relação ao caso Lutfala se Maluf não insistisse em manter sua candidatura na convenção da Arena paulista.

Durante mais de um ano, a Comissão Geral de Investigações (produto das leis de exceção) que deveria apurar o escândalo, nada fez. Apenas se movimentou quando Maluf começou a ameaçar a candidatura de Laudo Natel — o amigo de Figueiredo, ao governo do Estado.

O Planalto engoliu a contragosto a vitória do dissidente mas cobrou caro. O povo e a chamada opinião pública que se danem.

ECONOMIA

Troca-troca de ministros

Na área econômica, Simonsen, Rischbieter, Ueki, Andreazza, Delfim e outros apenas mudaram de posições no «staff» governamental.

Tudo se passou como numa roleta viciada que sorteasse sempre números já conhecidos. Mas, o pano de fundo desta história continua sendo a crise econômica.

Por Mauricio Borges

Depois dos murmúrios, badalações e jogo de interesses que marcaram a definição do Ministério do general Figueiredo, na última semana, sobrou uma nitida impressão de embromação, onde alguma coisa se alterou para finalmente tudo ficar como sempre esteve. Os parceiros foram os mesmos, assim como as regras do jogo e no final venceram talvez apenas os mais espertos.

Especialmente na definição do Ministério econômico as mudanças foram imperceptíveis, consistindo muito mais num troca-troca de postos e de tecnocratas. Alguns saltaram do chamado «segundo escalão» para o primeiro como é o caso de Presidente do Banco do Brasil e futuro Ministro da Fazenda: ou de João Camilo Penna, Secretário da Fazenda do Estado de Minas e futuro Ministro da Indústria e do Comércio. Outros, como o sr. Shigeaki «Light» Ueki voltaram ao «segundo escalão» (Presidente da Petrobrás), ou retornaram de férias prolongadas, como Delfim Neto (Agricultura) e Mário Andreazza (Interior). E Simonsen vai mudar apenas de prédio em Brasília, saindo do Ministério da Fazenda para o Planejamento, no segundo andar do Planalto.

Enfim, tudo se passou como se fosse uma roleta viciada que sorteasse sempre números já conhecidos.

Entretanto, malgrado esse evidente continuísmo, afinal não se poderia esperar outra coisa. O «novo» Ministério reflete uma definição que caminha na rasteira da crise econômica e política.

A indicação de Delfim Neto para o Ministério da Agricultura constitui na verdade um dos sintomas da crise econômica e política: responsável pela falsificação dos índices do custo de vida em 1973 e recentemente desgastado com o discutido «caso Saraiva» — cobrança de comissões enquanto embaixador na França — o nome do ex-supervisor ministro foi retirado da arca e apresentado como uma solução «tecnocrática» para um setor que passa por uma crescente crise. O esgotamento do modelo agrícola, expresso principalmente pelo elevado índice de endividamento do setor e as crises periódicas de abastecimento requer atualmente um «milagre» muito ao estilo do Delfim.

Para isso, Delfim propõe «mediata elevação dos preços pagos aos empresários do campo; alteração em profundidade dos modos e canais de comercialização de produtos agrícolas destinados tanto ao mercado interno quanto ao mercado externo; a defesa dos subsídios aos gêneros alimentícios essenciais e o corte dos subsídios incontroláveis para a máquina burocrática oficial».

É uma verdadeira coletânea de soluções mágicas e algumas até, à primeira vista, bem intencionadas como a alteração nos canais de comercialização — um velho problema da agricultura brasileira. Entretanto, para sua execução, Delfim esbarra em dois sérios problemas: o primeiro refere-se a seu passado pouco recomendável; à frente do Ministério da Fazenda ele foi um estimulador prático da especulação com produtos de origem rural — soja, gado, etc. O segundo refere-se à própria

dificuldade de execução do plano que colidirá quase que inevitavelmente com o monetarismo ortodoxo do novo super-ministro Mário Henrique Simonsen: isto é, o plano de Delfim deverá exigir muito dinheiro e Simonsen anuncia que vai conter os meios de pagamento.

Na verdade, nas mudanças administrativas coincidentes com o anúncio do novo ministério sobressai-se Simonsen, que como Chefe do Planejamento do novo governo terá um poder absoluto sobre a política econômica. Agora ele terá controle do orçamento do tesouro nacional, dos investimentos das empresas estatais, além do orçamento monetário (controle dos meios de pagamento), que atualmente, situa-se na alçada do Ministério da Fazenda. No governo atual, Simonsen como ministro da Fazenda, tem dividido estes poderes com outros ministros, especialmente com Reis Velloso, Secretário do Planejamento que, entre outras coisas, controla o orçamento do Tesouro e os empréstimos do BNDE. Dai um pequeno conflito que consiste no expansionismo de Reis Velloso (que tem preservado um volume razoável de gastos de investimentos governamentais) e o monetarismo de Simonsen que, à título de controle da inflação, sempre tendeu a optar por um corte drástico de todas as fontes de expansão monetária.

A solução final desta dicotomia recaiu em Simonsen e certos empresários, como o vice-presidente da ABDIB, David Sanson, já alertam para os perigos da prevalência da posição do superministro: «Se a maior força do ministro e o maior grau de autonomia significarem uma atuação muito enérgica, tanto que haja uma grande quebra de empresas, principalmente no setor indústria, que já não anda muito brilhante». Ocorrendo a recessão, é dificilmente deixará de transbordar no plano político, além de claro de não conter nenhuma garantia de um controle efetivo da inflação. Falências, concordatas e principalmente desemprego são o seu efeito previsível, que poderá colidir com o quadro da «distensão em marcha».

Essa é uma das grandes contradições no quadro atual da sociedade brasileira. Enquanto o regime é obrigado a realizar uma pequena «abertura» — verdadeira fresta — sua política econômica vai tomando rumos notadamente conservadores, talvez incompatível mesmo com o conceito de «democracia relativa», atribuída ao general Geisel.

Para os interesses que se quer preservar (e estes incluem-se necessariamente os do sistema financeiro), todas as reformas tendem a ser problemáticas, sendo que o monetarismo vitorioso de Simonsen não passa de um imobilismo inevitável diante de uma séria crise econômica e financeira. E para completar o quadro, só falta o retorno de uma política drástica de arrocho salarial — o que a indicação do sr. Murilo Macedo (do mesmo grupo do Simonsen) para o Ministério do Trabalho já não deixa de ser um indicio.

Em suma, no bojo do continuísmo, tudo indica que a política econômica do regime tende gradativamente a preservar o pior e a exacerbá-lo até o terrível.

Do PSB de ontem ao PS de hoje

Por Paul Singer

Nas duas décadas em que vigorou uma espécie de democracia representativa, funcionou no Brasil um partido que propugnava pela socialização dos meios de produção. Era o Partido Socialista Brasileiro. Entre os 12 ou 13 partidos que, neste período, disputavam legalmente as eleições, o PSB era o único que procurava mostrar, a partir de sua definição programática, que as desigualdades sociais, reproduzidas e aprofundadas pela industrialização, não se deviam apenas à ação dos governantes ou à exploração imperialista, mas a tendências inerentes ao capitalismo e que, portanto, sua superação exigiria a instauração de um modo de produção superior — o socialismo.

Durante este período, a esquerda, tanto no Brasil como nos demais países, esteve profundamente dividida a respeito do sentido que se deveria atribuir ao socialismo em nossa época. A instauração de regimes que pretendiam ser «socialistas» ou estar «constituindo o socialismo», na Europa Oriental, após a 2ª Guerra Mundial, na China em 1949 e em Cuba, após 1961, despertava grande entusiasmo, mas também dúvidas, à medida que nestes países se proibia o direito à crítica e se reprimia qualquer oposição. Eventos como o rompimento entre a URSS e a Iugoslávia, em 1948, a repressão ao levante na Hungria em 1956 e a ruptura entre a URSS e a China em 1960 revelavam graves distorções burocráticas nestes ensaios de socialismo. O Partido Socialista Brasileiro nunca deixou de enfatizar, desde o manifesto de lançamento da Esquerda Democrática, em 1945, que a socialização dos meios de produção, que defendia, deveria ser «expressão da vontade da maioria, manifestada pelo processo democrático». A posição assumida pelo PSB era de que o socialismo era a única maneira de assegurar

uma real vigência das liberdades democráticas para a grande massa da população, que estava privada, no regime vigente, de condições materiais e culturais para poder usufruí-las. Sem adotar qualquer um dos pretensos socialismos de outros países como modelo, o PSB cunhou o lema de «Socialismo e Liberdade» como expressão das características fundamentais do sistema social pelo qual lutava.

O Partido Socialista surgiu, inicialmente com o nome de Esquerda Democrática, como expressão da luta antifascista que galvanizou a esquerda, no Brasil como no resto do mundo, no período anterior à 2ª Guerra Mundial e durante a mesma. A partir de 1937, esta luta se dirigia no Brasil diretamente contra o Estado Novo, que passou a reprimir todas as manifestações democráticas, impondo ao país uma ditadura em moldes fascistas. Mas, em 1942, o governo brasileiro, pressionado por manifestações populares, entra na guerra ao lado das potências aliadas, contra o nazifascismo. Isso levou os comunistas, ainda em plena clandestinidade, a «lutar pela mobilização do país para a guerra e decididamente apoiar o Governo na sua política de guerra, concorrendo assim para desmascarar o fundo reacionário da agitação golpista e pseudo-democrata dos grupos que insistiam em lutar contra o Governo, apesar da guerra, sob a alegação de que só um governo democrático poderia conduzir a guerra e que o fascismo, antes de ser combatido no exterior, precisava ser derrotado em nossa própria casa» (Citado por Carone, E., A Terceira República, DIFEL, 1976, pg. 487). Destes «grupos», que representavam uma ampla faixa da esquerda que não se dispunha a ensanilhar as armas na

luta pela democracia no Brasil, é que surgiu o PSB, que por isso constituiu inicialmente uma ala da União Democrática Nacional. Convém lembrar que a UDN era então algo semelhante ao que é hoje o MDB — uma frente comum de todas as oposições à ditadura. Da mesma forma, a candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes representava, em 1945, o conjunto das forças que lutavam pela redemocratização do país, o que levou os socialistas a apoiá-la.

O PSB era constituído principalmente por trabalhadores intelectuais — médicos, professores, jornalistas, estudantes etc. — e ao longo de toda sua existência nunca perdeu esta característica, ainda que tivesse conquistado, em certos momentos e lugares, uma base de massas. Embora, ocasionalmente, a atuação do partido se tenha desviado da sua linha programática, foram muito mais frequentes as ocasiões em que, por fidelidade àquela linha, o PSB assumiu posições pouco populares e que redundaram em retumbantes fracassos eleitorais. Resultou daí para o partido uma imagem de «pureza e lirismo», que, na verdade, não reflete o papel por ele desempenhado neste período histórico.

Assim, em 1950, a candidatura de Getúlio estava polarizando o eleitorado urbano, enquanto a de Eduardo Gomes reunia o apoio dos elementos mais conservadores e reacionários. Não confiando na sinceridade do trabalho de Getúlio, responsável quando na chefia do governo pelo atrelamento dos sindicatos ao Estado, o PSB resolveu lançar a candidatura de João Mangabeira à presidência da República, embora contasse com meios muito exíguos que fazer a campanha. A intenção, neste caso, era muito mais aproveitar o momento eleitoral para divul-

gar o programa socialista do que vencer as eleições, de modo que o reduzido número de votos colhidos pela candidatura socialista não foi propriamente uma surpresa.

Em 1953, quando da primeira eleição para prefeito de São Paulo, o PSB adotou mais uma vez uma candidatura minoritária: a do então deputado estadual Jânio Quadros, o PDC, que enfrentava Francisco Cardoso, apoiado por todos os demais partidos e pelos governos federal e estadual. Desta vez, porém, houve uma imensa e espontânea mobilização popular, sobretudo nos bairros periféricos, a favor do candidato da coligação PDC-PSB, que obteve em 22 de março, data que ficou na história, uma vitória esmagadora, com cerca de dois terços do total de votos. Muitos dos trabalhadores que se mobilizaram na campanha entraram no PSB (outros no PDC), dando-lhe uma base popular em São Paulo, de que até então carecia.

Outro lugar em que o PSB soube se ligar às lutas dos trabalhadores foi em Pernambuco, onde o movimento das Ligas Camponesas foi liderado por Francisco Julião, deputado estadual socialista. O PSB em Pernambuco integrou a coligação política que elegeu para a prefeitura de Recife e para o governo do Estado homens como Pelópidas Silveira e Miguel Arrais.

Além disso, o PSB adquiriu certa base popular, com altos e baixos, em outras unidades da federação, principalmente no Rio de Janeiro, em Minas Gerais, no Rio Grande do Sul e na Bahia. Em São Paulo, em Pernambuco e no Rio, expressivas lideranças sindicais se filiaram ao PSB. Houve, neste sentido, uma clara tendência do partido de deixar de ser uma agremiação predominantemente de intelectuais para se tornar pouco a pouco uma corrente, entre outras, do movimento operário

Esta tendência se fez sentir sobretudo após 1960, quando — sob a influência da Revolução Cubana e de outros eventos — se deu uma certa radicalização dos movimentos de massa, no Brasil, o que tornou a postura socialista mais facilmente aceitável, principalmente pela vanguarda deste movimento.

Seria empobrecer muito a análise, tentar medir a influência exercida pelo PSB pelo número de votos que obteve, embora este tenha crescido notavelmente no fim do período, antes da vitória do golpe militar, em 1964. O fato fundamental é que de todos os partidos legais então existentes, o PSB era o único que atuava também fora dos períodos eleitorais, o único que não era dirigido apenas por parlamentares e políticos profissionais. O partido mantinha grupos de base nos bairros e em empresas, submetia à análise os acontecimentos políticos fora e dentro do país, assumindo posições que eram divulgadas pelos parlamentares socialistas e pela imprensa partidária. O PSB estava longe de ser ideologicamente homogêneo. Não adotando uma postura filosófica, ele permitia que nele militassem pessoas de diferentes credos religiosos, ateus — geralmente marxistas — e agnósticos. Embora não houvesse facções estruturadas — a não ser excepcionalmente —, o PSB se dividia, genericamente, em duas alas: uma mais pragmática, com inclinações populistas e posições de «direita» e outra mais ideológica, com tendência à radicalização e posições de «esquerda». O livre debate entre estas alas e o respeito ao direito da minoria de se manifestar, discordando da linha oficialmente adotada, tornava a vida interna do partido bastante estimulante, proporcionando aos militantes, sobretudo aos mais jovens, uma oportunidade única, de se educar politicamente.

Seria um exagero supor que o gran-

de avanço das idéias de esquerda no Brasil, entre 1960 e 1964, fosse devido à atuação do Partido Socialista. Tratava-se, na realidade, de uma tendência mundial e que aqui se materializou graças à atividade de vários agrupamentos de esquerda, cujo número cresceu neste período. Mas, é fora de dúvida que o PSB, por ser o único partido legal entre estes agrupamentos e sobretudo por se manter escrupulosamente fiel à sua vocação democrática, aplicando estes princípios em sua vida interna, contribuiu de modo significativo para que aquela transformação ideológica, ainda hoje em processo, então se iniciasse.

O PSB estava longe de ser o partido com que sonhavam muitos de seus militantes. Seu pior defeito foi o de ser excessivamente tolerante com oportunistas que o procuravam para fazer carreira política. Um certo viés eleitoralista foi o preço que se pagou por esta deficiência. Mas defeitos, num organismo social, são raramente casuais. Neste caso, a tolerância de desvios e até de «traições» foi decorrência do desejo, por parte de muitos dos melhores socialistas, de impedir que as regras da democracia interna fossem violadas, dando aos acusados todos os direitos de defesa e de impetrar recursos, que a ineficiência do aparelho burocrático do partido, tornava frequentemente vitoriosos.

Apesar de tudo isso, o PSB deixou sua marca na consciência política do País. A ela se pode atribuir, em parte, o movimento em prol da constituição de um novo Partido Socialista, que na atual conjuntura se faz notar. Oportunista ou não esta proposta neste momento, parece óbvio que mais dia menos dia o Brasil terá que ter novamente um Partido Socialista. Para a sua constituição, o estudo do acervo de experiências do PSB, entre 1945 e 1965, será uma contribuição indispensável.

3º CONGRESSO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS DE S. BERNARDO E DIÁDEMA

OCTUBRO - 1978

Uma das conclusões do III Congresso dos Metalúrgicos de São Bernardo, realizado no Guarujá em outubro, foi a divulgação através de histórias em quadrinhos dos princípios congrados pelo encontro acerca do que deve ser uma estrutura sindical que atenda os interesses dos trabalhadores. O cartunista Henfil e Laerte assumiram a

tarefa e o resultado começa a ser divulgado agora entre os operários de São Bernardo. O caderno de quadinhos é um serviço da Editora Oboré, que presta assessoria jornalística a vários sindicatos, confeccionando seus jornais. João Ferrador é um personagem constante do jornal da entidade «Tribuna Metalúrgica».

Os trabalhadores e o novo sindicato

criação: Henfil & LAERTE

OBORÉ

Editora e Serviços Jornalísticos
Rua Coetes, 64/Pará Zes @ 14m/262-5356 864-4078

CADA VEZ QUE O TRABALHADOR TEM UM PROBLEMA DE AUMENTO SALARIAL...

DE CONDIÇÕES DE TRABALHO...

OU DE PREVIDÊNCIA SOCIAL...

SURTEM DISCIPLINAS PARA ENCAMINHAR SUAS REIVINDICAÇÕES!

O AVANÇO DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES, SEM SENDO BARRADO, TEM MAIS DE 40 ANOS.

ESPECIALMENTE EM SEU QUINZE ANOS...

QUE SUBORDINA OS SINDICATOS DIRETAMENTE AO MINISTÉRIO DO TRABALHO!

EM DEBATE DO CAPITALISMO MONTAMOS A ESTRUTURA SINDICAL BURELACRAL.

MAS TEVE A GREVE!

AGRADE PRIMA DE COMO O TRABALHADOR ORGANIZADO PODE DEIXAR POR TRÁS OS VELHOS E INUTEIS!

SEM AUTONOMIA E LIBERDADE, DE NADA AVANÇA PELAIR. EM UM NEGÓCIO SINDICAL QUE SIRVA AOS INTERESSES DA NOSSA CLASSE!

...PORQUE NOS SÃO NEGADOS OS DIREITOS DEMOCRÁTICOS DE REUNIÃO, EXPRESSÃO E MANIFESTAÇÃO!

•AUTONOMIA E LIBERDADE SINDICAL

...PROPOSMOS:

CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO!

NEGOCIAÇÃO COLETIVA! ESTABILIDADE! SALÁRIO PROFISSIONAL!

LIBRE ACESSO DOS DIRIGENTES SINDICAIS NAS EMPRESAS!

...E A REALIZAÇÃO DE ASSEMBLEIAS NO INTERIOR DAS EMPRESAS!

...E O DIREITO DE GREVE!

ESTE É UM INSTRUMENTO IMPRESCINDÍVEL PARA A DEFESA DOS Nossos INTERESSES!

GREVE NÃO É CRIME!

ANEXO À CONVENÇÃO DA ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT)

MAS ASSIM COMO O PRINCÍPIO DA LIBERDADE SINDICAL!

OS SINDICATOS TÊM O PLENO DIREITO DE PEDIR REGRAS ESTATUTOS E PROGRAMAS ADMINISTRATIVOS!

DIREITO DE ELEGER LIVREMENTE Nossos REPRESENTANTES E PROGRAMAS NÓSSA AÇÃO...

FIÇA IMPEDIDA A DISSOLUÇÃO OU SUSPENSÃO DE NÓSSAS ORGANIZAÇÕES!

AS AUTORIDADES PÚBLICAS NÃO PODERÃO LIMITAR AOS NÓSSOS DIREITOS OU IMPEDIR SEU EXERCÍCIO LEGAL!

•UNIDADE E PLURALIDADE SINDICAL

A CONTEGRO FORÇA QUE CADA UM INDIVIDUALMENTE A SOLUÇÃO PARA SEUS PROBLEMAS.

OS TRABALHADORES SEMPRE LUTAM JUNTOS POR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA.

QUANTO MAIS FORTE A UNIDADE SINDICAL, MAIOR SÃO AS CHANCES DE VARGANHA?

MAS, COMO COMBALAR INTERESSES DE CATEGORIAS TÃO DIFERENTES, E MANEIRA A UNIDADE, ENTRE SINDICATOS DE TRABALHADORES DE SETORES, MAS DESENVOLVIDOS, E OS DE TRABALHADORES EM PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS ESPALHADAS POR TODO O TERRITÓRIO NACIONAL?

VIX! CENTRAL SINDICAL!

GREVE!

FOÇA ÚNICA!

PARA FORTALECIMENTO DA UNIDADE SINDICAL, PROPOSMOS:

SINDICATOS ÚNICOS, POR RAMO DE PRODUÇÃO!

LIBERDADE TOTAL A FORMAÇÃO DE SINDICATOS POR OFÍCIO EMPRESAS!

SE NA EMPRESA HOUVER MAIS DE UM RAMO DE PRODUÇÃO, QUE A UNIDADE SINDICAL SEJA RECONHECIDA POR ASSEMBLEIA DOS INTERESSADOS!

LIBRE ORGANIZAÇÃO DOS SINDICATOS ENTRE OS TRABALHADORES EM VISTA DOS INTERESSES COMUNS - EM NÍVEL REGIONAL, ESTADUAL E NACIONAL!

...A CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES!

AI PARA SE CONTINUAR OS PROBLEMAS DE EMPRESARIAS ORGANIZADAS E UNIDAS NA DEFESA DOS SEUS INTERESSES.

CLAP! CLAP! CLAP! CLAP! CLAP! CLAP!

ESTAS TRANSFORMAÇÕES DEPENDEM DA ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES DENTRO DAS EMPRESAS...

AS COMISSÕES DE EMPRESA SURTEM NA INICIATIVA DOS TRABALHADORES DENTRO DA EMPRESA...

...A TRAVÉS DAS COMISSÕES DE EMPRESA, INCORPORANDO UM NÚMERO CADA VEZ MAIOR DE TRABALHADORES NAS LUTAS DA CLASSE!

...EM TORNO DOS PROBLEMAS INTERIORES DESSA EMPRESA...

UMA CHEFIA ARBITRÁRIA! CONDIÇÕES DE TRABALHO! ETC!

É CLARO QUE AS COMISSÕES DE EMPRESA NÃO SÃO FACILMENTE ACEITAS PELOS PATRÕES...

MAS AS AMEAÇAS E DEMISSÕES SE PREZAM COMO BOLSAS DE SÓCROS RECORREREM...

RECONHECER NAS COMISSÕES UMA FORMAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA!

O QUE NÃO PODEMOS DE CORRER O RISCO DE QUE AS COMISSÕES REPRESENTEM UM TIPO DE SINDICALISMO PARALELO, QUE COMPROMETA A UNIDADE!

PARA CRIAR E FORTALECIMENTO DAS COMISSÕES DE EMPRESA, PROPOSMOS:

COMISSÕES ASSOCIADAS POR ASSEMBLEIA GERAL DE EMPRESA, E QUE QUALQUER TRABALHADOR PESSOA SEJA ESCOLHIDA PARA INTEGRAR-LAS!

QUE AS COMISSÕES DE EMPRESA ELEGAM ENTRE SEUS MEMBROS OS CONTRIBUÍVEIS QUE SEJAM A LIGACÃO COM O SINDICATO!

QUE OS TRABALHADORES LUTEM PARA CONSEGUIR, TRAZ OS COOPERATIVISMOS DA COMISSÃO!

ESTABILIDADE! MOBILIDADE!

REPRESENTAÇÃO!

LIBERDADE DE MATERIAL ACREDITADO!

HORÁRIO DIFERENCIAL!

RECONHECIMENTO NOS ACORDOS, DECISÕES E CONVÊNIÊNCIAS SINDICAIS!

QUE AS COMISSÕES ASSUMAM A NEGOCIAÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES COM O EMPREENHADOR, CABENDO A DECISÃO FINAL À ASSEMBLEIA DA EMPRESA!

QUE OS MEMBROS DA COMISSÃO POSSAM SER DESTITUÍDOS INDIVIDUAL OU COLETIVAMENTE, POR ASSEMBLEIA DE EMPRESA SE NÃO LUBRIZAREM SUAS FUNÇÕES DOUTIL.

•ELEIÇÕES SINDICAIS!!

DATA: 20/10/78

1. ESCREVER LOTES E DISTRIBUI-LOS EM TODAS AS VILAS.

2. NÓS NÃO PODEMOS AS ELEIÇÕES EM TODOS OS VILAS, O TRABALHADOR VOTAR.

3. TEREMOS QUE FAZER AS ELEIÇÕES EM TODAS AS VILAS, O TRABALHADOR VOTAR.

4. NÓS NÃO PODEMOS AS ELEIÇÕES EM TODOS OS VILAS, O TRABALHADOR VOTAR.

5. MAIORIA DE TRÊS ANOS.

6. DIREITO A REELECÇÃO, SEM RESTRIÇÕES.

7. REGRAS PARA AS ELEIÇÕES SINDICAIS.

8. REGRAS PARA AS ELEIÇÕES SINDICAIS.

9. REGRAS PARA AS ELEIÇÕES SINDICAIS.

10. REGRAS PARA AS ELEIÇÕES SINDICAIS.

11. REGRAS PARA AS ELEIÇÕES SINDICAIS.

12. REGRAS PARA AS ELEIÇÕES SINDICAIS.

•CONTRIBUIÇÃO SINDICAL

...PROPOSMOS:

RECONHECER A CONTRIBUIÇÃO SINDICAL COMO UM DEBÍTO SINDICAL.

QUE A CONTRIBUIÇÃO SINDICAL SEJA RECONHECIDA COMO UM DEBÍTO SINDICAL.

QUE A CONTRIBUIÇÃO SINDICAL SEJA RECONHECIDA COMO UM DEBÍTO SINDICAL.

QUE OS TRABALHADORES LUTEM PARA CONSEGUIR, TRAZ OS COOPERATIVISMOS DA COMISSÃO!

ESTABILIDADE! MOBILIDADE!

REPRESENTAÇÃO!

LIBERDADE DE MATERIAL ACREDITADO!

HORÁRIO DIFERENCIAL!

RECONHECIMENTO NOS ACORDOS, DECISÕES E CONVÊNIÊNCIAS SINDICAIS!

QUE AS COMISSÕES ASSUMAM A NEGOCIAÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES COM O EMPREENHADOR, CABENDO A DECISÃO FINAL À ASSEMBLEIA DA EMPRESA!

QUE OS MEMBROS DA COMISSÃO POSSAM SER DESTITUÍDOS INDIVIDUAL OU COLETIVAMENTE, POR ASSEMBLEIA DE EMPRESA SE NÃO LUBRIZAREM SUAS FUNÇÕES DOUTIL.

QUE OS TRABALHADORES LUTEM PARA CONSEGUIR, TRAZ OS COOPERATIVISMOS DA COMISSÃO!

ESTABILIDADE! MOBILIDADE!

REPRESENTAÇÃO!

LIBERDADE DE MATERIAL ACREDITADO!

HORÁRIO DIFERENCIAL!

RECONHECIMENTO NOS ACORDOS, DECISÕES E CONVÊNIÊNCIAS SINDICAIS!

QUE AS COMISSÕES ASSUMAM A NEGOCIAÇÃO DAS REIVINDICAÇÕES COM O EMPREENHADOR, CABENDO A DECISÃO FINAL À ASSEMBLEIA DA EMPRESA!

QUE OS MEMBROS DA COMISSÃO POSSAM SER DESTITUÍDOS INDIVIDUAL OU COLETIVAMENTE, POR ASSEMBLEIA DE EMPRESA SE NÃO LUBRIZAREM SUAS FUNÇÕES DOUTIL.

Nós estivemos nos sítios clandestinos da repressão.

Depoimentos inéditos de presos políticos que foram seqüestrados e saíram vivos.

1 Em plena mata, o som dos pássaros, da chuva, do vento. E o grito de dor dos torturados

Em seu depoimento, prestado à Ordem dos Advogados do Brasil, Affonso Celso Nogueira Leite descreve o aparelho clandestino da repressão em São Paulo como um ambiente bucólico: o local era de natureza rural, situado em meio à mata, onde se ouviam pássaros e, ocasionalmente, ruído de chuva ou vento em árvores. Mas a «única referência com a cidade» contrastava com este aparente recanto aprazível — a chegada periódica de carros, quase sempre seguida de gritos de outros torturados.

Ele supôs ser sítio ou fazenda de bom nível de construção e tratamento, com ajardinado e instalações de lazer — piscina ou poço amplo, e com mais de um bloco de construção.

Ali Affonso Celso chegou na marra. No dia 1º de outubro de 1975, por volta de 9h30m, ele estava próximo à banca de jornais situada na esquina de Condessa de São Joaquim com Avenida Brigadeiro Luiz Antonio, uma região bem movimentada da capital paulista. Foi agarrado por dois homens, dominado e empurrado para dentro de um Volkswagen, encapuçado e mantido à força, com a cabeça entre as pernas e com o corpo coberto, ao que supôs, por um paléto. Mesmo com os gritos de Affonso Celso e com o aglomerado de pessoas que se formou, o Volks deu a partida e teria entrado à esquerda na Brigadeiro. Contudo, o seqüestrado não sabe informar o roteiro seguido, em decorrência do atordoamento inicial e do empenho do motorista em impossibilitar uma reconstituição do itinerário no futuro. Ouviu apenas um deles dizer: «o outro carro está vindo na cobertura».

Após cerca de aproximadamente 20 minutos rodados em zona urbana, o carro entrou e estacionou em uma espécie de área interna, lugar movimentado, com circulação de pessoas e carros, parecendo pátio de quartel pequeno ou delegacia grande, onde, após permanecer uns cinco minutos, foi transferido para o banco traseiro de outro carro com substituição de capuz por venda de borracha e por óculos que presume escuros.

Dois pessoas ocuparam o banco dianteiro deste Volks e foi iniciada viagem que durou perto de uma hora, da qual uns dez minutos em zona suburbana, meia hora em estrada de intenso tráfego e vinte minutos em estrada ascendente não pavimentada, de solo irregular, cheia de curvas, e que atravessa uma linha férrea, fato este indicado pela coincidência da passagem, na ocasião, de um trem a velocidade bem reduzida.

AMBIENTE SUBTERRÂNEO

Ao chegar, finalmente ao destino, Affonso Celso foi retirado por alguém que, chamando-o pelo nome, disse estar em poder do «braço clandestino da repressão do governo», do qual ninguém poderia tirá-lo e que havia chegado a sua hora.

3 CCC na jogada. Sequestrado passa de mão em mão. DOI-CODI? Pior que inferno!

O comerciante Edvaldo Alves da Silva teve destino semelhante e experimentou o ritual da dor nos sítios clandestinos, além dos órgãos legais como o DOI-CODI. Um dos seus algozes, certa vez, perguntou-lhe se sabia o que era o CCC: «respondi-lhes que escutara falar ou lera nos jornais sobre o Comando de Caça aos Comunistas em 1968, mas que nunca me envolvi com tal organização». O interrogador retrucou-lhe que ele havia sido seqüestrado pelo CCC, que por sua vez tinha ligações com a AAA, Aliança Anti-comunista Argentina, e que Edvaldo não sairia vivo de onde estava.

Em seu depoimento, também escrito de próprio punho e datado de 19 de março de 1976, Edvaldo conta: «muitas vezes, abriam a porta, a qualquer hora. Tiravam-me violentamente da cama e arrastavam-me para baixo, gritando

Celso lembra-se que foi conduzido por um gramado até uma calçada cimentada. Depois de transpô-la, seguiu uma escada que desce uns quatro lances em ângulo reto, até um recinto que denominam de «barracos», onde ele foi colocado voltado para um canto da parede.

E então começaram as primeiras torturas: «tiraram minha roupa, meus sapatos, amarraram-me as mãos, me seguraram e me aplicaram choques elétricos; depois fui suspenso no pau de arara e recebi simultaneamente choques elétricos em todo o corpo e pancadas nas partes musculares expostas, principalmente, nádegas, dorso, coxas, espáduas e braços». Nesta fase o objetivo da repressão era tumultuar sua mente e abater-lhe o moral, já que as perguntas e imprecisões eram desconexas. Celso percebeu que o chão era de cimento, lamacento e escorregadio; as paredes úmidas, com o reboco em decomposição, caindo aos pedaços ao nele se apoiar: «parecia tratar-se de ambiente subterrâneo».

Numa fase seguinte do interrogatório, ele mudou para um quarto de piso de tacos, tendo passado novamente pela calçada e pelo gramado, entrando em um prédio, subindo nova escada e

atravessando corredores que doavam em ângulo reto.

Como os interrogatórios sobre pessoas e lugares de São Paulo e hipotéticas ligações com parlamentares e eclesiásticos frustrassem os objetivos dos seus torturadores, Affonso Celso sofreu os mais terríveis martírios. Em certo momento, perguntaram-lhe se sabia nadar e informaram-lhe que tomaria um banho de cachoeira e a seguir de rio. «O primeiro banho consiste em ser deitado e mantido nessa posição no leito pedregoso de um regado pouco profundo, cujas águas repentinamente crescem de volume e ímpeto, determinando desequilíbrio e revolvimento de seu corpo nas pedras, aumentando os ferimentos e as dores», recorda o advogado.

No banho do rio, a vítima é amarrada pela cintura, empurrada para um poço ou pequena piscina cimentada, com fundo limoso, onde vários homens se divertem com risadas e comentários «espíritosos» impondo-lhe sucessivos afogamentos, até ao presumido limite da resistência.

AGORA, NO SUBÚRBIO

Pouco depois, já num aposento para repouso, o advogado tem a oportunidade de ficar sozinho

A seção paulista do Comitê Brasileiro pela Anistia lançou na semana passada uma campanha nacional para localizar os presos políticos «desaparecidos», uma lista com 56 nomes, conforme divulgou este semanário com destaque.

Agora, apresentamos ao CBA e aos outros movimentos pela anistia pistas concretas que podem ajudar na investigação da onde se localizam os sítios clandestinos de repressão política em São Paulo. Lá, sem dúvida alguma, muitos dos «desaparecidos» encontraram o desfecho para sua existência.

Que os sítios clandestinos existem, já não resta questionamento. As pistas que são aqui apontadas, por outro lado, não fariam inveja a nenhuma Sherlock Holmes — mas a publicação destas denúncias expressam o

por longo tempo: «descansando e mais atento pude deduzir, pelos ruídos e sons que distinguia, inclusive gritos, que, além de mim, outras pessoas estavam sendo torturadas naquele imóvel em que me encontrava. O ruído da chegada de carros estava relacionado com a subsequente tortura de novos seqüestrados, geralmente com um intervalo de uns dez minutos entre a chegada do carro e os primeiros gritos dos supliciados».

Os auto-intitulados membros do «braço clandestino da repressão» transferiram, então, o seqüestrado para outro local, vendado e algemado, em viagem de cerca de uma hora. «Fiquei num quarto de cimento, iluminado a luz elétrica, sem ventilação direta, uma vez que o pequeno basculante existente no alto da parede dos fundos, de cerca de 30/30 cm estava constantemente fechado». Ai, Affonso Celso foi objetivo de intensivo tratamento de recuperação orgânica, com vistas a repô-lo, o quanto antes, nas melhores condições de apresentação, eliminando as provas de torturas e maltratos anteriormente sofridos. A memória: «alimentação e medicação adequadas, possibilidade de leitura capaz de contribuir para aliviar a tensão anterior, autorização para permanecer sem capuz, quando sozinho no quarto, interrogatório menos forçado e sem ameaças, principalmente sobre a biografia política, foram as modificações introduzidas na nova situação».

No entanto, para que sua condição de prisioneiro não fosse esquecida «grilhões» prendiam permanentemente uma de suas pernas à cama onde se encontrava e, em um dos ângulos do quarto, existiam dois blocos cúbicos de cimento com argolas, evidentemente destinados ao acorrentamento de alguém em outra fase do seqüestro.

Esta espécie de posto de recuperação intensiva tinha características diferentes das do local anterior: «era evidente estar em zona de subúrbio, ouvindo com regularidade, passagem de carros, inclusive ônibus, e, embora menor o número de pessoas com que tive contato, quatro apenas, identificadas pela voz, era mais frequente a entrada e saída de carros». Este imóvel era evidentemente urbano («suburbano em relação a São Paulo, possivelmente»), de tamanho médio, comprido, de laje, de acabamento tosco, com corredor de ladrilhos e vários quartos ao longo do corredor. Dispunha de geladeira, chuveiro elétrico e banheiro e lhe pareceu ser o único prisioneiro na oportunidade, salvo se o tamanho do imóvel fosse bem maior do que supunha, de modo a permitir total isolamento em relação a outra ou outras unidades de carceragem.

Passado um período que ele julgou ser de sete dias, o seqüestrado recebeu a comunicação de que seria libertado. Foi conduzido, então, vendado, a outra região, por estradas diversas e de diversas naturezas, em viagem de aproximadamente três horas. Inicialmente, passou por ruas de subúrbios (uns dez minutos), depois, talvez duas horas, em estrada principal de tráfego intenso, e por fim, mais ou menos uma hora, em estrada de terra, irregular, acidentada, com bastante curvas. Os últimos dez minutos de percurso constituíram manobras, que, pela sua natureza, determinavam forte tensão, pois sucessivas e rápidas paradas, com saída do carro de um ou dois dos condutores, marchas a ré e avanços repetidos e silvos de apito antecederam a parada definitiva.

Depois de receber intrincadas instruções que buscavam inviabilizar a identificação de seus seqüestradores e dos locais onde estivera, Celso foi deixado às 2 h da madrugada do dia 22 de outubro num lugar ermo. Surpreso, verificou depois que permanecera cerca de 14 ou 15 dias preso — os outros dias permanecera inconsciente e deles se lembrava vagamente, por efeito das torturas.

estava escutando meus próprios gritos, mas logo, voltando à realidade percebi que outras pessoas, tal como eu, eram vítimas daquele autêntico inferno».

Mais tarde, ele foi arrastado pelas escadas e colocado num em cima de uma laje de cimento e empoeada, recebeu choques «tão violentos que me jogavam contra a parede».

No sexto dia, um dos torturadores perguntou-lhe a que repartição Edvaldo queria ser entregue. Já que era acusado de crime político, ele optou pelo DOPS. Responderam-lhe que seria entregue ao DOI-CODI, e que suas declarações seguiriam por correio e «caso não confirmasse, aconteceria coisa ainda pior do que eu já passava».

Novamente óculos de lentes escuras e esparadrapos nos olhos. O carro partiu e alguns momentos depois estacionou. «Senti que estávamos em um lugar ermo, no meio da mata talvez». Um dos homens desceu abriu uma porteira para o carro passar. Rodaram umas duas horas.

A certa altura, um dos homens desceu para telefonar, de um telefone público, enquanto os outros aguardavam no carro. De repente um deles tirou o comerciante para fora e o carro arrancou velozmente. «No mesmo instante, outros homens seguraram-me pelos braços e conduziram-me para um carro que julgo uma perua Veraneio C-14». Destino: DOI-CODI, órgão «que alguns comparam ao inferno e eu diria que essa palavra não consegue exprimir todo o horror que sentem aqueles que tiveram a infelicidade de entrar como prisioneiros naquele lugar».

entendimento que a luta pela anistia deve hoje cada vez mais guiar-se, entre outros caminhos, pela apuração em profundidade dos crimes cometidos pelo regime de 64 contra seus opositores, para que a exigência de desmantelamento do aparelho repressivo do estado não seja uma mera frase oca.

Aqui vão três depoimentos de ex-presos políticos que foram seqüestrados, caíram nos sítios, e posteriormente descreveram minuciosamente os locais onde sofreram as barbaridades que são de conhecimento de toda a nação. Os documentos de Affonso Celso Nogueira Monteiro, de Renato Oliveira da Motta e de Edvaldo Alves da Silva permanecem esquecidos nas empoeiradas prateleiras da Auditoria Militar — 2ª CJM de SP — e são publicadas agora pela primeira vez.

2 Lâmpião de gás. Argolas na parede. Instrumentos no armário. Vai começar o ritual.

Renato de Oliveira Mota em depoimento de próprio punho relata que foi seqüestrado no dia 12 de maio de 1976, quando se dirigia ao trabalho: «Fui atacado por um grupo de indivíduos, às oito horas, na Ponte das Bandeiras. Empurrando-me violentamente para o interior de um carro Volkswagen, diziam que se tratava de um assalto. Fui então, encapuçado e conduzido para uma casa situada em local ermo, onde permaneci sob torturas até o dia 17».

A descrição deste aparelho clandestino da repressão política começa assim: «à entrada dessa casa percebia-se falta de luz. Tocaram uma campainha. Alguns minutos de silêncio e o carro rodou mais alguns metros; outro toque de campainha, mais alguns minutos parados e, a seguir, a ordem para descer. Subi, ainda encapuçado, uma escada curva, com oito ou dez degraus. No interior retiraram-me o capuz», relembra-se Oliveira Mota.

AO SOM DA RÁDIO MOSCOW

O prédio devia ter vários aposentos, mas o seqüestrado diz que observou a existência de três: uma sala de uns 4 x 4 metros quadrados, com um armário onde eram guardados instrumentos de tortura e roupas. Uma janela que dava a impressão da casa estar localizada em terreno amplo, embora não muito longe da estrada. Uma saleta que servia de escritório, junto à qual um quarto. Chegava-se a ele passando pela cozinha. Tinha uma janela lacrada, e no seu interior dois grandes blocos de cimento retangulares. Em um havia uma argola afixada numa das faces laterais; no outro, na face superior, duas argolas destinadas a prenderem os pés dos prisioneiros. Na saleta, um rádio e uma vitrola ligados, alternadamente no mais alto volume. As gravações usadas tinham vozes estridentes e agonizadas.

O seqüestrado lembra-se de um detalhe curioso: «havia uma equipe de interrogadores que ouvia a rádio de Moscou com certa regularidade».

A casa, sem acabamento, não tinha luz elétrica. As vezes faltava água. Para iluminação usavam-se lâmpões a gás, colocados em pedestais de uns dois metros de altura. A alimentação era preparada pelos próprios indivíduos que ali atuavam. Pelas conversas Oliveira Mota percebeu que algumas daquelas pessoas entravam ali também de olhos vendados: «todos condicionados para a prática de torturas, embora, alguns demonstrassem certo constrangimento, dizendo-se sujeitos a infrações disciplinares».

Oliveira Mota passou pelo calvário de atrocidades rotineiras aos presos políticos nestes 15 anos de regime militar e descreve em detalhes o que sofreu, no seu depoimento. «Eu havia sofrido três insuficiências cardíacas nas dezenas de vezes em que estive no pau de arara, sendo que na última vez trouxeram dois médicos para me examinar».

DRAMAS DOLOROSOS

Quando os seqüestradores resolveram entregá-lo ao DOI, por recomendação de um médico face ao precário estado de saúde, «organizaram uma manobra para dar a entender que a minha prisão fora levada a efeito por outro grupo no dia 19 e não no dia 12 de maio».

No dia 17 de maio, Oliveira Mota foi transferido. Rodaram horas e horas dando voltas intermináveis até chegar numa casa residencial. O acesso era através de uma escada. O prédio iluminado a eletricidade tinha banheiro completo, uma estação rádio transmissora, como no outro local. «No quarto que me servia de cela tinha mesa e cama. Um bloco de cimento semelhante aos já descritos. Para a entrada de ar um pequeno basculante. Minha perspectiva era demorar uns 15 dias. Surpreendentemente, fui removido no dia 19», diz o seqüestrado.

Ele foi informado que iriam simular sua prisão naquele dia, próximo à sua residência e que ele deveria confirmar estas circunstâncias no órgão para onde fosse levado, «sob pena de prejudicar-me». Dentro de dez dias estaria no DOPS, para ser entregue à justiça.

Depois de uma prolongada odisséia de carro por vários bairros, Oliveira Mota foi entregue ao chamado «outro órgão» — o DOI. Recomeçaram as torturas.

E mais adiante: «permanecendo a mesma a minha posição, fui entregue ao DOPS, uns vinte dias depois, como manobra diversionista, visto que, Marco Antonio Tavares Coelho denunciara à Auditoria Militar de São Paulo, a minha presença naquele órgão do II Exército, com a vida em perigo». Novamente, violências neste órgão e posteriormente de volta ao DOI, onde «assisti aos dramas mais dolorosos de minha vida».



CONCILIAÇÃO NACIONAL

NÃO ESTENDIDA EM CONCILIAÇÃO? PÔ, É O QUE EU SEMPRE FAÇO...



Cláudio NATAL

SINTO MUITO, MAS NÃO VAI DA...



Cláudio

EU TAMBÉM NUNCA ACREDITEI EM MÃOS ESTENDIDAS EM CONCILIAÇÃO!



Cláudio

EU TAMBÉM TOU DE MÃO ESTENDIDA EM CONCILIAÇÃO!



Cláudio

VEM O SIMONSEM COM A MÃO DE FERRO E DEPOIS AINDA FALAM EM MÃOS ESTENDIDAS EM CONCILIAÇÃO!



Cláudio

JÁ QUE É PRA FALAR EM CONCILIAÇÃO, POR QUE VOCÊS NÃO CONCILIAM O SALÁRIO DA GENTE COM A REALIDADE?



Cláudio



No Ano Internacional da Criança, apresentamos CLÁUDIO NATAL:

Cláudio de Oliveira, ou Cláudio Natal, porque nasceu no capital do Rio Grande do Norte (Natal), há apenas 15 anos. Quer dizer, o menino-artista tem um futuro pela frente, pois já tá ai batendo bola nessa zona de «conciliação» e outras tramóias do Poder. Imaginem: em 1964, nosso Cláudio era nenê de um aninho; em 68 — quando os homens baixaram o AI-5 — ele estava ainda zanzando de velocípede. Porém, ah! porém, ele não entrou no papo da «nova geração» formada sob a égide do «Brasil Potência». Basta ver seu verbo rasgado e seu traço firme. (J.B.)

Invasão cultural

Empunhando a bandeira da «liberdade de expressão», do «livre fluxo de informação», as empresas transnacionais de comunicação se fortaleceram e monopolizaram a informação no mundo, tornando-a cada vez mais distorcida e desequilibrada, sempre em prejuízo dos povos dominados. Mas nos últimos anos, é crescente a crítica a esta situação: a intensidade do debate sobre a dependência cultural é um reflexo da tomada de consciência entre os povos colonizados de sua própria identidade.

Por Luiz Gonzaga Baga Mota

geiras veiculadas por estes jornais provinham da United Press Internacional (UPI) e 21% da Associated Press (AP), num total de 60% do material publicado proveniente das duas grandes agências norte-americanas. A France Press (FP) contribuiu com 10%, a Reuters inglesa com 9% e a agência espanhola EFE com 8%. A agência noticiosa latinoamericana Latin apareceu com apenas 4% do total de notícias internacionais publicadas nestes 15 jornais.

Este mesmo estudo mostrou também que as regiões centro do capitalismo internacional — Europa e América do Norte — são os principais assuntos do noticiário internacional dos jornais latino-americanos, ocupando 40% e 20% do espaço respectivamente. A América Latina aparece em 3º lugar com 19% do espaço. Mas, talvez o fato mais relevante revelado pela pesquisa é que países latino-americanos limitrofes entre si se comunicam através de material que sobre eles escrevem as grandes agências transnacionais. Assim, os países da região dependem da concepção e imagem que fazem deles estas agências, comprovando uma profunda dependência informativa. Por isto, temas extremamente relevantes para os países do continente que acontecem cada semana ficam sistematicamente excluídos do noticiário enquanto outros temas

No Brasil, bastaria nossa experiência diária com os Meios de Comunicação para comprovar a dependência informativa semelhante ao resto do mundo subdesenvolvido. Alguns poucos levantamentos comprovam isto. Um estudo mostrou que

Primeira parte. Próxima semana vem o final.

Porque prevalece tanto material importado sobre o nacional? Os Meios de Comunicação são empresas privadas regidas pelo sistema de mercado, e visam fundamentalmente o lucro. A mensagem é uma mercadoria como outra qualquer produzida segundo as regras do capitalismo, e que necessita circular, ser consumida em grande quantidade.



O programa Bonanza produzido pela TV norte americana foi traduzido para 55 idiomas e visto, em dez anos de exibição em vários países, por um bilhão de pessoas, o que constitui a experiência social mais compartilhada da humanidade até hoje.

fúteis são frequentemente noticiados, conforme comprovou também o estudo.

Um levantamento da BBC de Londres em 1974 mostrou que os correspondentes das grandes agências noticiosas transnacionais se concentram principalmente na América do Norte (34%), e Europa (28%). A Ásia e Austrália têm 17%, a América Latina 11%, o Oriente Médio 8% e África apenas 4% destes correspondentes.

É interessante notar que o fenômeno da distorção do fluxo internacional de informações funciona também no sentido inverso. Assim, os países do Terceiro Mundo são pouco divulgados nos países capitalistas industrializados.

Por exemplo, um estudo do norte-americano Al Hester realizado em 1971 comprovou que os canais de televisão dos Estados Unidos supridos de notícias internacionais pela agência AP divulgam, em média, 70 a 75% de fatos ocorridos nos países industrializados e apenas 20 a 25% de notícias provenientes de países subdesenvolvidos, apesar destes últimos somarem quase dois terços da população mundial.

E não apenas foi menor o número total de notícias provenientes de países subdesenvolvidos mas, também estas notícias tratavam de um número menor de temas comparativamente com as notícias provenientes da Europa.

Uma entrevista feita em 1971 com os chamados «gatekeepers» (pessoas que intervêm nas diversas etapas do fluxo de informações e que podem modificá-las) da agência AP revelou as seguintes áreas de interesse noticioso, segundo a opinião destas pessoas:

- 1) Europa Ocidental
- 2) Oriente Médio.
- 3) Ásia (principalmente Vietnã).
- 4) Europa Central.
- 5) América Latina.
- 6) África.

Esta mesma entrevista, realizada com jornalistas latino-americanos que trabalham para a agência AP mostrou quase a mesma ordem de preferência:

- 1) Europa Ocidental.
- 2) Ásia (principalmente Vietnã).
- 3) Meio Oriente
- 4) Europa Central.
- 5) América Latina.
- 6) África.

Portanto, por exigências implícitas do seu trabalho ou por alienação pessoal, mesmo os profissionais latino-americanos da AP reconheciam os países centros do capitalismo ocidental como os de maior interesse noticioso.

as emissoras de São Paulo exibiram 172 filmes estrangeiros numa semana. Estatísticas do Museu de Arte Moderna do Rio documentaram que durante o ano de 1976, nos quatro canais de televisão do Rio de Janeiro foram exibidos 1276 filmes originalmente produzidos para o cinema. Destes, apenas 70 filmes eram nacionais, enquanto 917 filmes eram norte-americanos. Outro levantamento feito em 1977 mostrou que dos 28 filmes exibidos nos canais de televisão de Brasília em uma semana, no horário infantil, todos eram estrangeiros: 19 norte-americanos, 4 ingleses, 3 franceses, 1 italiano e 1 não identificado.

A situação preocupou o próprio governo e o Ministro das Comunicações, em diversas ocasiões pronunciou-se contra a excessiva importação falando até mesmo em colonialismo cultural. Certa vez afirmou que «as estatísticas levam à conclusão de que está sendo praticamente imposta aos nossos jovens, praticamente às nossas crianças, cultura e valores estrangeiros aos brasileiros. Assim, nossa TV comercial está sendo veiculado privilegiado da importação cultural, fator básico de descaracterização da nossa criatividade.

Porque prevalece tanto material importado sobre o nacional? Ora, a explicação é simples. Os Meios de Comunicação (emissoras de rádio e televisão, jornais e agências noticiosas, produtores e exibidores cinematográficos) são empresas privadas regidas pelo sistema de mercado, e

As regiões centro do capitalismo internacional — Europa e América do Norte — são os principais assuntos do noticiário internacional dos jornais latino-americanos, ocupando 40% e 20% respectivamente. A própria América Latina aparece em terceiro lugar, com 19% do espaço...

visam fundamentalmente o lucro. A concorrência e os preços de produção e circulação as obrigam a optar sempre pelo menor custo e por mercados mais amplos. Neste contexto, a mensagem (informação ou entretenimento) é uma mercadoria como outra qualquer, produzida segundo as regras de produção capitalista e que necessita circular, ser consumida em grande quantidade. Como disse certa vez Léo Magalhães, diretor da Divisão de Filmes da Rede Globo, no Rio: «isto aqui é uma empresa, é preciso compor a programação». E completou um editor brasileiro, «não tenho compromissos com a cultura brasileira: tenho compromisso com os bancos».

Diante deste tipo de compromissos é óbvio que os diretores das empresas de informação e comunicação não se importarão com a origem ou o conteúdo da mercadoria que produzem ou fazem circular. O importante é a rentabilidade desta mercadoria não a sua qualidade. Enquanto um episódio estrangeiro para a TV de 30 minutos de duração custa 45 mil cruzeiros e se paga facil-

É como disse um editor: «não tenho compromissos com a cultura brasileira; tenho compromissos com os bancos». Assim, os diretores de empresa de comunicação se importam muito mais com a rentabilidade da mercadoria e menos com a sua qualidade, conteúdo ideológico ou origem.

mente com a publicidade veiculada nos intervalos, um episódio brasileiro custa pelo menos o triplo. Da mesma forma, enquanto um LP nacional precisa vender 12 mil discos para não dar prejuízo, um lançamento internacional se paga com a venda de 5 mil cópias, conforme Antonio Carlos Duncan, gerente do Departamento Internacional da EMI-Odeon (143 lançamentos estrangeiros contra 85 nacionais em 1976).

Por isto, o presente fluxo da informação no mundo está marcado por sérias distorções e desequilíbrios. Prevalecem sempre as regras de produção capitalista e as instituições localizadas nos países centro do capitalismo internacional monopolizam grande parte desta produção, exportando suas mercadorias culturais para países dependentes onde os gerentes e empresários locais completam o ciclo produtivo fazendo circular os produtos importados. Por isto os meios de comunicar informação estão concentrados nos grandes centros enquanto a população da maioria dos países do mundo está reduzida a simples recipiente passivo. Por isto a informação pertinente à produção de petróleo na Venezuela chega até nós através dos olhos dos países consumidores e a legitimidade da posse e potencial de recursos do Canal do Panamá aparecem deformadas nos nossos jornais via agências norte-americanas.

Empunhando a bandeira da «liberdade de expressão», do «livre fluxo de informação» as empresas transnacionais de comunicação se fortaleceram e monopolizaram a informação, enquanto a produção, disseminação e troca de informações no mundo tornava-se cada vez mais distorcida e desequilibrada, sempre em prejuízo dos povos dominados. Esta doutrina, de fato, nada significa para os que não possuem a necessária infra-estrutura de comunicação. Só a partir do início dos anos 70 ela começou a ser seriamente questionada pelos povos subdesenvolvidos. Fica claro entretanto, como já disse um analista do problema, que o que se questiona não é a liberdade de informação mas a maneira em que este princípio tem sido praticado e as suas consequências.

A intensidade da discussão, sobre a dependência cultural e informativa é pois um reflexo da crescente tomada de consciência entre os povos colonizados de sua própria identidade. Os países chamados não alinhados e outras nações subdesenvolvidas passaram a reclamar completa soberania informativa. E tomaram consciência de que são eles próprios que têm de modificar esta situação de desigualdade e se descolonizar com a firme determinação de criar uma nova ordem internacional do campo da comunicação.

Na próxima semana: o caso brasileiro, a saída da estatização e da nacionalização, conclusão.

Bancários pelas seis horas

Reportagem de Terezinha Vicente Ferreira (SP), Haroldo Quintão (BH), Sucursal do Rio e Porto Alegre.

Trabalhar menos, para viver mais, e melhor. Esta é uma batalha que os bancários vem travando há 45 anos contra os banqueiros, que insistem em colocar seus lucros em primeiro lugar. Agora, nova campanha nacional está nas agências, corretoras, escritórios, para fazer valer uma conquista legal de 1933: a jornada de seis horas, direito ameaçado por mais uma aliança entre o governo e os empresários.

A delimitação da jornada de trabalho sempre foi um dos principais objetos da luta entre assalariados e empregadores. Um símbolo disso é o próprio 1º de maio, data em que operários foram mortos em Chicago, nos Estados Unidos, quando participavam de um grande movimento de reivindicação pela jornada de oito horas de trabalho.

Os bancários, entre outras categorias de assalariados — jornalistas, telefonistas, ascensoristas — têm jornada especial de trabalho, seis horas diárias, de segunda a sexta-feira. Isto não foi dado de graça ou sem motivos, e são inúmeros os bancários que nem sabem do seu direito. É uma conquista da categoria, concretizada pelo decreto 23.322 de 03/11/33, depois de muita luta, tendo por base as péssimas condições e a natureza do trabalho bancário, que acarretavam muitas doenças aos que trabalhavam em bancos.

«O salário exigiu, o trabalho desarticulado e a insegurança, somados ao horário exaustivo, tiveram por consequência um empregado de pequena produção e doente, como cita a pesquisadora Leticia Bicalho Canêdo em seu livro *O Sindicalismo Bancário em São Paulo*. As doenças mais comuns eram a tuberculose e a chamada «psiconeurose bancária». Em 1938, foi promovido pelo Serviço de Fisiologia do Instituto dos Bancários, um exame de tórax: 23% dos examinados eram portadores de tuberculose pulmonar. «Psiconeurose bancária» era o nome dado a uma doença característica no meio bancário, que afeta as funções do cérebro, dando fraqueza, dificuldade de concentrar atenção, irritabilidade. Surgem insônias e as fobias de várias espécies. O sintoma que domina é a angústia ou o excesso de escrúpulo.»

E com tudo isso, o bancário tinha que oferecer uma imagem socialmente respeitável, como se vê num trecho do jornal *Vida Bancária*, de novembro de 1933. «Deve ser educado e culto; deve ser sociável, trajar decentemente e ser gentil. Bancário e gentleman precisam ser expressões sinônimas. Mas, para tudo isso, é necessário que tenhamos alguma melhoria material. Sem uma remuneração justa não é possível frequentar a sociedade, como deveríamos fazer.»

DADOS RECENTES

Atualmente, para que não haja contestação sobre a influência da jornada de trabalho na saúde dos empregados na rede bancária, está em curso uma coleta de dados oficiais, a princípio, utilizados pelos próprios patrões. Assim, veio à luz o levantamento feito pelo Departamento de Pessoal da Caixa de Previdência do Banco do Brasil, em 1965, divulgado pela Circular FUNCI-462, que comprova: aproximadamente 30% dos funcionários falecidos não alcançaram 50 anos de idade e 90% morreram antes de chegar a aposentadoria, enfatizando, categoricamente, que «estas cifras dispensam quaisquer outras alegações que temos para comprovar quanto é exaustiva e depressiva a vida bancária.»

No Banco do Estado de Minas Gerais, conforme levantamento estatístico, publicado na edição de dezembro de 1977 de *O Jornal do Bemge*, mostra que 53,06% dos diagnósticos de funcionários segurados nas apólices de seguro de vida em grupo do banco, que permaneceram afastados para tratamento de saúde, de 1 de agosto de 1975 a 31 de julho de 1976, sofriram de doenças mentais, com 10,20% de doenças do aparelho cardíaco-vascular, e 6,12% de doenças do aparelho genito-urinário e 2,06% de tuberculose pulmonar. No mesmo período, 45,71% dos segurados falecidos tiveram como causa mortis doenças do aparelho cardíaco-vascular, para 14,28% em acidentes, 2,86% em homicídios e 2,86% de tuberculose pulmonar.

Apresenta ainda conclusões do médico Yvan Gusmão de Queirós, durante o 14º Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho, que com sua experiência no meio bancário pode afirmar que os reflexos do trabalho em banco atingem até mesmo os familiares do empregado, principalmente nos casos de stress sócio-familiar e stress profissional. Assinala o médico que «a fadiga, as síndromes dolorosas, a cáibra dos escreventes, a Enfermidade de Coriga, o neurotrauma, a cefaleia tensional, a irritabilidade, o nervosismo, a insônia, o medo patológico e tantos outros quadros abundam no meio bancário, afora as doenças infecciosas.»

BANQUEIROS CONTRA A LEI

A grande luta empreendida pela categoria bancária na década de 30, não teve apenas esse aspecto, a conquista das seis horas, estendendo-se a uma situação econômica conjuntural bem mais ampla. Os empregados eram escassos e a possibilidade de aumento de salário mais ainda. A luta pela jornada de seis horas se apresentava como uma forma solucionadora de ambas as questões. «Aproveitando-se da crise de empregados e das grandes ofertas de trabalho, os patrões exploram, em benefício dos transbordantes fundos de reserva, as parcas energias de uma classe que é a maior frequentadora dos sanatórios de tuberculosos.» (*Vida Bancária*, junho/1933).

Os banqueiros, por sua vez, nunca acatarem essa conquista e buscaram, de todas as formas, sua revogação. Logo após a promulgação da «lei das seis horas», os banqueiros se lançaram a intensa campanha nos jornais pela sua derrubada, tentando colocar o público contra a categoria bancária. Não conseguiram; entretanto, a lei nunca foi regularmente cumprida, e não o é até hoje.

O parecer, recente, que contraria o artigo 225 da CLT, e toda a doutrina e jurisprudência acumuladas em Tribunais do Trabalho, foi dado pelo ex-Consultor Geral da República, Luiz Raphael Meyer, e se constitui em mais um fato na série de tentativas patronais de por fim a esta que é uma das maiores conquistas da categoria bancária: a jornada de seis horas diárias de trabalho.

A profissão de bancário é reconhecida, até mesmo pela Consultoria do Ministério de Trabalho, como penosa e extenuante, e, assim, somente admite prorrogação em caso de necessidade imperiosa, motivada por argumentos determinados, devidamente comprovados, tais como:

Força maior.

Atendimento «à realização ou conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízo manifesto».

Recuperação de «horas perdidas com a interrupção do trabalho resultante de causas acidentais ou de força maior».

BURLA À LEI

O primeiro e mais grave precedente, procurando eliminar a jornada legal de trabalho dos

bancários, partiu, justamente, do maior estabelecimento de crédito do País, o Banco do Brasil, que tem como seu maior acionista o próprio Governo Federal. No Banco do Brasil é que, através de uma anomalia denominada «tempo integral», desencadeou-se o processo de prorrogação irregular e ilegal, em caráter habitual, como forma de compensar os efeitos da política de

arrocho salarial que afastava seus melhores funcionários em busca de melhores oportunidades. O mau exemplo, oficializado, frutificou entre os bancos particulares. As constantes denúncias das entidades sindicais dos bancários, exercendo pressão e levando à fiscalização do Ministério do Trabalho a atuar as empresas, forçaram os patrões a usarem outros artifícios para burlar a

lei. Uma interpretação falsa do parágrafo 2º, do artigo 224, da CLT, eles passaram a comissionar, indiscriminada e a preço irrisório, seus empregados.

A finalidade das manobras, comandadas pela Federação Nacional dos Bancos, passou a ser a dilatação do horário, já agora não mais por duas

horas, mas por quatro e até seis horas diárias, criando diversas chefias irreais onde o funcionário só tem sob suas ordens ele mesmo. O regime de FGTS e o obsoleto e injusto Contrato Individual de Trabalho, que constrengem pelo poder econômico o empregado, serviram como fatores de pressão para adesão dos bancários à irregularidade.



O Dia Nacional foi assim

Os bancários fizeram assembleias nos vários estados, quinta-feira, dia 11, para protestar contra o parecer 7659/78, da Consultoria Geral da República, que visa institucionalizar a prorrogação da jornada de trabalho para oito horas.

«Manter a jornada de seis horas é o mesmo que lutar por melhores salários, por liberdade sindical — através de nossa organização, por local de trabalho em comissões de autônomas — pelo direito de greve, pela estabilidade no emprego e pela liberdade de expressão para os trabalhadores. A preservação da jornada de seis horas é ponto fundamental de nossas lutas e haveremos de garanti-las mobilizados e unidos em nossos sindicatos.»

Com esta afirmação, terminava uma nota oficial lançada no último dia 11, em Porto Alegre, pelo Sindicato dos Bancários. Lida durante uma assembleia geral da categoria, essa posição representou o ponto de vista dos bancários gaúchos na passagem do Dia Nacional em Defesa da Jornada de Seis Horas, campanha que durante este mês de janeiro visa combater a iniciativa dos patrões e do governo em legalizar a prorrogação de duas horas extras na jornada diária de trabalho.

«O golpe militar de 1964, foi feito exclusivamente contra os trabalhadores, cuja luta tem sido feita abaixo de sangue», disse em discurso o presidente da Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul, Paulo Steinhauer, quando falava sobre as dificuldades da categoria Segundo ele a conquista da jornada de seis horas foi o resultado da organização e mobilização da categoria, mantida nestes 45 mesmo com a perda de grandes lideranças devido a repressão.

A direção do Sindicato de Porto Alegre apresentou um documento, que deverá ser distribuído a toda a categoria, como forma de divulgar a luta. Sua posição foi consensual entre os bancários na assembleia geral: a luta pela manutenção da jornada de seis horas está intrinsecamente ligada a luta por melhores condições de trabalho e salários.

Na oportunidade, o presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, Olivio Dutra, entregou um pacote de denúncias ao representante do Ministério do Trabalho, José Antonio

Fontoura, presente à assembleia a convite da direção do Sindicato. Fontoura explicou que a jornada além das seis horas diárias é ilegal e que o Ministério está a disposição do sindicato para punir os estabelecimentos que obrigarem seus funcionários a trabalharem além do que estabelece a lei. Sugeriu, inclusive, que o sindicato entre com um mandado de segurança contra o parecer 7659/78, da Consultoria Geral da República. A posição da assembleia, no entanto, é de que essa fiscalização não é suficiente para garantir a independência dos bancários, na conquista de melhores salários e a manutenção da jornada de seis horas de trabalho.

EM SÃO PAULO

A campanha assumiu um caráter especial, em São Paulo, pois a categoria está próxima de sua eleição sindical. Como a diretoria da entidade vinha mantendo o órgão fechado desde a última campanha salarial, a assembleia do dia 11 constituiu-se numa primeira medida de forças entre a situação e a oposição. 200 bancários se fizeram presentes.

Como disse Pedro Dada, advogado da classe, na abertura das intervenções: «Nós entendemos que a principal característica a ser defendida é que foi uma conquista da categoria, devido a problemas de saúde. É um direito adquirido, irreversível e inalienável.»

Os oradores que se seguiram, todos pertencentes a Oposição Sindical, não se cansaram de frisar que o problema do bancário é salário e, também da necessidade que existe em se esclarecer a categoria. Assim, vieram as propostas de assembleia permanente, encontros regionais para discutir o problema em todos os seus aspectos, jornais e boletins esclarecedores. Criticando os encontros «de cúpula», programados pela Contee, Luiz Azevedo, membro da Chapa 2, discorreu sobre a necessidade de uma Comissão Aberta para discussão e encaminhamento da luta.

Para o dia 9 de março já está marcado um Encontro dos Departamentos Jurídicos do

Sindicatos, em Porto Alegre, aproveitando a inauguração da nova Federação dos Bancários daquele estado. Recordando o último Encontro Nacional dos Bancários, ocorrido no final do ano passado em Araxá e, para o qual, nenhuma assembleia da categoria em São Paulo foi convocada, outro orador levantou a necessidade de serem eleitos os elementos participantes de tais encontros.

Augusto de Oliveira Camps, presidente da Chapa 2, aponta o que considera o pior aspecto do problema: «A existência desse parecer mostra uma questão muito clara — o atrelamento do Sindicato. Esse parecer mostra a fraqueza que tem o Sindicato hoje, porque não são os próprios bancários que podem fiscalizar as infrações. O Ministério do Trabalho é que fiscaliza; quando multa, estas multas vão para o Ministério e, depois de cinco anos são anuladas. É necessário que se informe o bancário das doenças a que está sujeito. A Comissão Aberta tem que ter a proposta clara de apresentar à categoria casos concretos e, fundamentalmente, tem que ter seu Sindicato aberto.»

As propostas da Oposição foram aprovadas por unanimidade. Assim é que, além de assembleia permanente, boletins esclarecedores, Comissão Aberta para encaminhamento da luta, um abaixo assinado lançado publicamente ao meio-dia de quarta-feira, dia 17, endereçado ao presidente da República solicitando a revogação do parecer, se fará circular entre os bancários. A convocação de um Congresso de Bancários em São Paulo, assim como encontros regionais, foi outra proposta aprovada.

Para a chapa de Oposição, o saldo foi positivo. Conseguiu-se, oficializada em assembleia, a abertura do Sindicato. Resta saber se a diretoria com os pelegos à frente, encaminhará as outras propostas, visto que, já na primeira reunião da Comissão Aberta nenhum diretor se fez presente.

EM BELO HORIZONTE

A assembleia dos bancários mineiros aprovou a proposta de incorporação das horas extras ao salário dos bancários, mantida a jornada de seis horas. «Devemos lutar pela melhoria dos nossos salários dentro da jornada de seis horas e não fazermos o jogo dos banqueiros; os modernos senhores de escravos», diz a nota oficial do sindicato.

Formação de comissões por banco, com reuniões coordenadas pelo sindicato, e organização

de uma pesquisa sobre salário e jornada de trabalho foram as outras propostas aprovadas na reunião.

Argumentando com base na pequena participação de bancários na reunião, a «Oposição Sindical» bancária propôs a convocação de nova assembleia da categoria para o dia 18 de janeiro. «Sindicato Livre», jornal da oposição bancária de BH, «aberto a todas as tendências» e de «oposição não somente a atual diretoria, mas principalmente à estrutura sindical», conforme diz o editorial, foi lançado pela primeira vez durante a reunião do dia 11. No número zero, o jornal denuncia a repressão ocorrida em BH contra o bancário José Luiz, demitido do Banco Mercantil do Brasil por sua participação sindical.

Outra denúncia de repressão: o Banco do Estado de Minas Gerais (BEMGE) já tem pronta uma lista negra com mais de 95 nomes, e quatro deles já foram demitidos. E o início da gestão do ex-deputado federal pela Arena, Sivalva Boaventura, que depois de sua desventura «frotista» acabou contemplado com uma diretoria do BEMGE.

NO RIO

Os bancários de Campos, Estado do Rio, realizaram uma assembleia que, simbolicamente, abriu a campanha de mobilização na região do Rio e Espírito Santo. Não sem alguns protestos por parte de alguns de cento e poucos participantes do ato, devido a não convocação da Oposição Sindical Fluminense, um dos setores mais combativos da categoria, por manobras das quais não ficaram excluídos elementos da Federação.

De qualquer forma, os debates foram abertos, girando em torno do problema que de muito sabido e reconhecido já está quase que assumindo o perigoso status de fato consumado, realidade incontestável e intransformável. Os bancários não acham assim.

Por isso uma das decisões foi no sentido da solidificação de um laudo categórico de técnico em higiene do trabalho, para comprovar que a jornada nos bancos produz fadiga profissional, indicando também a grande incidência de doenças mentais na categoria. Os bancários não aceitarão de forma alguma o parecer aprovado pela Presidência da República admitindo como normal a prorrogação habitual do número e horas efetivamente trabalhadas. «O duro vai virar dureza», protestava um bancário na assembleia de Campos.

MELHOROU OU PIOROU?

O argumento utilizado pelos patrões hoje é que o trabalho bancário está transformado, os métodos são outros e a jornada especial não mais se justifica. Historicamente, a tecnologia deveria vir para facilitar e melhorar as condições do trabalho humano, mas isto não acontece.

Com respeito a isto, a posição da Federação dos Bancários é clara: «os bancos diversificaram e intensificaram ao infinito suas atividades, transformando-se hoje em organizações complexas de prestação de serviços. Pode-se mesmo dizer que, de maneira geral, houve um agravamento, uma piora das condições insalubres enfrentadas pelos bancários em sua atividade diária. Basta citar, como exemplo, o caso do caixa-executivo, figura típica do bancário atual, função engendrada pelos banqueiros para, a pretexto de racionalização e modernização dos serviços, concentrar em um só funcionário atribuições antes desempenhadas por dois, três ou mais empregados, com evidente diminuição dos custos de pessoal, mas com indistarcável caráter de exploração desumana e impiedosa.»

Se as condições de higiene melhoraram, a implantação de computadores e calculadoras eletrônicas, fazem com que hoje o serviço bancário seja mais monótono, excessivamente rotineiro, exigindo velocidade e muita atenção. As neuroses e o alcoolismo aumentaram, assim como as deficiências visuais, problemas de coluna, varizes, etc...

Hoje, a maioria dos bancários trabalha oito horas ou mais. O arrocho salarial que vigorou a partir de 64 levou o salário do bancário a uma queda do poder aquisitivo por volta de 35%. A partir de então, os bancários começaram a prorrogar a jornada fazendo as horas extras. Os patrões acharam muito bom, pois três funcionários fazendo duas horas extras diárias dispensam a contratação de um quarto funcionário, livrando o banqueiro dos seus encargos sociais, e facilitando ainda mais a diminuição do salário.

A LEI, ORA A LEI...

Mas há formas de pressão ainda mais diretas utilizadas pelos banqueiros. A maioria dos bancos incluem no seu contrato de trabalho uma cláusula que obriga o empregado a fazer as horas extras normalmente, apesar da lei ser suficientemente clara: «A duração normal do trabalho poderá ser excepcionalmente prorrogada até oito horas diárias...» (art. 225 da CLT).

Uma outra maneira de burlar a lei foi a criação, a partir de 64, de outros tipos de instituições financeiras, que passaram a exercer atividades tipicamente bancárias, como as Sociedades de Crédito, Financiamento e Investimento, Cadernetas de Poupança, Distribuidoras de Títulos, etc... Quando a «lei das 6 horas» foi decretada, não haviam essas instituições e, apesar de seus empregados inclusive pertencerem ao mesmo Sindicato, é comum trabalharem oito horas por dia sem ao menos receberem o adicional extraordinário.

Alguns bancos ainda encontraram um modo pior de assaltar seus funcionários, que não estão sujeitos a quadros de carreira, como acontece nos bancos estatais. Transformam-nos em «comissionados», funções tidas como «de confiança», pagas com um terço de seu salário a mais, o que equivaleria a oito horas de trabalho diário. Dessa forma, o bancário imbuído da importância de seu cargo passa a dedicar não apenas oito horas ao banco, mas dez, doze...

As locadoras de mão-de-obra, empresas que alugam serviços aos banqueiros, são outro engodo utilizado. Como o art. 226 da CLT cita textualmente porteiros, telefonistas, contínuos e serventes, como empregados também beneficiados com a jornada de seis horas, criaram-se essas empresas, evitando que estes funcionários possam usufruir dos direitos de bancários. Os bancos, dessa forma, exploram as locadoras e estas mais ainda seus empregados, submetidos a péssimas condições de trabalho e salários irrisórios.

No escândalo da morte da menina Araceli Cabrera Sanchez, ocorrido no período de 18 a 24 de maio de 1973, em Vitória, estão envolvidos mais de trinta pessoas ainda impunes. Essa relação pode ser feita com base nas recentes denúncias deste repórter junto com o perito Dudu Cabral e que causaram reviravolta total no caso. São pessoas que poderão ser incriminadas por maior ou menor participação no crime ou por acobertá-lo destruindo provas ou colaborando nisso, além de omissões diversas, erros propositais e tentativas de desviar a atenção da opinião pública sobre os indicados Dantinho Micheliní, Dante de Barros Micheliní e Paulo Helal. A participação dessas pessoas no caso justifica maiores diligências e, mais, justifica ações judiciais.

Toda a verdade sobre o Caso Araceli apareceu agora de forma cruel. O processo atualmente tem cinco mil páginas e é o segundo em volume da Justiça capixaba. E como o primeiro, é tumultuado (graças às sucessivas manobras dos advogados dos criminosos que tentam invalidar testemunhas, tentam dar rumos próprios ao caso) e revela uma impunidade escandalosa de causar indignação. Como não poderia deixar de ser, o primeiro trata-se do processo do **Esquadrão da Morte Capixaba**, em que estão envolvidos nada mais nada menos do que o ex-governador Christiano Dias Lopes Filho (que não se reelegera para deputado federal pela Arena) e seu irmão José Dias Lopes, chefe do **Esquadrão Capixaba** que assassinou mais de 30 marginais a sangue frio.

Como este, o processo do Caso Araceli caminha muito lentamente nos frios corredores do Palácio da Justiça de Vitória. O esquema de intimidações e pressões e ameaças funciona até mesmo com relação ao juiz Hilton Silly que está com o caso e é considerado - felizmente - um personagem da maior integridade. Silly afirma que só sai do caso «se eu morrer», mas ele sente notórias dificuldades em levar o caso adiante. Não que lhe falte capacidade ou coragem. O próprio esquema sobre o qual está montado a Justiça capixaba emperra o processo. Todas as novas denúncias e revelações sobre o Caso foram anexadas ao processo e todo mundo continua aguardando justiça. Espera-se que as novas revelações façam o caso andar mais depressa, no mínimo ou que tudo não se desfaça sob o véu do medo e da impunidade. Tão importante quanto colocar na cadeia os criminosos e pessoas influentes que tudo fizeram para manter o crime encoberto por favorecimento ou por amizade e até por total falta de vergonha na cara de alguns. É certo que a «máfia dos poderosos que tem poder e dinheiro nas mãos» continua agindo - conforme bem assinala o pai de Araceli - mas que não seja mais por muito tempo. Agora, que a verdade está revelada, que os impunes paguem por seus crimes. Que nesse Caso Araceli foram muitos.

Este ano, Araceli Cabrera Sanchez ia completar 15 anos e, quem sabe, como muitas adolescentes de sua idade, valsa-ria num baile de debutantes. Mas, ha quase seis anos atrás, quando era ainda apenas uma criança, foi envolvida numa trama de tóxicos raptada, drogada, espancada e assassinada brutalmente por milionários da família Helal e Micheliní, em Vitória, Espírito Santo. O processo judicial de lá para cá é uma história intrincada e tumultuada, com destruição de provas, ameaças sobre testemunhas, intimidações, três assassinatos paralelos, quatro mortes misteriosas e grosseiras pressões para que tudo terminasse encoberto, inclusive com a convivência do próprio governo federal que chegou a proibir um romance-reportagem sobre o assunto. Mas no último mês, o episódio ganhou curso diferente, com novas revelações da mãe e do pai de Araceli, este até então sem ter falado nada sobre o assassinato de sua filha.

A seguir, a relação dos envolvidos:

1 - Dante de Barros Micheliní — indiciado. Acompanhou as investigações ilegalmente destruindo provas porque seu filho Dantinho estava envolvido diretamente no assassinato da menor. Dante alegou que ajudou a polícia «colocando à disposição veículos, material e gasolina».

Que polícia é essa - do Espírito Santo - que nem sequer tem gasolina própria para agir? Além do mais, Dante ajudou na ocultação do cadáver da menina Araceli.

2 - Dantinho Micheliní — indiciado. Viciado em drogas, integrante da patota de viciados da Praia do Canto. Um dos autores do rapto e morte da menina junto com seu amigo Paulo Helal. Mais recentemente, dirigia embriagado e na contra-mão, atropelando uma senhora e seu filho de cinco meses em fato de novo encoberto em Vitória.

3 - Paulo Helal — corruptor de menores, conhecido nas praias capixabas. Helal, até hoje pode ser visto em Vitória, no horário das 19, «cantando» meninas no centro da cidade. A impunidade o ajuda a fazer isso, embora a consciência lhe doa muito. Quando morou no Rio, num período após o assassinato da menor, ele costumava se embriagar e dizer bem alto no **La Fiorentina**: «Eu matei Araceli, fui eu que matei, gente». afirmou que não conhecia Dantinho, o que é mentira pois ambos estudaram no mesmo colégio, inclusive. Foi preso uma vez em Belo Horizonte por porte ilegal de arma. No depoimento cingidamente disse que «não sabia que no carro em que eu viajava havia arma no porta-luvas». Há indícios de que nessa ocasião havia tóxicos em seu carro. Participou de toda trama por ser tarado sexual e em seu carro foram encontrados poça de sangue e rolinhos de cabelo de Araceli pelos mecânicos Izemar do Nascimento e Arlindo dos Santos.

4 - O ex-superintendente de Polícia, José Gilberto Faria: omitiu-se na primeira fase do inquérito policial, quando várias provas foram destruídas. Distribuiu carteirinha de polícia a amigos particulares, entre os quais Dante de Barros. Sabe perfeitamente quem matou Araceli. Mas esconde a verdade sistematicamente. É amigo particular de Dante de Barros.

5 - Capitão Manoel Araújo — primeiro presidente do inquérito do Caso Araceli. Sua atuação foi desastrosa. Sabia que a menina havia sido assassinada e imersa em ácido para que seu corpo fosse desfigurado e mesmo assim nada disse no relatório que fez. Preferiu despistar e procurar a menina viva, quando ele sabia que ela já estava morta. Amigo particular de Dante de Barros com quem sempre estava durante as investigações. Facilitou a destruição de provas fundamentais. Isto está claro e provado. Acobertou a impunidade e abafou a verdade tanto quanto pode. O relatório que fez sobre o caso é uma peça de «rara ignorância».

6 - Jorge Micheliní — que em 1976 acabou morrendo num desastre misterioso. Ajudou na ocultação do corpo da menor. Mantinha relacionamento com a mãe de Araceli. Falsário em São Paulo e que se passava por figura de alta sociedade em Vitória. Traficante. Viciado em entorpecentes. Alcolátraz.

7 - João Carlos de Souza Nunes — policial que compareceu ao local quando do encontro do cadáver de Araceli. Ele não adotou as medidas necessárias para o resguardo do corpo que o fato exigia. Amigo de Manoel Nunes de Araújo.

8 - Marislei Fernandes Muniz — ex-amante de Paulo Helal, na época menor de idade. Ajudou no rapto da menor, dela se aproximando a pedido de Helal. Contou tudo à polícia e contou até mesmo que havia ido ao local onde se encontrava o cadáver «para ver se tudo estava bem», junto com Paulo Helal. Depois várias vezes chegou a desmentir essa versão inicial. Alegou depois existência de pressões e ameaças. Finalmente confirmou tudo. Hoje, tenta sair de Vitória, embora viva «transando» com a polícia capixaba. Num



Dona Lola

ARACELI

Milionários, autoridades e funcionários do governo. Mais de 30 pessoas envolvidas no assassinato da menina capixaba. Aqui, a lista.

Por Carlos Alberto Luppi (Especial para «Em Tempo»)



Araceli meses antes de sua morte (1973)

de seus depoimentos contou inclusive que mantinha relacionamento sexual com o presidente do Tribunal de Justiça, entre outras preciosidades.

9 - Arnaldo Neres — Agente funerário da Santa Casa de Vitória, altamente comprometido pelas investigações feitas pelo Corregedor Frasson e o perito Dudu Cabral por ter ajudado a desfigurar o corpo de Araceli. Imergiu a menina já morta em ácido, ajudou também a esconder o corpo. Manteve contatos através de telefonemas e bilhetes com dona Lola, a mãe da menor. Contatos altamente suspeitos.

10 - Constantee Helal, pai de Paulo Helal. Patrão de Neres, pois era provedor da Santa Casa. Neste local ocorreu também logo depois da morte de Araceli, o assassinato de Fortunato Picin, um dos elementos da «patota» de viciados de Vitória que conhecia os autores do crime e fatalmente iria denunciá-los. Picin foi vítima de uma injeção fatal, que se recusava a tomar. O laudo da Santa Casa deu como causa mortis «malária». Mas, posteriormente, a Santa Casa admitiu o «erro médico».

11 - O médico Jefferson de Aguiar, responsável pela injeção de Valium-10 dada a Picin e que ocasionou sua morte. A morte, posteriormente, foi reconhecida como «lamentável erro médico». Isto porque o perito Carlos Eboli contestou formalmente a «causa mortis» apontada — malária — pois nenhum exame de sangue fora feito em Picin.

12 - Sargento Jobson Mota Lima — que confessou ter sido obrigado a praticar atos, juntamente com o capitão Araújo, em conclusão com Dante de Barros para induzir em erros as autoridades policiais.

13 - Elson José dos Santos, Hermes Ferreira da Silva e Alexandrino Alves — funcionários da polícia que tinham os filmes criminalísticos do encontro do corpo de Araceli. Os filmes sumiram misteriosamente e nisso estão também implicados o ex-superintendente Gilberto Faria e o capitão Manoel Araújo. Há um processo sobre o desaparecimento dos filmes e que vem se arrastando lentamente. Consta que o filme não foi destruído. Está em poder de alguém em Vitória que o vem usando sistematicamente para chantagem.

14 - José Maria Ramos Gagno — um dos advogados dos Micheliní, autor de suborno da cozinheira do bar Franciscano Almerinda. Ele confessou que chegou a oferecer emprego e médico de graça à filha de Almerinda, isso logo depois da cozinheira ter denunciado seus expatriados à polícia e ter dito inclusive que vira dona Lola — mãe de Araceli — junto com Jorge Micheliní no interior do Franciscano e que vira também Araceli no bar.

15 - Lola Sanchez — mãe de Araceli. Mantinha ligações com Jorge Micheliní (já morto), tio de Dantinho e irmão de Dante de Barros, viciado em tóxicos. Através dela, os assassinos conheceram a menor e por ela se interessaram. Usava a filha para o tráfico de entorpecentes e esta não sabia. Lola, que manteve silêncio por vários anos, acabou confessando suas ligações com os Micheliní em dezembro último a este repórter logo após ter sido presa em Vitória denunciada por estar sequestrando uma menor boliviana, que ela trouxe ao Brasil ilegalmente. «Vou presa mas levo muita gente comigo» — disse ela então, dizendo que havia mantido relacionamento com Jorge e Dante. Pode ser considerada cúmplice do assassinato da filha, involuntariamente. Agora em janeiro, novas revelações sobre o caso mostram que dona Lola pode ser indiciada como tal. Conhecida como «Dália Negra» na rota Bolívia — Brasil, dona Lola foi acusada pelo ex-marido e pai de Araceli, Gabriel Crespo Sanchez de cumplicidade com os criminosos. «Trata-se de uma mulher cinica, falsa, da pior espécie de gente» — disse ele a este repórter num depoimento exclusivo.

EM TEMPO!

O repórter, o perito, a busca da verdade.

Descoberto, finalmente, o pai de Araceli acusa.

A impunidade no caso é «de responsabilidade de uma máfia da qual fazem parte políticos, policiais, autoridades e até membros da igreja. A verdade estava sendo abafada de todo jeito com a participação de muita gente poderosa».

«Não ponho a mão no fogo por ela de forma alguma. Trata-se de uma mulher cinica que não tem amor na alma, nem sentimento no coração. Trata-se de gente da pior espécie. Sua vaidade pessoal é impressionante hoje como era antes de Araceli morrer. Só queria saber de coisas fúteis e relacionamentos escusos. Para mim ela é co-participante do assassinato de Araceli. Talvez involuntariamente, mas foi através dela que os assassinos das famílias Helal e Micheliní se aproximaram da minha filha. Ela deve ser indiciada como tal».

O desabafo poderia até passar despercebido se não fosse de autoria de Gabriel Crespo Sanchez, pai da menor Araceli Cabrera, raptada, drogada, espancada e assassinada há cinco anos e sete meses em Vitória, por milionários das famílias Helal e Micheliní e se a acusação não pesasse exatamente sobre a mãe da menor, dona Lola Cabrera como co-autora do assassinato da própria filha, ainda impune e que acabou se transformando num dos maiores escândalos do Brasil de nossos dias. Tão grande é o número de pessoas, que pelo menos 30 podem ser facilmente detectadas desde policiais, autoridades diversas, pessoas de influência na sociedade e até políticos - que se dispuseram a evitar durante todos estes anos que a verdade aparecesse.

E chega a ser quase irônico constatar que a verdade tenha surgido num

período inferior a trinta dias, quando se sabe que o «Caso Araceli» até então tinha em seu bojo cinco anos e meio de tumultos, destruição de provas, ameaças sobre testemunhas válidas, intimidações variadas, três assassinatos paralelos, quatro mortes misteriosas e grosseiras pressões para que tudo terminasse devidamente encoberto. Ironia que vai ainda mais longe: mais uma vez a polícia (a quem normalmente cabe o papel de investigar os crimes na moderna sociedade) atuou como simples expectadora enquanto um repórter auxiliado por um perito interessado no caso agiam (e ainda agem) buscando toda a verdade — que finalmente surge - ignorando solenemente até mesmo intimidações veladas.

«Vou presa, mas levo muita gente»

No dia 10 de dezembro do ano passado, tudo começou e o cerco final sobre a verdade foi iniciado quando o repórter Carlos Alberto Luppi — da **Folha de S. Paulo** — trabalhando junto com o perito Asdrúbal de Lima Cabral, o «Dudu Cabral» — que se dedica ao caso há quatro anos e meio — descobriu a presença sigilosa em vitória de dona Lola Cabrera, a mãe de Araceli, conhecida também no tráfico de entor-

pecente entre a Bolívia e o Brasil como «Dália Negra», ou «Margaridas».

Em dois depoimentos — o primeiro quando foi localizada e o segundo quando foi presa em flagrante por sequestrar duas menores que tinha trazido ao Brasil através de documentação falsa — a mãe de Araceli contou o suficiente para levar o caso a um desfecho. Presa, dona Lola se viu só e sem o esquema de proteção que tradicionalmente atua em seu favor em Vitória obrigando-a ao silêncio total. Então falou: «Vou presa, mas levo muita gente comigo». Admitindo, em seguida, que teve relacionamento com Jorge Micheliní e Dante Micheliní, proprietários do bar Franciscano, onde Araceli esteve em cárcere privado antes de ser assassinada. A mãe de Araceli foi clara ao afirmar que Jorge Micheliní, Dante, Dantinho Micheliní, Paulo Helal «e mais gente ligada a eles» são os responsáveis pelo assassinato de sua filha.

A reviravolta

Declarações que provocaram reviravolta total no caso, apesar das tentativas de desmentido que se processaram depois através do advogado Emanuel Câmara, cujo comportamento é no mínimo duvidoso. Um dia antes de Lola ser presa, o advogado confidenciava ao repórter Carlos Alberto Luppi: «Lola é culpada, tenho certeza absoluta disso». No dia seguinte, o advogado



Gabriel Sanchez

mudava de opinião, o que é muito estranho ainda mais que ele está trabalhando em favor de dona Lola praticamente de graça, pelo menos não é pago por ela. Ele estaria sendo pago por quem, afinal?

Ao mesmo tempo em que isso acontecia em Vitória, o repórter e Dudu Cabral descobriam envolvimento de dona Lola com o tráfico de drogas com um consumidor criado por ela própria, seu filho Luiz Carlos, irmão de Araceli, hoje com 18 anos. Em São Paulo descobria-se ainda que Jorge Micheliní não

foi em Vitória o milionário isento de culpas a que todos curvavam a cabeça. Em 1949 e em 1956, Jorge esteve preso em São Paulo cinco anos e meio fichado como «falsário» pela polícia paulista, uma verdade que nem mesmo a polícia ou a Justiça capixaba sabiam até então.

O final do cerco ocorreu esta semana, quando novamente o repórter acompanhado de Dudu Cabral percorreram 15 cidades durante oito dias e conseguiram localizar o pai de Araceli, Gabriel Crespo Sanchez que hoje mora com a ex-empregada do casal com a qual tem um filho de dois anos, o Abel. Pela primeira vez também em cinco anos e meio, Gabriel finalmente resolveu contar o que sabe: «E meu primeiro depoimento e só faço porque vi que vocês estão realmente buscando a verdade» — disse ele. Sanchez foi incisivo acusando os milionários como os assassinos de sua filha, revelou que sua ex-mulher é co-autora na morte da menor «talvez involuntariamente», e acusou ainda a polícia do Espírito Santo de encobrir a verdade durante todo este tempo, «antes mesmo que o corpinho de minha filha fosse encontrado num matagal completamente disforme e adulterado por ácido». E arrematou: «É que o dinheiro dos poderosos tudo compra, até a consciência das pessoas, tornando a sociedade corrupta por acatar de braços abertos a própria corrupção».

16 - As direções, na época, da Santa Casa onde morreu Picin e onde Neres exerce suas atividades de papa—defuntos. Foram omissas. O corpo clínico e administrativo do hospital não podera desconhecer o assunto.

17 - Funcionários na época, do Hospital Infantil, de Vitória, por omissão de socorro. Araceli ainda foi levada ao hospital. Alguns funcionários não quiseram recebê-la.

18 - O perito Antonio Vilanova que convidado por Dante Micheliní a ir a Vitória com testar os laudos de Carlos Eboli tentou desviar as investigações. O perito já esteve envolvido em casos suspeitos.

19 - A direção do jornal «A Gazeta» de Vitória. Em agosto de 77, o jornal questionava em editorial os fundamentos do trabalho do corregedor Waldiner Frasson que apontava os milionários como assassinos da menor. O jornal procurava desviar as atenções dizendo que as acusações a Dante de Barros, Dantinho e Helal não tinham fundamento. Este editorial foi publicado 4 dias depois que por convocação do diretor do jornal Carlos Lindenberg Filho, diretores de três jornais de Vitória resolveram, repentinamente, reduzir seus espaços e noticiários a respeito do Caso, a pretexto de não influenciar a Justiça. Só não participou deste acordo o diretor do jornal «O Diário», Marien Calixte. A que interesses, este editorial estava servindo?

20 - Major Tatagiba em 1973 logo após o encontro do cadáver de Araceli no matagal atrás do hospital Infantil, Wilson Gomes — que havia visto Helal e Dantinho — jogaram o saço com os restos mortais da menor, procurou o major na Superintendência de Polícia Civil. Contou-lhe o que vira. Foi levado na brincadeira e na gozação. O depoimento de Wilson hoje é um depoimento importantíssimo no processo.

21 - O grupo de 10 pessoas que armadas atentaram contra a vida de Wilson depois que ele contou o que vira com relação à morte de Araceli. Wilson foi perseguido insistentemente.

22 - Soldados José Garcia, Jair e Waldemar eles acompanhavam o sargento Homero (assassinado quando estava na pista dos assassinos de Araceli) numa estranha caçada policial ao bandido «Boca Negra». Homero foi morto por trás quando corria atrás do bandido. No entanto a polícia jogou a culpa da morte do sargento em Boca Negra que, preso, se dizia inocente e afirmava que os assassinos de Homero eram os soldados José Garcia, Jair e Waldemar da equipe do capitão Nunes de Araújo. Boca Negra acabou assassinado dentro da prisão em condições suspeitas. Estava numa cela com 16 presos e recebeu mais de 40 facadas do homossexual «Frede» que alegou ter sido obrigado a manter relações sexuais com Boca Negra e por isso o matara. No entanto, um dia depois, das supostas relações sexuais o exame de Frede no Serviço Médico Legal deu o seguinte resultado conforme laudo assinado pelo dr. Ismael Candeia: «Negativo para coito anal». São duas mortes não suficientemente desvendadas e explicadas ainda. O advogado de Boca Negra, Arnaldo Zardini afirmava: «Não sei quem matou Homero, mas uma coisa é certa. Se achassem a bala fatal extraída de seu coração na Santa Casa de Vitória e depois extraviada iriam verificar que ela não é do mesmo calibre do revólver que Boca Negra usava na ocasião. Quando o corpo do sargento foi para o Serviço Médico Legal tinha três furos e o tiro que entrou pelas costas foi o que acertou o coração. Como Boca Negra poderia ter matado Homero se ambos estavam frente a frente?»

23 - O ex-vice governador Henrique Pretti, que tem parentesco com os Micheliní. Em sua época muita coisa foi acobertada. Seria apenas uma coincidência?

EM TEMPO!

Descoberto, finalmente, o pai de Araceli acusa.

A impunidade no caso é «de responsabilidade de uma máfia da qual fazem parte políticos, policiais, autoridades e até membros da igreja. A verdade estava sendo abafada de todo jeito com a participação de muita gente poderosa».

«A verdade vem sendo sistematicamente manipulada pelos assassinos de minha filha. Eles ameaçam, pressionam testemunhas válidas e até fazem pessoas desaparecerem misteriosamente. É a força do dinheiro contra a qual nunca pude lutar» — afirmou o pai de Araceli. Em seguida classificou a impunidade existente no Caso Araceli «como da responsabilidade de uma máfia da qual fazem parte políticos, policiais, autoridades e até membros da Igreja. Uns acobertam a verdade, outros são omissos e não exigem nada para que a verdade possa aparecer, como é o caso de membros da Igreja que nada fazem nesses casos em favor da verdade».

E disse mais: «Vi logo que a verdade estava sendo abafada de todo jeito com a participação de muita gente poderosa. Só não fiz nada porque sou um assalariado que nada tem. Como lutar contra esses poderosos, contra autoridades corruptas e desavergonhadas? Eu trabalharia cem anos, passaria fome outros 100, daria todo o dinheiro que pudesse obter para colocar os assassinos de minha filha na cadeia junto com seus cúmplices e os corruptos. Eu observei que estava sozinho contra uma máfia com o poder e o dinheiro nas mãos manobrando a tudo e a todos com exceção de alguns poucos. Eles são tão mafiosos que seriam até capazes de inventar que quem matou minha filha fomos nós».

O leilão da Amazônia

O que são os tão falados contratos de risco da Amazônia? Para o governo uma forma de pagar a dívida externa leilando a região. Para o povo, a expulsão de camponeses de suas terras jogando-os na roda da exploração capitalista, a devastação brutal da floresta tropical e ainda o risco de tais contratos abrirem porta para uma futura internacionalização da Amazônia.

O porta-voz do Palácio do Planalto, coronel Rubem Ludwig, no início desta semana, em «bate-papo» com a imprensa, afirmou que dava para desconfiar de «segundas intenções» a respeito do que se vem falando dos contratos de «risco» para Amazônia, já que o Governo, através de nota conjunta dos ministérios da Agricultura e do Interior havia esclarecido que não se pensava em instalar esse sistema de exploração para a madeira daquela região. O coronel fez questão de reafirmar que os estudos existem, mas que nada ainda está definido a esse respeito.

O que o coronel esquece de lembrar é que os «contratos de risco» para a madeira da Amazônia só mereceram uma resposta por parte do Governo depois de uma intensa denúncia por parte da imprensa, de ecólogos, diversas associações, parlamentares e mesmo de alguns técnicos da área governamental. Até então, os estudos eram feitos tranquilamente, sem nenhuma satisfação à opinião pública ou qualquer esclarecimento.

É muito claro depois de todas as denúncias que o comportamento mudou. Para isto basta ver os pronunciamentos do presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Paulo Berutti que constantemente vinha defendendo a aplicação desses contratos e que depois das violentas críticas realizadas no congresso de Manaus, em dezembro, começou a negar as suas afirmações anteriores.

A IMAGINAÇÃO CRIADORA DOS TECNOCRATAS

A idéia de contratos de utilização florestal, que logo recebeu a designação de «risco» partiu do técnico da FAO (Food and Agricultural Organization), organismo ligado a ONU, F. Schmithusen, que andou perambulando durante 20 dias pelo Brasil. Mas antes já havia estudado sendo realizado sobre a Amazônia através do Prodefep (Programa de Desenvolvimento e Pesquisa Florestal), órgão de ligação entre a FAO e o IBDF.

Com a «imaginação criadora» dos tecnocratas esses contratos logo apareceram como solução para pagar a dívida externa brasileira. Os estudos realizados foram entregues à Secretaria do Planejamento e segundo informações teriam chegado à presidência da República para serem aprovados, quando se iniciou o processo de denúncias. Em resumo, o que se diz é que toda a madeira da Amazônia teria um valor aproximado

no mercado internacional de US\$ 90 bilhões, o que daria para pagar toda a dívida externa. É claro que o Governo não estava pensando em vender toda a madeira, mas «apenas» 20% (cerca de 40% da floresta), que renderiam dividendos da ordem de US\$ 18 bilhões, o que já permitiria saldar uma parte da dívida e ainda conseguiria um aval muito bom junto aos banqueiros internacionais.

O projeto do IBDF prevê contratos a curto, médio e longo prazos e a participação de grandes empresas nacionais e internacionais, responsáveis pela extração da madeira. A participação do Governo seria de 50% da madeira exportada, sendo que caberia às empresas exportar o produto e a responsabilidade pela reposição da floresta. Na realidade, as multinacionais e as grandes empresas nacionais não enfrentariam nenhum «risco», já que as áreas entregues à exploração serão todas «mapeadas». Ou seja, já há estudos prontos sobre os tipos de árvores existentes no local, a melhor técnica de extração e ainda os investimentos que as empresas precisariam realizar na região, tais como: construção de estradas e portos, galpões para guardar madeira e serrarias — ou seja, toda infra-estrutura necessária. O único «risco» das empresas será o de colocar o produto no mercado internacional, mesmo que haja queda nas cotações. Ora, isso realmente não envolve nenhum perigo, mesmo porque estudos da FAO sobre madeira indicam uma escassez do produto, com o esgotamento das florestas da África e da Ásia, e apontam inclusive que haverá uma «grande pressão sobre a floresta Amazônica», entre 1975 e o ano 2.000. A floresta amazônica atende hoje apenas 3% da demanda mundial de madeira, mas representa 45% das reservas mundiais dessa matéria-prima.

QUEREM INTERNACIONALIZAR A AMAZÔNIA?

Ha quem afirma que na verdade os «contratos de risco» para a exploração da floresta Amazônica sejam apenas uma cortina de fumaça para a internacionalização da região, com o estabelecimento de grandes projetos autônomos como o da Jari, do multimilionário Daniel Ludwig, embora nos contratos de risco se afirme que as terras continuariam da União, sendo arrendadas para as grandes empresas. Mas para os que afirmam ser uma estratégia para internacionalizar, este seria



O primeiro passo para depois essas terras serem vendidas às empresas.

Como prova desses argumentos geralmente se apresenta a instalação dos grandes projetos agropecuários estrangeiros na região, que em maio do ano passado, segundo denúncias da grande imprensa ocupavam já 3.000 Km2. Desses o maior projeto é o Daniel Ludwig com uma área de 254 mil hectares, com investimentos de Cr\$ 2,7 bilhões. Os recursos desse projeto são próprios, mas só de isenção de Imposto de Renda, os benefícios são equivalentes em Cr\$ 22,2 milhões e até 1985, eles serão aproximadamente de Cr\$ 350 milhões.

Os outros seis grandes projetos, exclusivamente de capitais estrangeiros, são os seguintes: Agropecuária Suia-Missu (ligado ao grupo italiano Liguigás) com área de 217.600 hectares, prevendo investimentos de Cr\$357,9 milhões, dos quais Cr\$257,6 milhões com incentivos da Sudam; Companhia Vale do Rio Cristalino, Agropecuária, Comércio e Indústria (Volkswagen) com 139.392 hectares e os investimentos da ordem de Cr\$157,7 milhões, sendo Cr\$118,4 de incentivos da Sudam; Guamá Agroindustrial (Pirelli) com Cr\$22,8 milhões; Paracreve (Good Year) Cr\$183,2 milhões; Companhia Agropecuária do Pará (King Ranch) Cr\$186,7 milhões e Agropecuária Barra das Princesas (Supergasbrás) com Cr\$60,1 milhões.

Embora não se possa garantir que os contratos de «risco» venham a ter esse caráter, o que se pode concluir neste momento é que mais uma

vez dentro da estratégia do capitalismo cabe aos países capitalistas atrasados fornecer a matéria-prima para os países capitalistas avançados, desta vez com a exportação de madeiras em tora, para que depois da matéria-prima beneficiada ela venha a ser consumida no seu local de origem.

QUEM DEVASTA E PARA QUE?

Segundo denúncias do Instituto de Pesquisa Espaciais (INPE), com imagens enviadas pelo satélite Landsat, se constatou que cerca de 4 milhões de hectares — uma área superior a um país como a Holanda — já foi desmatada na Amazônia. Essas imagens do satélite referem-se apenas a parte oriental da Amazônia (nordeste do Mato Grosso, parte ocidental de Goiás e sudoeste do Pará), representando cerca de 55 milhões de hectares. Apesar de ser apenas uma pequena área da região, verificou-se que 10% já foi devastado.

A devastação é obra tanto de posseiros pequenos como grandes proprietários. Os posseiros e os pequenos proprietários por falta de maiores esclarecimentos e também porque não recebem nem crédito ou financiamentos que permitam terem métodos mais preservacionistas. Já as grandes empresas instaladas, hoje, na região utilizam métodos com uma «tecnologia mais sofisticada», com grandes efeitos devastadores. Segundo Orlando Valverde, geógrafo do IBGE, as grandes empresas agropecuárias «de agro. só tem o nome. Todas atam com uma só rotina, a partir do desfolhante laranja fabricado pela Dow

Chemical e poderoso devastador. Com o desfolhante da Dow o solo é todo revirado, a vegetação completamente destruída e as empresas, na verdade, fazem muito pouca pecuária e muita pesquisa de subsolo à procura de riquezas minerais.

Ao lado desse desmatamento sem um mínimo de planejamento, a penetração de grandes empresas nacionais e estrangeiras tem provocado consequências brutais para os posseiros e os trabalhadores, com um sem-número de conflitos pela posse da terra no caso dos primeiros e a brutal exploração dos assalariados nos grandes projetos, com baixos salários e péssimas condições de trabalho e de vida. Os grandes projetos acabam com a agricultura de subsistência, expulsando os trabalhadores do campo para a cidade. De acordo com os dados do jornalista do «O Estado de S. Paulo», Lúcio Flávio, em Belém — só para se ter um exemplo — 52% da população é desempregada e lá existe uma favela com 340 mil pessoas, ocupando cerca de 40% da área física da cidade.

OS TRABALHADORES E A INTEGRIDADE DA AMAZÔNIA

Uma grande parte das denúncias até agora realizadas sobre o que vem acontecendo na Amazônia, tem mantido apenas o enfoque de crítica à penetração do capital estrangeiro, deixando de lado os grandes grupos nacionais que jogam um papel muito semelhante. Eles também expulsam os posseiros e exercem uma brutal exploração em seus trabalhadores, jogando intensamente com a especulação de terras. Para isso basta citar o caso do presidente da Associação dos Empresários da Amazônia, João Carlos Meirelles que constantemente é citado pela grande imprensa, como um exemplo de empresário nacional interessado em resolver os grandes problemas da Amazônia, propondo sempre a implantação de projetos de colonização para pequenos e médios proprietários. No seu caso, ele adquiriu 60 mil hectares há poucos anos atrás a Cr\$50.000 cada um e agora simplesmente vende por Cr\$2.500.00 cada hectare.

É claro que é fundamental se manifestar e se posicionar contra a penetração do capital estrangeiro na região amazônica, mas para os trabalhadores e posseiros é de fundamental importância que se «grite» não só contra as multinacionais, mas conjuntamente contra a exploração das empresas nacionais, que exercem o mesmo tipo de opressão. Para os trabalhadores da Amazônia o importante é uma verdadeira mudança na questão da posse e utilização da terra, que lhes permita melhores condições de vida, créditos, condições para comercializar o que produzem, etc. Bem como a preservação do meio ambiente para que possam extrair da terra os produtos necessários à sua sobrevivência e de amplas parcelas da população brasileira.

(Maria de Almeida)

1 Governo é pego com as calças na mão

Eis a prova da mentira. Enquanto o governo tentava e ainda tenta desmentir as acusações e negar as denúncias contra os contratos de risco para exploração madeireira da Amazônia, dizendo não se tratar senão de vários estudos, o jornal Folha de São Paulo trouxe a público, no último dia 11, a prova do crime. A revista «Brazil», do Ministério de Relações Exteriores, já circulava lá fora na sua edição de dezembro passada com uma matéria de quatro páginas intitulada «pondo a floresta para trabalhar».

A matéria explica o que são os contratos de risco, fala do «esforço» governamental para atrair «poupança externa» para o nosso desenvolvimento e deixa claro que não há nenhum tipo de restrição às empresas de propriedade estrangeira na exploração florestal.

Enquanto isto, o coronel Ludwig, porta voz do Planalto, dizia que as pessoas que persistem nos ataques ao governo estão motivadas «por intenções suspeitas». Vejam só quanto cinismo...



2 Ludwigia: o separatismo na mira da Jari.

Entre as várias denúncias que se tem feito ultimamente sobre os favores absurdos do governo com que conta a Jari tem passado com pouco destaque a questão dos objetivos estratégicos que o projeto do bilionário americano Ludwig teria em vista.

Neste aspecto, há fortes suspeitas de que os objetivos seriam muito mais de natureza política do que econômica propriamente. Em dezembro passado, um dos diretores do projeto Jari, em declarações à Gazeta Mercantil, discorreu sobre a tese de que o futuro da Amazônia está na sua internacionalização. O que quer dizer, na prática, americanização. Inadvertência talvez... Exagero diriam outros. Mas o fato é que a questão não rendeu muito.

No entanto, a possibilidade de uma ação futura neste sentido, os Estados Unidos tentando por exemplo, na empenha de um conflito bélico ou algo do gênero, patrocinar a «independência» de regiões da Amazônia, encontra alguma suspeita nos fatos reais.

Recentemente o Relatório Reserva-do vem trazendo denúncias que vão nesta direção.

Governo nega pedido de Ludwig para construir hidrelétrica, é o título da matéria no nº643. E o comentário

final: «apesar do grande número de amigos e funcionários, seu (da Jari) novo projeto foi rechaçado». De fato, o governo achou estranha a proposta de Ludwig no sentido de construir dentro de suas terras uma hidrelétrica com capacidade de geração de 350 megawatts. A alegação era a necessidade de energia para uma fábrica de papel e uma outra de beneficiamento de bauxita a serem instaladas dentro da área num investimento aproximado de 450 milhões de dólares.

Em princípio, Ludwig propôs a construção da hidrelétrica conjuntamente com a Eletrobrás. Mas depois passou a «admitir a hipótese de construí-la sozinho», diz o Relatório. Ai então as dúvidas e suspeitas ficaram cristalinas.

Ora, porque gastam em infra-estrutura 1 bilhão de dólares aproximadamente, para tocar duas fábricas de 450 milhões? E mais, porque não trazer as fábricas para perto de Belém, onde já haverá energia de Tucuruí mão de obra etc? Enfim, as coisas chegaram a tal absurdo, que até mesmo o governo se viu obrigado a sepultar o sonho do bilionário americano.

Também há estanho no feudo de Ludwig, é o título da matéria no nº645 do Relatório. Vem circulando informa-

ções nos meios empresários nacionais de que teriam sido descobertas «importantes ocorrências de cassiterita (minério de estanho) em terras do projeto Jari mas até agora nenhuma comunicação oficial foi feita ao Departamento Nacional de Produção Mineral. Assim, confirmada a notícia, o feudo do bilionário americano se verá «enriquecido com um dos metais mais valiosos e estratégicos dentro da economia ocidental», diz o Relatório. Além do ouro, bauxita e caulim, já comprovados, viria agora mais este recurso.

É não é para se subestimar o seu significado tanto em termos econômicos como também políticos. Segundo o Relatório, «nos Estados Unidos, o estanho chega a compor o estoque de reservas estratégicas do país e, devido ao seu alto valor, é um dos principais metais negociados nas bolsas mundiais de mercadorias».

INCRÁ quis mudar legislação de terras. Diz o título de outra matéria no nº645. Segue na íntegra: «Jaz em alguma gaveta do Ministério da Agricultura, um estudo do INCRÁ regulando a posse e venda de terras a estrangeiros. O estudo reformula o instituto pelo qual um estrangeiro pode possuir até um quarto das terras de um mesmo

município, fixando extensões máximas conforme o município.

Pelo critério atual, bastante divulgado na Europa pelo ministro da Agricultura, Alisson Paulinelli, um estrangeiro pode ter terras no Brasil mais extensas do que o território de alguns países europeus ou mesmo de alguns Estados brasileiros, bastando que adquira propriedades em municípios contíguos, ou municípios de dimensões extremas, como é o caso de vários municípios na Amazônia.

Pelo estudo do INCRÁ seriam fixados módulos de 1 a 20 mil hectares e aos estrangeiros não seria permitida a aquisição de mais de 200 módulos, conforme o caso.

A Jari, cuja extensão já é considerada ilegal pelo próprio INCRÁ, definitivamente ficaria obrigada a reduzir as linhas de sua fronteira. Consta que foi Ludwig, através de suas amizades no Palácio do Planalto quem fez engavetar o estudo».

A intenção é clara, dizem alguns observadores. Enquanto o inglês Cecil Rhodes criou a Rodésia na África o bilionário americano Ludwig prepara-se para, num futuro ainda incerto, criar aqui a sua Ludwigia.



3 Ação Popular contra os contratos de risco

É no dia 24, um debate em São Paulo sobre a exploração da Amazônia, com ampla divulgação para a população.

A Comissão de Defesa do Patrimônio e da Comunidade — que atualmente congrega cerca de 94 entidades de defesa da ecologia, do patrimônio, entidades estudantis, empresas privadas, etc — vem promovendo reuniões no sentido de coordenar uma luta a nível de todo o Estado de São Paulo, e mesmo nacional, contra a devastação da Amazônia.

Essa comissão teve grande atividade a partir da luta contra a construção do aeroporto de Caucaia em São Paulo e é com o objetivo de travar lutas desse tipo que ela vem congregando diferentes entidades e pessoas físicas.

Quando a luta em defesa da Amazônia, Walter Lazzarin Filho, presidente da Associação de Engenheiros Agrônomos de São Paulo e secretário da CDPC, lembra que é necessário levar uma campanha de esclarecimento ao público uma vez que grupos empresá-

rios vêm tentando «usar demagogicamente uma posição que diz ser a madeira extraída na Amazônia suficiente para pagar a dívida externa do Brasil e ainda criar empregos à população».

Lazzarin lembra que esse foi o teor da intervenção dos empresários no III Congresso Florestal Brasileiro, realizada em Manaus de 04 a 07 de dezembro onde tais empresários fizeram aprovar uma moção que só pretende ter do governo a garantia de que a exploração da madeira da Amazônia seja feita por grupos de empresas nacionais.

Destaca ainda o presidente da AEASP, que não é verdade que a exploração de florestas tropicais tragam grandes benefícios financeiros ao País de origem como ficou demonstrado no caso da Indonésia. Sublinha finalmen-

te, em carta moção da AEASP, «que a tecnologia aplicada para tais explorações, sob forma de pacotes tecnológicos completos, intensiva em capital, poupança de mão-de-obra e intensiva quanto ao uso dos recursos naturais, não gera empregos e a consequente ocupação de mão-de-obra disponível».

É a partir de considerações dessa natureza que a CDPC está distribuindo a população uma «Carta à Nação Brasileira» destacando o caráter autônomo de tal medida, além dos seus efeitos danosos a ecologia e à população. Simultaneamente a Comissão pretende entrar na justiça com uma Ação Popular — que seria impetrada pelos advogados Daimo Dallari e Modesto Carvalhosa — contra os «contratos de risco» para exploração florestal, caso o governo os concretize. Aliás, a esse propósito também a Associação

Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural já começou a coleta de assinaturas de pessoas que queiram aderir à Ação Popular.

Finalmente a CDPC, conjuntamente com UEE—SP, fará realizar no dia 24 de janeiro, um debate sobre a exploração da Amazônia que deverá contar entre outros com a participação do Cacique Daniel — dos Parecis —, a Sociedade de Defesa dos Direitos Humanos do Pará, Movimento do Custo de Vida, além de personalidades como o professor Daimo Dallari, José Zats, Milton Santos e outros. A UEE—SP pretende dar ampla divulgação ao evento e para isto pretende fazer distribuir dez mil cartas à população nos dias 22 e 23 através de grupos de estudantes que se espalharão pela cidade a partir do Largo de São Francisco. (Deli Soares)

4 A «segurança» tem razões que a própria razão desconhece

«O simples fato de ter partido do Conselho de Segurança Nacional já torna a decisão evadida de suspeitas, por este órgão até hoje vem cuidando muito mais da segurança de um pequeno grupo dominante, do que dos interesses da nação». Assim, o presidente do Centro Mineiro de Conservação da Natureza, Hugo Werneck protesta na semana passada contra a ordem do governo no sentido de proibir a realização em Manaus, de 8 a 13 de fevereiro próximos do 5º Simpósio Internacional da Associação de Biologia Tropical.

O encontro que já estava com os preparativos concluídos, contaria com a presença de vários cientistas nacionais e estrangeiros para debate do tema «Sobrevivência da Floresta Tropical».

Numa atitude defensiva, diante do protesto nacional contra os contratos de risco o governo aheveu que o encontro seria altamente prejudicial à sua segurança. Assim, proibiu e ponto final; nada de discussão.

Em Porto Alegre, o professor Mozart Pereira Soares, diretor da Faculdade de Agronomia da UFRGS também foi taxativo: «Em relação à Amazônia o problema de segurança nacional, é a necessidade de explorá-la racionalmente, e não o debate aberto sobre o assunto?».

Em Belém, o médico Camilo Viana, presidente da Sociedade de Preservação dos Recursos Naturais e Culturais da Amazônia também denunciava a proibição. «Ciência sem discussão é magia negra... No momento em que se anuncia uma abertura, falar em censura é verdadeira alienação».

Enquanto estes protestos ocorriam de ponta a ponta do país o governo simplesmente calou. É claro, não há o que explicar. Melhor dito, o governo não calou. Através do Consultor da Secretaria Especial do Meio Ambiente, general Tasso Vilar de Aquino, veio uma única e conclusiva explicação para a proibição: «Se o Conselho de Segurança Nacional proibiu o Simpósio é porque ele deve ter suas razões».

Amazônia: para entender a economia política da região. DITADURA E AGRICULTURA

Por Octávio Ianni



Amazônia: trabalhadores sem terra, vindos do Nordeste, Centro-Sul, Centro-Oeste e, às vezes, do próprio Norte; comerciantes de terras; profissionais liberais: advogados, médicos, engenheiros e outros; grileiros, latifundiários e empresários; empregados e funcionários; militares e policiais; catequistas e evangelizadores.

Há todo um repovoamento da região, devido a formação de novos interesses econômicos e políticos, além da dinamização dos preexistentes. Expandem-se cidades que se achavam paradas, ao mesmo tempo que se multiplicam as novas: no Sul do Pará, no Norte de Mato Grosso, em Rondônia, no Acre e outros lugares. Foi e continua a ser tão intensa e generalizada a preocupação da Amazônia que essa é a região em que mais cresce a população ativa entre 1970 e 1975, segundo os dados censitários. No Brasil, nesses anos, o pessoal ocupado cresceu cerca de 20%; no Sul aumentou pouco mais de 17%; no Sudeste cerca de 11%; no Centro-Oeste foi a 36%; e no Norte, que compreende boa parte da região amazônica, o pessoal ocupado cresceu mais de 54%.

É nesse contexto econômico e político que se dá a expropriação crescente, generalizada e frequentemente brutal da comunidade indígena. O índio é expropriado de sua terra, cultura e modo de vida. A FUNAI é mantida como órgão «humanitário» mas inoperante, para não prejudicar os interesses de grileiros, latifundiários e empresários representados na atuação do INCRA, BASA, SUDAM e outros órgãos do poder federal. Assim, a FUNAI é induzida a propor, justificar ou simplesmente realizar a «emancipação» do índio e da comunidade indígena. Essa política indigenista serve principalmente a dois processos econômicos simultâneos: expropriar índios em força de trabalho disponível e barata para os empreendimentos capitalistas incentivados e protegidos, econômica e politicamente, pelo Estado.

É nesse mesmo contexto econômico e político que se desenvolve e generaliza a política de expropriação do posseiro. Desde o término da construção da rodovia Belém-Brasília, em 1960, era crescente o afluxo de trabalhadores sem terra de outras partes do País para áreas da Amazônia. Depois, com a construção de outras rodovias, tais como a Transamazônica, Cuiabá-Santarém e outras, extensas e menores, cresceu muito o afluxo de trabalhadores rurais desempregados, subempregados ou superexplorados do Nordeste e Centro-Sul para o Sul do Pará, o Norte de Goiás e Mato Grosso, o Maranhão, Rondônia, Acre e outras partes da região amazônica.

As estradas construídas por motivos geopolíticos e econômicos favoreceram a movimentação de contingentes do exército de trabalhadores de reserva localizados em outras partes do País. Houve uma verdadeira reforma agrária, realizada espontaneamente, pelo próprio posseiro. A despeito da política governamental de colonização dirigida — oficial e particular — continuou a realizar-se a reforma agrária de fato em muitas áreas da Amazônia. Mas o Estado não se restrin-

giu à política de colonização, como forma de controle do posseiro, como política de contra-reforma agrária.

O Estado concedeu, em escala crescente, favores e incentivos fiscais e creditícios, a grileiros, latifundiários e empresários. Tanto que os posseiros estão sendo expulsos das suas terras em todas as partes. Muitos são subordinados aos projetos de colonização oficial e particular, transformados de posseiros em colonos; com frequência constituem-se em reserva de força de trabalho para empreendimentos de infraestrutura (governamentais) ou negócios privados de agropecuária, extrativismo, mineração e outras atividades. Outros são expropriados de suas posses, transformando-se em força de trabalho disponível e barata para a formação e expansão de latifúndios, fazendas, empresas.

São muitos os conflitos que se repetem por todas as partes. A guerrilha do Araguaia foi longa, tomou vários anos, por que os poucos guerrilheiros deveriam estar expressando também as reivindicações dos posseiros da área.

As lutas dos posseiros de Trombas e Formoso, em Goiás, vinham dos anos cinquenta e entraram pelos sessenta.

São muitos os conflitos que se repetem por todas as partes. Os mais notáveis são noticiados em jornais ou outros meios de comunicação. Mas são muitos os conflitos emudecidos pelo poder público, em favor dos grandes interesses econômicos e políticos privados prevalentes na região. Grande parte da história da guerrilha do Araguaia havida em 1970-75, só pode ser compreendida no âmbito da luta da ditadura para submeter o posseiro, como categoria social que estava realizando uma reforma agrária de fato em certas partes da Amazônia. Essa luta foi longa, tomou vários anos, porque os poucos guerrilheiros liderados por Osvaldo Orlando Costa, o mineiro Osvaldo, deveriam estar expressando também as reivindicações dos posseiros da área situada entre Xambicá e Marabá. Aliás, essa história de luta armada no campo é larga, e atravessa todos esses anos, tanto na Amazônia como em outras regiões do País, transbordando para o passado e o presente. É bom lembrar, por exemplo, que as lutas dos posseiros, de Trombas de Formoso, em Goiás, vinham dos anos cinquenta e entraram pelos sessenta. Também foram reprimidos pela ditadura. «Em 1972, José Porfírio (o líder desses posseiros) é preso e permanece num quartel em Brasília até 1975, quando então é solto. No mesmo dia desaparece».

Enquanto isso, expandem-se as propriedades e os negócios de grileiros, latifundiários e empresários nacionais e estrangeiros. A Amazônia é reintegrada no subsistema econômico brasileiro, amplamente determinado pelo imperialismo. Ao mesmo tempo que abre a «fronteira» amazônica ao capital monopolista, nacional e estrangeiro, a ditadura organiza, expande e consolida mais uma base econômica e política na região. Assim, mais uma vez, articulam-se e determinam-se, reciprocamente, ditadura e agricultura.

A «fronteira»amazônica serve ao menos duas vezes a economia política da ditadura. Primeiro, é transformada numa região de grandes negócios, para grileiros, latifundiários e empresários nacionais e estrangeiros. Nesse processo, expro-

riam-se índios e posseiros. A terra farta, larga, sem-fim, devoluta, tribal, ocupada, transforma-se em mercadoria, ganha preço, é monopolizada pelos grandes negociantes. Segundo é transformada numa região de absorção «produtiva» de amplos contingentes do exército de trabalhadores de reserva, provenientes do Nordeste, Sul e outras partes do País. Com isso a ditadura evita qualquer mudança na estrutura fundiária nestas outras partes do País, nas quais as contradições sociais se agravam com o desemprego, o subemprego e a superexploração de trabalhadores rurais. E ganha mais força com a base econômica e política que recia e desenvolve na última «fronteira» nacional.

Mas isso não é tudo, esse não é o fim da história. Se é verdade que há uma articulação

A economia política da ditadura transformou o posseiro, o índio e o camponês em elementos importantes e permanentes no debate político e econômico da região. Isto porque, ao mesmo tempo que se desenvolveu intensiva e extensivamente o capitalismo no campo, desenvolveram-se e aguçaram-se as contradições de classe no mundo rural. A medida que o capital industrial subordinou e transformou o campo, o campo reentrou pela cidade, como necessário persistente, agora, o camponês e o operário rural não estão mais lá longe. Reentraram na história.

dinâmica entre a ditadura e a transformação da Amazônia numa «fronteira» do capital monopolista. Também é verdade que se modificaram as relações de produção, as forças produtivas e as classes sociais na Amazônia. Desenvolveram-se bastante também as articulações entre as classes sociais da região com as classes sociais de outras regiões do País. Ocorreu uma nova fase de desenvolvimento, amadurecimento e articulação das classes sociais dominantes e subalternas, no âmbito da formação social capitalista brasileira. Agora, as contradições de classes prevalentes no Centro-Sul podem repercutir muito mais rápida e profundamente na região.

Se é verdade que a Amazônia foi posta, econômica e politicamente, a serviço da ditadura, também é verdade que a ditadura foi obrigada a propiciar uma maior «unificação» das classes sociais, em âmbito mais largo, nacional. Tanto as relações capitalistas de produção se generalizaram e desenvolveram, como as contradições de classes inerentes a essas relações se generalizaram e desenvolveram por todas as partes e regiões da formação social capitalista brasileira. Há formas de produção para subsistência, familiares e comunitárias, que subsistem em muitos lugares. Mas são muitas as que cada vez mais se articulam com a produção mercantil. Os avanços do capitalismo na «fronteira» amazônica tanto tem destruído, pura e simplesmente, com tem criado ou recriado formas familiares e comunitárias de organização social e técnica da produção.

No conjunto, generaliza-se a subordinação formal e real do trabalho ao capital, mesmo em casos de caboclos, sítiantes, posseiros e índios. Tanto assim que também os índios voltaram a aparecer no debate político brasileiro, em escala nacional. Sem que isso estivesse no seu horizonte e, muito menos, que fosse do seu interesse, a economia política da ditadura transformou o posseiro, o índio e o camponês em elementos importantes e permanentes no debate político e econômico nacional. Isto porque, ao mesmo tempo que se desenvolveu intensiva e extensivamente o capitalismo no campo, desenvolveram-se e aguçaram-se as contradições de classe no mundo rural. A medida que o capital industrial subordinou e transformou o campo, o campo reentrou pela cidade, como necessário, persistente. Agora, o camponês e o operário rural não estão mais lá longe. Reentraram na história.

Ação estatal na Amazônia

Vale a pena lembrar aqui, agora, quais as iniciativas, disposições legais, órgãos, planos, programas e projetos que o Estado brasileiro foi levado a formular e por em prática desde 1964. São os instrumentos por meio dos quais o Estado tem criado e dinamizado as condições econômicas e políticas para a criação, o desenvolvimento e a diversificação das atividades produtivas na Amazônia: Estatuto da Terra, 1964; Investimentos Privilegiados na Amazônia, manual de orientação de empresários e empreendedores, 1965; Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Banco da Amazônia S. A. (BASA) e Desenvolvimento Econômico da Amazônia editado pela BASA, em 1966; Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e 1º Plano Quinquenal de Desenvolvimento (1967-71), formulado pela SUDAM, em 1967; O BASA e o Desenvolvimento da Amazônia, documento formulado e editado pelo BASA, 1968; Programa de Integração Nacional (PIN) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), 1970; I Plano Nacional de Desenvolvimento (I PND, 1972-74) e Plano de Desenvolvimento da Amazônia (1972-74); BASA: Atuação e Política, documento formulado e editado pelo BASA, 1972; Estatuto do Índio e Elementos para a Aperfeiçoamento da Ação Planejada do Poder Público na Amazônia, documento formulado e editado pela SUDAM, 1973; II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND, 1975-79) e Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZONIA), 1974; Incentivos Financeiros e Fiscais, regulamentação do Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM), 1976. Não é necessário enfatizar que toda essa atividade do Estado ditatorial instalado em 1964 e amplamente secundada pelas iniciativas e atuações dos governos estaduais, territoriais e municipais da região amazônica.

Cordel ecológico

Sob a forma de cordel começa a circular em São Paulo «O Crime Contra a Amazônia ou o Brado da Ecologia» de autoria de Rafael de Carvalho, o Zeferino da peça «Revista do Henfil», e membro da União dos Repentistas do Brasil. Num tom bastante nacionalista ao estilo tradicional, trata-se contudo, de uma vigorosa denúncia popular dos contratos de risco. Aqui uma seleção de alguns versinhos.

Quisera eu cantar o exemplo Das guerreiras Amazonas! Diz a lenda que elas eram Destemidas e briganas Em defesa destas terras, Cujas tribos eram terras. O Nei Monteiro da Silva É gerente da Jari FLORESTAL E PECUÁRIA Empresa que vive aqui Levando as nossas riquezas, E afugentando o saci. Na divisa do Pará Ludwig se instalou E a floresta mais bonita Com seus dólares comprou, Foi quase todo o Amapá, — Alguém já denunciou.

Caro leitor, tome nota, Veja o que faz esta gente Já mandou a papelada Pra mesa do Presidente E a qualquer hora ouviremos Que ele assinou finalmente.

O Instituto Brasileiro De Desenvolvimento Florestal É um órgão dirigido Pelo poder federal. Deve mudar para Instituto Bandido. Doido e Fecal E tome planeamento E tome nome pomposo E tome corrupção.

E viva o Rei! — Rei Zeloso. Que é pras multinacionais Comerem pirão gostoso! Pois a mesma liberdade Eles deram aos posseiros, Que mantêm luta constante Contra a polícia e grileiros, Farinha do mesmo saco, Ladrões e aventureiros.

Por isso fala-se tanto De emancipar o silvícola E vem com esta balela, E esta chantagem ridícula, Em dizer que estão cuidando De uma produção agrícola.

E logo a «justiça» berra, De forma sensacional Que protestar vai se ver Nas barras de um tribunal. Porque o problema é bem claro: Segurança Nacional.»

Pior que a febre amarela Pior que a peste bubônica Pior que candidatura Palaciana e biônica, É a venda criminoso Da nossa flora amazônica. Onde estão os nossos brios. Nosso orgulho nacional? Não vamos passar recibo Nesta trapaça infernal, Que só seria possível Num país medieval.

Brasileiro inteligente E patriota provado, Não pode negociar O nosso solo sagrado E passa a tarefa ao povo Nas praças, organizado.

Só sob uma tirania Onde o povo não tem vez, É possível acontecer Um crime deste jaez. Por isso venha a anistia. Que aí, não tem nem talvez.

Rio Amazonas explode! Alaga os teus pantanais! Faz salvar os inocentes — As tribos nos matagais! E deixa a selva imponente! — Leva as multinacionais!



Na Amazônia, o aparelho estatal da ditadura é colocado a serviço da formação e expansão dos grandes negócios de terras, em prejuízo de comunidades indígenas, caboclos

amazonenses, posseiros antigos ou recém chegados. Toda terra devoluta, tribal ou ocupada é transformada em domínio de grileiros, latifundiários e empresários. Com frequência a expropriação é realizada com base na violência privada, pela jagunçagem.

a compor e determinar, em ampla escala, a economia política da Amazônia. Tratava-se de conformar as relações de produção e as forças produtivas da região às exigências da política de economia «aberta» inaugurada pela ditadura. A rigor, todas as questões fundamentais de economia e política na região passaram a ser estudadas, decididas e postas em prática no âmbito da SUDAM, BASA, INCRA, POLAMAZÔNIA, FUNAI e outros órgãos e iniciativas do Governo federal. Ao mesmo tempo, essa vasta parafernália reciou e desenvolveu as articulações econômicas e políticas da Amazônia com os centros dominantes no Centro-Sul, principalmente São Paulo, e no Exterior. Provavelmente muito mais do que em décadas anteriores — mais do que nunca — a economia política da região amazônica passou a ser ditada pelos interesses econômicos e políticos representados pela ditadura.

Ao mesmo tempo que se estende e diversifica a ação estatal na região, multiplicam-se os negócios de terra, os empreendimentos de mineração, extrativismo, agrícolas, pecuários e também industriais. São muitos os que buscam a

CÂNTICO XXXVII

Atrás de cada hora atroz, aterra, a terra entre grilagens e parágrafos de erros sobre as eras... Rio, por que choras? Quem sabe a trama que se arma, quem reconhece a noite entre nascentes de rios negros de aurora? Quem acendeu a chama das queimadas com o título de posse desfraldado

entre colonos em pânico? E que pássaro ávido mais-que-de-aço põe seus ovos letais em núbéis praías de Conde? Aeroporfos ocultos revelam-se em radares a dívida aterrizada. Aterroriza-se

(Poema extraído do livro Porantim de João de Jesus Paes Loureiro, Civilização Brasileira, 1978)

Peru

E agora, que a Greve Geral foi parcial?

Em menos de um ano o Peru viveu o que nenhum outro país sul-americano experimenta há bom tempo: greves nacionais. Ou o «Paro Nacional», como se diz em castelhano. Toda a expectativa criada em torno da Grande Greve de 72 horas, convocada pela Central Geral dos Trabalhadores do Peru (CGTP) para os dias 9, 10 e 11 de janeiro contudo, em grande parte frustrou-se. Por quê? É o que se pergunta à esquerda. Por Manuel Manrique, nosso correspondente em Lima.



Vias de acesso à Capital, controladas por tanquetas...

No dia 11 de janeiro, os jornais de Lima publicaram manchetes anunciando que a Central Geral dos Trabalhadores do Peru (CGTP) ordenara às suas bases que suspendessem a greve nacional de três dias, convocada por esta central sindical para 9, 10 e 11 de janeiro. A notícia ratificava uma situação de fato, já que a Greve Geral tivera efeitos parciais.

Justamente a Federação dos Empregados Bancários, uma das principais bases de sustentação da CGTP, foi a organização que pediu a suspensão da Greve Nacional, solicitação que foi atendida sob o pretexto de que, assim se agia a fim de «prosseguir em melhores condições a luta reivindicatória da CGTP e do conjunto do movimento operário e popular» tal como

Carlos Dominguez

esta experiência para compreender os motivos devido aos quais os resultados da greve estiveram bem longe das expectativas criadas.

Alguns pontos

Em primeiro lugar, deve-se levar em conta o caráter excludente da convocação da greve, realizada pela CGTP, que, apesar das tentativas de aproximação de outras forças sindicais, se negou a elaborar uma fórmula de direção unificada e recusou todo esforço de aproximação, talvez por acreditar que a greve seria um sucesso e não haveria porque compartilhar com outras forças tal sucesso.

Outro aspecto a ser considerado é o de que a convocação, feita com muita antecipação — nos dias que antecederam as festas de fim de ano — deu margem para que o Governo traçasse um plano de intimidação e de repressão seletiva contra a realização da greve, o que, sem dúvida, deu seus resultados. Se a greve fosse vitoriosa, estaria comprometida e a estabilidade política do regime e, com isso, as perspectivas do seu plano de recuperação econômica bem como de sua Assembleia Constituinte — e os militares sabiam bem disso. Seguramente, foi bem pouco o que os setores populares puderam articular em função da greve



Vias de acesso à Capital, controladas por tanquetas do exército, durante o 1º dia de paro nacional

Somente no primeiro dia a paralisação se fez sentir. A classe operária, quase em sua totalidade, os bancários, os funcionários públicos, assim como os empregados do comércio, foram os setores que deram vida à palavra de ordem adotada pela CGTP e apoiada por importantes setores sindicais não filiados a ela.

O transporte público foi praticamente suprimido durante o primeiro dia da greve e o Exército viu-se obrigado a pôr os seus caminhões, nas ruas para transportar a população. Forças policiais e do Exército reprimiram manifestantes em importantes pontos de acesso à capital.

A força da greve, que se manifestara nas primeiras horas da manhã, foi desaparecendo com o correr do dia, restabelecendo-se parte das atividades comerciais durante a tarde.

No segundo dia da Greve Geral, a cidade de Lima voltara quase que totalmente à normalidade. Os bancários e funcionários públicos retornaram aos seus lugares de trabalho e somente setores reduzidos da classe operária mantiveram a paralisação.

declarou Eduardo Castillo, secretário-geral da Central Geral dos Trabalhadores do Peru e ex-dirigente da Federação Bancária.

O que ocorreu?

Porque, depois de toda a expectativa despertada pela Greve Nacional de que seria uma expressão massiva de protesto, teve resultados tão magros? As forças sindicais que a convocaram e que a apoiaram fazem esta pergunta, enquanto o governo militar, os empresários e os partidos de direita esfregam as mãos, satisfeitos com o revés sofrido pelas forças populares do Peru.

A CGTP (Organização Sindical Orientada pelo Partido Comunista Peruano), cuja sede foi invadida pela Polícia no último dia 10, tentou explicar a debilidade da greve jogando a culpa sobre as organizações independentes que a apoiaram. Sem dúvida, para além das justificativas momentâneas, a esquerda peruana está obrigada a revisar cuidadosamente

durante os últimos dias do mês de dezembro. Em troca, para o governo, aquele período foi valioso na montagem de um plano de ataque contra o movimento. Desde o domingo, 7 de janeiro, veículos militares, tanques, tanquetas e efetivos militares e policiais circulavam pela cidade. As regiões que se destacaram nas greves anteriores receberam a atenção preferencial das forças repressivas.

Igualmente, deve-se considerar que a convocação de greve de 72 horas, feita pela CGTP, representou um prazo desmobilizador, na medida em que afetava a intensidade da greve. Mais ainda se se levar em conta que ela não vinha precedida de mobilizações parciais de caráter preparatório e havia sido levantada como a grande resposta. A própria tática do governo militar de aprovar o novo pacote de medidas econômicas de forma progressiva criou na população um impacto diverso do que já se produzira em outras ocasiões.

Possível desgaste

É possível que a debilidade da direção e a ausência de ações preparatórias se some a uma situação de desgaste do movimento popular incentivada, também, pelo fato de as greves nacionais anteriores — apesar de terem sido mobilizações de grande envergadura e de evidente repercussão nacional — não levaram aos resultados esperados, tais como o de melhoria salarial, controle dos preços, libertação de presos políticos, etc. que eram pontos das plataformas de luta. Outra consequência, negativa para as organizações sindicais e populares, foi a que se deu após a Greve Nacional de 19 de julho de 1978, quando 5 mil dirigentes sindicais foram demitidos de seus empregos.

Esta é, sem dúvida, uma primeira aproximação do balanço que deve ser feito sobre esse processo que continua em curso. Nos próximos dias, a esquerda terá que realizar uma cuidadosa revisão dessa experiência.

Venezuela

A esquerda sai do gueto (por Teodoro Petkoff)



A perspectiva do MAS é a de romper com o gueto em que no entender dos seus quadros políticos vive a esquerda latino-americana, de modo geral. Antes de formular suas respostas, Teodoro Petkoff levanta algumas questões.

Uma delas: «Por que os movimentos de filiação socialista, a maioria dos quais se dizem marxistas — ou melhor, marxistas-leninistas — permanecem circunscritos realmente a um estreito gueto, desligados do povo em nome do qual falam e atuam, sem comunicação verdadeira com aqueles que o jargão esquerdista designa como as forças motrizes da revolução? Por que esses operários e camponeses, que o lirismo esquerdista considera o sal da terra, olham com tão evidente desconfiança, senão com hostilidade, a essa aristocracia intelectual que fala de uma revolução incompreensível?»

Para Petkoff, ou melhor dizendo, para o MAS, a resposta mais geral está na própria conduta desses movimentos de filiação socialista, em algo que classifica de falsa conduta revolucionária.

«A burguesia — segundo Petkoff — trabalha sobre certos pressupostos que encontram confirmação — num grau muito elevado — ante os olhos da população, na própria conduta, na própria prática dos revolucionários, aprofundando-se com isso, em consequência, a carga de preconceitos, meias-verdades e mentiras completas que, na imaginação popular, acompanham constantemente a imagem que fazem dos revolucionários». Ou seja, a burguesia exerce o domínio político e ideológico sobre a sociedade e a maioria da esquerda, segundo o MAS, com sua «falsa conduta revolucionária», acaba por reforçar em certa medida, a dominação da burguesia sobre as massas, por fazer com que se tenha dela uma imagem que corresponde, em certos termos, às pregações cotidianas que a burguesia lança sobre os socialistas, estimulando preconceitos, tergiversando com meias-verdades, ou simplesmente mentindo de modo completo.

Exemplos

Da série de aspectos abordados por Petkoff para caracterizar o que classifica de «falsa conduta», citaremos os dois mais gerais: o socialismo e o internacionalismo e o socialismo e a democracia.

Antes de tudo, porém, as críticas de Petkoff voltam-se contra o stalinismo. O que chama de «molde» stalinista está, no seu entender, por trás da desfiguração nacional do movimento socialista da desfiguração de sua especificidade revolucionária. Esse «molde» cria «movimentos rigidamente subordinados a um guia central (no caso, a União Soviética), mas não só que estabeleça e cuida da manutenção de sua «pureza» dos padrões teóricos (marxismo dogmatizado e infantilóide), políticos (adstrações locais derivadas de uma linha supostamente geral e mundial), ideológicos (mitificação do modelo único de socialismo), organizatórios (petrificação da estrutura; o partido, meio, transformado em fim) e até morais, que norteiam a prática dos partidos comunistas — com certas e notáveis exceções —, distanciando-a dos objetivos revolucionários.»

Petkoff ressalta, entretanto, que o MAS não considera que os partidos marcados pelo stalinismo abandonaram expressamente os objetivos revolucionários, de modo semelhante ao que se deu com os partidos social-democratas.

A questão do stalinismo, contudo, concretiza-se com a discussão sobre o problema do internacionalismo e da democracia.

Quanto ao internacionalismo, diz Petkoff: «Rechacamos toda subordinação do nosso movimento a quaisquer dos centros ou subcentros de poder socialista existentes hoje». Não por mero jogo de palavras, afirma ele, «o MAS não se considera parte de nenhum movimento internacional, mas sim vertente do processo revolucionário mundial e, especificamente, latino-americano».

Petkoff afirma que, de modo geral, falsa conduta revolucionária assume a prática de «representar, como se fosse um consulado, as posições de centros ou subcentros de poder socialista, afastando-se, cada vez mais, da compreensão e explicitação política do processo

real do país. E passa a ser vista pelo povo do modo que a burguesia a proclama: «agentes estrangeiros», «algo que responde a interesses de fora», etc. E o dirigente do MAS pergunta: «Não atua a esquerda em favor da direita quando sua falsa conduta revolucionária não faz outra coisa senão confirmar, aparentemente, o que a direita diz sobre ela?»

Democracia

Outro mecanismo ideológico presente no arsenal da direita — o de que a revolução e o socialismo exigem a supressão da liberdade e da democracia — é, segundo o MAS, sempre confirmado pela falsa conduta revolucionária. Isso, por uma razão: «a falsa conduta revolucionária é de fato profundamente antidemocrática».

Mas o enfrentamento desse problema, que implica a visão crítica e aberta das experiências de construção do socialismo, seja na União Soviética, na China, em Cuba, ou onde quer que se queira, tem-se defrontado com um dos mais sérios obstáculos a serem superados. O do argumento chantagista, segundo o qual, um debate, aberto, como o que o MAS propõe — diz Petkoff — «proporciona armas ao adversário». Este argumento — continua — «tem sido um dos mais importantes fatores de esterilização do pensamento marxista oficial».

«E não estamos propondo — afirma ele —, por suposto, uma atitude de mero oportunismo, que consistiria em nos dessolidarizarmos com o que consideramos traços antidemocráticos nos países socialistas, porque eles nos estorvam aqui. Tampouco se trata, como é capaz de explicar alguma versão imbecil, de adocicar o socialismo, de suavizá-lo para não «assustar» (a burguesia). Pra início de conversa é muito bom que o socialismo não assuste, porque não tem porque fazê-lo. Mas este desde logo não é o problema, pois não se trata de acomodar a democracia no socialismo, mas sim, o de estabelecer uma noção básica: o socialismo é democrático ou não é socialismo». E nesta matéria, segundo o dirigente do MAS, não há o que inventar: «Basta resgatar todo o profundo conteúdo democrático que perpassa toda a obra de Marx e Lenin».

A questão da democracia, como não poderia deixar de ser, remete ao problema da ditadura do proletariado.

Ditadura do proletariado

«Este conceito de ditadura de classe — diz Petkoff — não expressa outra coisa senão a disposição das classes sociais com respeito à propriedade dos meios de produção e, por isso, ao poder político. A dominação de alguma delas seria uma ditadura sobre a outra ou as outras: ditadura que, em sentido lato, não significa outra coisa que a imposição sobre toda a sociedade dos fins e meios próprios de classe ou classes que exercem a hegemonia sobre o conjunto.

Mas essa imposição não necessariamente — tudo depende de das circunstâncias históricas — tem que se dar por meio de formas de governo ditatoriais. A ditadura da burguesia, por exemplo, tem assumido as mais variadas formas políticas: desde as de democracia representativa até as de autocracia e fascismo».

«Por sua vez, — continua Petkoff — a ditadura do proletariado significaria a dominação do proletariado, através de um novo tipo de Estado, sobre a burguesia, durante a transição do capitalismo ao socialismo, quando ainda sobreviver as classes sociais. Neste caso, o Estado impõe sobre a sociedade os fins e os meios que a hegemonia do proletariado determina. Mas a natureza dos governos próprios desse Estado depende de circunstâncias históricas concretas: podendo ser ditatoriais, mas, também, não ditatoriais. Foi precisamente Lenin quem apontou que os traços políticos do Estado e do governo soviéticos correspondiam ao marco histórico russo e que, na Europa Ocidental, sobre uma base histórica e política diferente, a ditadura do proletariado não teria porquê reproduzir o modelo soviético. Dizia Lenin, por exemplo, que a supressão do voto aos burgueses era uma característica específica da revolução russa e que, nas democracias europeias, isso não seria necessário. Estaria Lenin dourando a pilula para os burgueses europeus, visando não assustá-los, como argumenta o simplismo esquerdista sobre as idéias que estamos defendendo, ou não fazia mais do que falar com os pés na terra?» (Petkoff cita Lenin, referindo-se ao Renegado Kautsky).

Contra o obreirismo

Depois de ressaltar a importância dos segmentos médios não só para a tomada do poder político como também para a transição ao socialismo, Petkoff ataca o «obreirismo» que defende a ditadura do proletariado como uma forma de governo «despótica», essencialmente violenta, na qual não haveria espaço social nem liberdade a não ser para o proletariado. Essa política, diz o dirigente do MAS, além de errada teórica e historicamente, só serve para «apavorar os segmentos médios» e afastá-los de qualquer interesse junto às forças soviéticas.

Por fim, sobre o tema, diz Petkoff: «Se se quer continuar utilizando o termo ditadura, que se fale, então, da de um novo bloco social, da de um novo conjunto de classes sociais. De nossa parte (MAS), parece-nos inconveniente inclusive a utilização da idéia de ditadura, palavra carregada de ressonância particularmente negativa».

Quando procura esboçar o tipo de socialismo que o MAS pretende para a Venezuela, entre outras coisas Petkoff destaca a participação direta das massas, enfatizando a questão da liberdade em todos os seus aspectos, inclusive na questão da imprensa.



Reagir à repressão

Pela reabertura das revistas reprimidas. Pela libertação de Alfonso Barrantes Langan, presidente da Unidad Democrática Popular, detido pelo regime militar desde o dia 4 de janeiro.

MARKA foi fechada. Que volte a circular. AMAUTA foi fechada. Que volte a circular. UNIDAD foi fechada. Que volte a circular.

O Ministério do Interior, aplicando um decreto lei do general Morales Bermúdez, fechou sete publicações peruanas, pouco antes do início da Greve Nacional.

Três pertencentes à esquerda: Marka e Amauta (independentes) e Unidad (órgão do Partido do Comu-

nista Peruano) Uma — Kunan — representante dos herdeiros do Velasquismo (Juan Velasco Alvarado, que liderou o movimento militar de 1968) dirigida por Augusto Zimmerman Zavala, ex-secretário de imprensa do ex-presidente que morreu em 1968). Três de direita: Impacto e ABC, ambas pertencentes a setores do aprismo, e El Tiempo, semanário representativo da direita mais reacionária. Consta que o fechamento das revistas apristas visaria fortalecê-las indiretamente, na medida em que o Partido Aprista tem acordo com o regime militar e o seu líder, Victor Haya de La Torre, tomou posição radical contra o Paro Nacional.

Venezuela

burguesa tomou corpo no País, distinguindo-o de quase todos os outros em toda a América Latina. As forças de esquerda, que travaram decidida luta contra a ditadura de Jimenez (1948 a 1958), depois que a burguesia assumiu o controle direto do Estado, por meio do presidente-eleito Romulo Betancourt, da Ação Democrática, canalizaram sua atuação para a luta armada, adotando a guerra de guerrilhas como meio principal para a tomada do poder. E lutaram por dez longos anos, até a derrota política e militar, já no Governo de Rafael Caldera, do Partido Social Cristão (Copei), que substituiu a Raul Leoni, um dos líderes da Ação Democrática Liberal (1963-1967). Durante o Governo de Caldera (1968 a 1973), a esquerda, derrotada, buscou a legalidade, autocriticando-se do período de luta armada e dividindo-se em várias tendências. Iniciou-se, assim, do ponto de vista das oposições de esquerda, uma nova fase de luta na Venezuela.

Da Ação Democrática, que participara da luta contra Jimenez ao lado do Partido Comunista, saiu uma tendência que se transformou no MIR — Movi-

No dia 23 de janeiro de 1958, há 20 anos, a ditadura do general Marcos Pérez Jimenez terminava na Venezuela. Nessas duas décadas, a democracia

mento de Esquerda Revolucionária. Do PC, desgastado após o domínio da AD e do Copei sobre o Estado e o Parlamento, saiu o MAS — Movimento Ao Socialismo, que, após permanecer ainda algum tempo na luta armada, assumiu a legalidade, vindo a se transformar na maior força eleitoral de esquerda do País, posição confirmada nas eleições de 1973, quando foi eleito Carlos Andrés Perez, da Ação Democrática, e também nas últimas eleições de dezembro do ano passado, quando foi eleito o novo presidente venezuelano, Luis Herrera Campins, do Copei. Para dar um quadro político da situação da esquerda venezuelana buscamos dois exemplos marcantes entre suas diversas tendências. De um lado, Teodoro Petkoff, atual dirigente do MAS e ex-membro do Comitê Central do Partido Comunista; de outro, Douglas Bravo, um dos guerrilheiros mais famosos do País, ex-membro do PC e que, até hoje, se mantém na clandestinidade, apesar de ter suspenso as ações armadas de sua organização desde a posse de Carlos Andrés Perez, em 1974.

As formulações que dão base à linha do Movimento Ao Socialismo, escritas por Petkoff (que deixa claro, entretanto, que se trata de um trabalho coletivo) foram extraídas do livro *Proceso a la izquierda* (o de la falsa conducta revolucionaria), publicado pela primeira vez em julho de 1975 e já em terceira edição (Editorial Planeta — Caracas).

A queda da ditadura e a ação da esquerda

Douglas Bravo, um dos mais conhecidos — senão o mais famoso — guerrilheiros do país, que lutou contra a ditadura desde o seu início como militante do PCV (Partido Comunista Venezuelano) e assumiu a luta armada após a queda do regime de Jimenez, continua até hoje na clandestinidade, vivendo em algum lugar da Colômbia, numa região próxima à fronteira com a Venezuela. O repórter Alfredo Peña, de fama internacional, conseguiu entrevistá-lo durante seis dias e o resultado do trabalho foi recentemente publicado em Caracas pela Editorial Ateneo. Para chegar até o famoso guerrilheiro, de quem, entre outras coisas, não se sabia nem se ainda estava vivo, Peña se viu obrigado a realizar uma longa viagem por terra, conduzido por companheiros de Bravo, e seguir quilômetros e quilômetros, dando voltas seguidas, com os olhos vendados.

EM TEMPO extraiu do livro publicado as partes da entrevista que abordam a queda da ditadura de Jimenez, a ação da esquerda e os erros cometidos pelas diversas tendências de esquerda do país durante o processo.

Em primeiro lugar, a pergunta: Por que Douglas Bravo continua na clandestinidade, se quase toda a esquerda, depois da derrota da luta armada, a partir de 1969, já assumiu a legalidade e se manifesta abertamente no quadro político da democracia burguesa venezuelana?

Ele mesmo responde: «Todo governo é, de certa forma, a expressão de uma ditadura de classe.

Seria um erro gravíssimo se nós colocássemos o problema da legalidade e da ilegalidade de um ponto de vista pessoal, quando o problema de que se trata é o de estabelecer qual legalidade existe para o movimento popular. Não me refiro a uma ou outra personalidade que tenha a liberdade de proferir conferências (referência a pronunciamentos feitos pela sua mulher, Argelia Melet — dirigente da organização legal, ruptura na Universidade de Caracas, que foi amplamente difundida pela imprensa, apesar das críticas, claras e radicais, que fez ao sistema). É preciso abordar o problema em termos mais amplos: a liberdade do movimento popular para travar suas lutas. Quando caiu Pérez Jimenez houve um período de liberdades públicas, conquistadas graças ao esforço do povo. As liberdades repousavam num movimento de massas nas ruas, não eram concedidas de graça. Por outro lado, existia a unidade cívico-militar que garantia as liberdades democráticas. Sou da opinião de que, a partir da ascensão à presidência da República de Rómulo Betancourt, começou a ser anulado o processo democrático. Sem dúvida, não nego que na Venezuela exista hoje o que nós chamamos de uma democracia burguesa militarizada. São concedidas certas liberdades para determinados núcleos sociais. A volumosa renda do petróleo permite uma manipulação política, econômica e social de certos setores da população. Mas a imensa maioria dos trabalhadores está submetida a um processo de anulação dos seus direitos. Na impre-

sa aparece, com frequência, denúncias sobre a repressão. (...)»

«Está disposto a ir para a legalidade?»

O problema não deve ser abordado partindo da questão se eu vou para a legalidade ou não, pois, como já disse, não se trata de um problema individual. Na Venezuela não funciona o Estado de Direito para a grande maioria, não há vigência plena da Constituição, a persistência do atual quadro político não cria a oportunidade para que a maioria dos venezuelanos desfrute uma autêntica legalidade democrática e popular. Quando isso for conquistado pela maioria, nós iremos para a legalidade.

«Que provas você tem de que esse «atual quadro político» não é favorável?»

«Existem, por exemplo, mais de cem presos políticos.»

«Mas esses casos são denunciados pelos partidos de oposição.»

«Eu quero concluir: se se criam as condições indispensáveis, digamos no próximo ano (1979), para que os partidos que estão na ilegalidade, entre eles o PRV (Partido Revolucionário da Venezuela), no qual militamos, se legalizem, nós também nos legalizaremos.»

Douglas Bravo explica, ainda, que desde 1974, com a subida de Carlos Andrés Perez à presidência, que o PRV não realiza mais ações armadas — que, segundo ele, não podem ser determinadas por análises subjetivas ou pela vontade dos indivíduos ou dos partidos —, procurando, desde então, uma maior ligação e organização do movimento de massas.



Os erros da esquerda

Então, em sua opinião, quais foram os erros fundamentais que a esquerda cometeu depois de 23 de janeiro?

«Em primeiro lugar, não se avaliou corretamente o papel das tendências patrióticas e democráticas no interior das Forças Armadas. Basta lembrar que nos anos do Governo Betancourt mais de 600 oficiais foram detidos, desterrados ou expurgados. E quando Trejo foi expulso do País, cerca de 170 oficiais de comando efetivo de tropas lhe expressaram solidariedade. Além disso, não se defendeu a existência dos órgãos paralelos de poder criados pela iniciativa popular e que estiveram na raiz do 23 de janeiro. Do povo surgiram os comitês da Junta Patriótica, os Comitês Cívico-militares, os Comitês Sindicais unificados, as Frentes Estudantis, os Comitês Feministas Unitários, as Brigadas de Ordem, isto é, todo um conjunto de organizações que eram essencialmente germens e expressões do poder político criado pelas massas. A existência dessas organizações seria a verdadeira garantia de uma democracia real e efetiva.»

«Mas, não se pode negar que também nessa época ressurgiram os partidos políticos, a Federação Camponesa. Quer dizer, o movimento popular se reagrupa e se reorganiza.»

«Sim, mas dissolve a Junta Patriótica: a organização mais importante para a unidade e mobilização das massas. Betancourt conseguiu liquidá-la por causa da política divisionista da AD que no Pacto de Nova York excluiu os comunistas.»

«Excluiu porque o esquema comunista não se enquadrava dentro da concepção liberal e democrática do ocidente.»

«Eu vejo as coisas de outro modo. Betancourt e as companhias petrolíferas julgavam que a presença dos comunistas podia influir para que a democracia venezuelana não fosse exclusivamente formal bem como podia afetar os interesses econômicos das grandes empresas monopolistas. Além do mais, aquele Partido Comunista da Venezuela de 1958 não era o clássico PC dogmático, muito comum na América Latina, apegado às diretrizes de um centro mundial. Nele se exercia a democracia interna e se exibiu uma grande capacidade de reflexão e assimilação da realidade nacional.»

«Mas o PC aceitou como objetivo principal a derrubada da ditadura e a convocação de eleições livres. Implicitamente reconhecia que era melhor um Governo democrático do que um Governo de esquerda.»

«Sempre e quando fosse uma verdadeira democracia com a participação ativa e direta do povo através de seus órgãos de poder.»

«Mas o movimento que derrubou a ditadura não estava maduro nem contava com forças suficientes para avançar mais além do que se conquistou no 23 de janeiro. Com isso você concorda?»

«Eramos muito débeis no período que antecede a derrubada de Perez Jimenez. Mas a situação mudou com uma rapidez extraordinária. Poucas horas antes de cair a ditadura surgem poderosas organizações do povo. Como dizia Marx, as massas aprendem mais rapidamente em um dia de luta do que em um século de passividade. O que quero acentuar é que com uma visão clara de poder e do processo ascendente das massas a direção teria tido capacidade para traçar metas superiores e conquistá-las.»

«Mas não se pode esquecer que a direita conspirava. Naquele momento o objetivo principal era conseguir a consolidação do sistema democrático.»

Precisamente diante das provocações da extrema direita a melhor defesa era fazer avançar a democracia e conquistar reivindicações cada vez mais profundas para os trabalhadores e as massas populares. Foi um erro defender o Governo de Larrazabal exclusivamente com uma postura imobilista. Devíamos defendê-lo porém para avançar para uma ampliação da participação popular em seu Governo. Não obstante se firmou o triste pacto operário-patronal que amarrava a classe operária aos interesses capitalistas. Mas cometemos outro erro: colocar como o centro de nossas lutas a solicitação de uma nova institucionalidade. Essa foi uma consigna extemporânea. O correto era esperar um tempo a fim de permitir fortalecer as forças de esquerda e consolidar uma relação de poder favorável aos setores mais avançados. Outras bandeiras tinham de passar para o primeiro plano. Por exemplo: 1º) Que todos os contratos coletivos de trabalho que estavam congelados fossem efetivados. 2º) Que as terras fossem entregues aos camponeses; 3º) Que fosse estabelecida a autonomia universitária; 3º) Conquistar reivindicações substanciais na ordem econômica e social.

«Então você crê que a convocação das eleições foi um passo precipitado?»

«Sim. Era necessário dar tempo ao movimento revolucionário para que este se fortalecesse e superasse as forças de direita.»

«Você não está superestimando as forças da esquerda naquela conjuntura?»

«Não e um claro indicio disso é que uma quantidade considerável de oficiais das Forças Armadas rechaçaram depois a política de Betancourt. E também a profundidade que no princípio teve a luta armada. Quando se anunciou a vitória de Betancourt nas eleições de 7 de dezembro de 58 as massas saíram às ruas em Caracas para repudiar o resultado eleitoral. Durante dois dias consecutivos o protesto popular punha em evidência o estado de ânimo das massas. Nessa ocasião o Partido atuou como apaziguador para amortecer as manifestações. Nesse momento uma ação conjunta da oficialidade antibetancourista e do apoio das camadas mais avançadas do povo teria conseguido consolidar as conquistas democráticas, obter novos avanços e impedir que Betancourt se aliasse como fez, com a reação.»

«Parece-me que nessa análise você incorre, como o movimento revolucionário venezuelano incorreu, no pecado do imediatismo.»

«O pecado do imediatismo nós cometemos depois do triunfo da Revolução Cubana, mas não antes. Antes se davam frequentemente circunstâncias favoráveis para a luta revolucionária, mas era o período em que a III Internacional não tinha interesse no desenvolvimento revolucionário em escala mundial já que a política de Stalin era a construção do socialismo em um só país. A partir de 1959 a política imediatista tem um conjunto de expressões. De modo que o revolucionário latino-americano — nos últimos anos — está marcado pelo conservadorismo dogmático e/ou por uma política aventureira a curto prazo.»

«Talvez você se sentiria frustrado ao comprovar que o 23 de Janeiro (sobretudo se se o compara com a vitória do Exército Rebelde comandado por Castro e Guevara) não havia satisfeito suas expectativas revolucionárias. Além do mais, o governo cubano incitava e promovia a idéia de converter

todo o continente em «território livre.»

«O erro imediatista consistiu em que não soubemos esperar o reagrupamento de nossas forças para o choque inevitável com os setores reacionários. Não conseguimos reorganizar o movimento revolucionário para levar com êxito a luta contra seus inimigos. Sem cumprir essa tarefa, indispensável para todo choque frontal, nós precipitamos e fomos arrastados a uma política golpista e aventureira. Não soubemos aproveitar condições favoráveis como por exemplo a greve do transporte em 1960 para onde poderiam ter convergido todas as forças.»

«E qual era o objetivo? Derrubar a um governo constitucional, eleito em votações livres e democráticas?»

«Nosso objetivo tinha que ser a tomada do poder. Betancourt certamente havia sido eleito em eleições populares, mas sua política o havia colocado à margem da Constituição. Tinha violado os direitos e garantias individuais e havia submetido as massas trabalhadoras a graves restrições econômicas. Fez aprovar uma lei rebaixando os salários e salários enquanto a taxa de lucro dos capitalistas aumentou consideravelmente, como o demonstram as próprias memórias do Banco Central. As massas populares tinham pleno direito de aspirar a um governo distinto que correspondesse a seus interesses.»

«Através da violência?»

«A confrontação estava posta em termos de força e violência: o movimento revolucionário era sistematicamente agredido. A violência não era um capricho. Era o produto do enfrentamento entre os capitalistas e os trabalhadores, entre os ricos e os pobres. Quem a inicia primeiro são aqueles que têm em suas mãos o poder e com ele as forças da violência e da repressão.»

«O fato de que um país atravessa uma depressão econômica não justifica irreversivelmente a insurreição armada.»

«Houve precipitação — esse foi o erro imediatista — no sentido de não ter uma política para fazer confluir todos os setores antibetancouristas em uma ação coordenada e única, e em seu lugar lançar-se a golpes e aventuras insurreccionais de forma desordenada e desarticulada. A consigna de «Novo Governo Já» foi uma diretiva putschista, apressada, sem base na correlação de forças.»

«Se se analisa desapaixonadamente os sucessos desse período, se verá que a maioria do povo venezuelano não participava da luta armada, mas apenas um setor muito radicalizado da população. Uma coisa são as lutas reivindicativas dos trabalhadores e outra muito distinta é a luta armada. Vocês confundiram o estado de ânimo das vanguardas com o das massas.»

«Se se aplica esse critério a toda nossa história tampouco teria se dado a guerra da independência contra os espanhóis. Os conflitos políticos e sociais não podem ser colocados em termos de números e de quantidade. No curso da luta emancipadora, Urdañeta escreveu a Bolívar lamentando-se de que em todas as partes as portas lhe eram fechadas e nem sequer conseguiam alimentos nos povoados. A imensa maioria da população estava com os realistas. Essa realidade não levou Bolívar a renunciar a luta. Não. A maioria se conquistou. Mas no nosso caso é preciso reconhecer que manejava mal a rebelião porque não colocamos bandeiras que respondessem plenamente aos grandes interesses das massas populares.»

Do descenso à derrubada do regime

Como foi a preparação do partido comunista para a queda da ditadura?

«No final de 1953 e início de 1954, a situação da resistência estava muito ruim. As torturas da SN (Segurança Nacional) produziam grandes danos nas fileiras dos partidos clandestinos. Em Zulia, mataram Luis Losada, secretário-geral da Juventude Comunista. Centenas de presos estavam jogados em diferentes cárceres do país. O Partido Comunista estava bastante golpeado. Os Comitês Regionais tinham sido varridos pela repressão. Uma das organizações que, apesar de tudo, conservava alguma força era a de Caracas. Nesse momento, iniciamos uma discussão sobre a tática que deveria ser adotada em função do refluxo do movimento revolucionário e popular. O partido decidiu voltar todos os seus esforços para um trabalho paciente de organização das massas populares, especialmente nas fábricas. Nos anos seguintes iniciou-se uma atividade sindical ampla e uma grande mudança com relação ao velho trabalho que era realizado anteriormente. Graças a esta tática o partido cresceu nas empresas onde estava paralisado ou se debilitara até quase desaparecer.»

«Os oficiais das Forças Armadas que conspiravam contra Jimenez estavam de acordo com as diretrizes da Junta Patriótica?»

«Sim. A ação das Forças Armadas estava coordenada com a greve geral. Além disso, estava em curso outro levante militar contra Jimenez. Na madrugada do dia 22, Jimenez foge e o governo cai. O quartel da Segurança Nacional tenta resistir mas nesse momento chegam patrulhas do Exército sob o comando de Gregório Lopez Garcia, que se dirigiu a mim e a outros companheiros (pois havíamos nos dirigido ao local para libertar nossos presos) dizendo-nos: «O que vocês estão fazendo aqui? Deixem isto a nosso encargo e dirijam-se a Miraflores (o Palácio do Governo) onde o novo governo está sendo formado». Esse oficial tinha mais claro do que nós qual era o centro do poder político.»

«É interessante lembrar que a luta contra Pérez Jimenez tinha objetivos muito específicos, particularmente a convocação de eleições livres e o restabelecimento das liberdades democráticas. Não se propunha nenhuma solução de tipo socialista. E foi justamente a delimitação dos objetivos que permitiu o desenvolvimento de uma ampla unidade em torno da Junta Patriótica.»

«É certo. No entanto não podemos desconhecer que no interior das forças antiditadura existiam matizes e muitas diferenças. O que chamamos de «trejismo», os partidários de Hugo Trejo, era uma corrente democrática avançada dentro das Forças Armadas, ao contrário dos conservadores e da direita.»

«E de fato, durante a madrugada do dia 1º fomos surpreendidos pelo vôo dos aviões rebeldes e o bombardeio sobre algumas instalações militares de Cara-

cas. Mas, como se sabe, no dia seguinte à insurreição foi aplastada. Mas o levante, apesar de derrotado, mostrou que o apoio militar da ditadura se desmoronava. E logo, um novo acontecimento veio confirmar a profunda crise em que o regime vivia. No dia 7 de janeiro, aproximadamente, saíram do país Laureano Vallenilla e Pedro Estrada. Os dois pilares que sustentavam o regime de Pérez Jimenez — as Forças Armadas e a Segurança Nacional — estremeciam. Em consequência foram reativados a Junta Patriótica e o Comitê Sindical Unitário. Começou a ter lugar uma grande mobilização tanto do Partido como de todos os outros setores de resistência. Os setores econômicos mais influentes, por sua vez, também passaram para o campo da oposição à ditadura. A Junta Patriótica assumiu a direção do movimento e passou a organizar uma greve geral, sendo que coube ao Comitê Sindical proceder à realização prática do plano de paralisação das atividades de trabalho. No dia 21 de janeiro a ordem de greve geral foi cumprida.»

«Naquele momento, ao não precisar a importância do trejismo e não ter uma política auzad de aliança e unidade com essa corrente, debilitamos as forças democráticas avançadas dentro das Forças Armadas e, portanto, permitimos que continuasse predominando a velha oficialidade vinculada aos grupos econômicos reacionários.»

«Mas eu sustento que o quadro político geral do país não estava maduro para mudanças mais profundas, com Hugo Trejo ou sem ele. A Junta Patriótica propunha a derrubada da ditadura para a conquista de um governo democrático parlamentar. Não existia a proposta de implantação do socialismo ou de um governo esquerdista. Quem sabe vocês confundiram as metas e pensaram que o país estava maduro para uma revolução social, quando o que existiam eram apenas condições para uma evolução democrática?»

«É evidente que as metas foram confundidas. Mas não no sentido em que você aponta, mas exatamente no sentido contrário. Não foi precisado com clareza que no interior da classe operária, dos camponeses, dos estudantes e inclusive das Forças Armadas se havia produzido um salto de qualidade cujo resultado não podia ser aquela mudança superficial levada a cabo no 23 de janeiro: uma democracia formal e de fachada. Tinha que ser algo mais profundo, uma verdadeira democracia com participação mais ampla e decisiva dos setores populares e avançados.»

«Não. O que estava posto para a Venezuela naquele momento era a superação da ditadura e o estabelecimento de um regime de liberdades democráticas. O que você sugere agora é outra fórmula: um sistema de inspiração socialista. A Ação Democrática, a Copei e a URD não podiam compartilhar dessa concepção. O que esses partidos entendem por democracia é, de certa forma, o modelo ocidental. Quer dizer: o exercício do voto, a legalização dos partidos, o funcionamento do Parlamento, a eleição popular dos governantes, o pluralismo. Isso foi conseguido.»

«Essas conquistas democráticas foram mantidas enquanto o movimento popular esteve no auge. Mas tão logo Betancourt impôs sua política, todo o processo democrático se deteriorou. Não concordo que a democracia seja exclusivamente o exercício do voto. É muito mais. É a participação ativa e direta do povo nas decisões vitais da vida social, política e econômica. Essa participação popular, que foi uma realidade nos dias imediatos ao 23 de janeiro foi depois sufocada pelo governo de Romulo Betancourt.»

Delfim Neto vem aí outra vez. Alô, alô, trabalhadores da cidade e do campo, se cuidem.

O "milagre brasileiro" vai baixar agora na agricultura

«A indústria de alimentos não está interessada na produção de arroz, feijão, leite e carne in natura. Seu objetivo é fabricar enlatados, salsicha a partir de celulose (e não de carne suína), macarrão, leite pasteurizado, produtos congelados. De 1960 para cá, a porcentagem de arroz, feijão, etc. no orçamento familiar vem perdendo lugar para produtos como macarrão, farinha, enlatados etc. Sem que isso represente uma melhoria alimentar, em termos de maior número de calorias.»

ria disposto a comprar terras tão isoladas por um preço que, agora, deve ser de mercado?

— Pois é, aí entra o «negócio da China», que é mais ou menos o seguinte: o hectare vale Cr\$ 5 mil apenas contabilmente. Isto é, o empresário declara esse valor para obter a contrapartida dos incentivos fiscais. O problema é que o capital precisa materializar esse valor e isso pode ser feito de duas formas: colocando a área em cultivo, de modo que dê um lucro que reponha esses cinco mil; ou vendendo essa terra.

Acontece que, se colocada à venda uma área muito grande de terra, seu preço cai. É preciso, então, fazer uma oferta limitada. E, para isso, nada melhor que um projeto de colonização: localizado, custoso e lento. Mas quem vai comprar terras na região por esse preço? Os pequenos e médios produtores, expulsos do centro-sul pela cultura da soja, vão virar colônias na Amazônia. O Governo para resolver um problema social «banca o jogo», fornecendo crédito barato mais uma vez. Com isso, acontecem duas coisas: materializa-se em parte o lucro de 1.000% das empresas do centro-sul e, ao colocar mão-de-obra na região, valoriza-se efetivamente as terras da Amazônia.

— E a modernização dos latifúndios, tornando-os mais produtivos, não seria uma forma de observar parte de mão-de-obra já expulsa do campo?

— Tornar os latifúndios mais produtivos e uma tática adotada politicamente desde a República, acentuando-se em 1930 e, mais ainda, em 1955. Acontece que há duas vias para se desenvolver o capitalismo no campo: a revolucionária e a prussiana.

Através da revolucionária, você altera profunda e rapidamente a estrutura da propriedade da terra. É a via norte-americana, onde, através da

Guerra de Secessão, os capitalistas do Norte eliminaram, inclusive fisicamente, os latifundiários do Sul.

Já a prussiana - ou via da modernização conservadora - pressupõe a lenta transformação do latifundiário num empresário rural. Essa é a via sacramentada no Brasil, principalmente através do Estatuto da Terra. É a chamada via dolorosa: além de ser muito mais lenta que a outra, seus custos sociais são muito mais altos (desvio de crédito, expulsão de mão-de-obra, pressão dos grandes proprietários sobre os pequenos produtores, etc.).

Além dos custos sociais mais elevados, que outras características têm a via prussiana?

— Uma das características é que ela não é generalizada. Ela se faz através de um crescimento desigual, localizado em termos de regiões e de produtos. Normalmente, está ligada a produtos de consumo das classes de alta renda ou de exportação, como leite tipo B, café, soja, cana-de-açúcar, etc. E deixa de lado produtos normalmente ligados ao consumo das camadas de baixo poder aquisitivo (como arroz, feijão, etc.) e regiões periféricas, como o Nordeste.

O que vemos hoje são os reflexos da modernização do centro-sul, que se acelera violentamente, impulsionada por uma série de medidas governamentais. Porque uma outra característica da via prussiana - é que o Estado joga um papel fundamental, através dos subsídios à produção, numa indução que é muito mais resultado das necessidades da indústria que da própria agricultura. É a indústria que comanda essa transformação na agricultura. São as pressões das multinacionais de máquinas agrícolas e de fertilizantes que forçam a mecanização da agricultura e o uso de produtos químicos.

A "revolução verde" e a fome ... de lucros.

A nova estratégia de desenvolvimento de Figueiredo busca vender a idéia de que a expansão agrícola vai beneficiar o pequeno produtor, baratear os produtos alimentícios e absorver milhares de bóias frias - expulsos do campo. Mas o avanço das multinacionais no campo nos últimos anos evidenciam que as prioridades são bem outras, como as aplicações na química pesada, com destaque para fertilizantes e adubos, e em segundo plano o setor alimentício, particularmente a soja.

As economias dos países capitalistas avançados estão estagnadas e as perspectivas são de que a situação piore em 1979. Somente na Europa Ocidental, o desemprego atinge atualmente dez milhões de pessoas e a inflação média anual é de 6%. Em relatório divulgado em novembro, a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) - que reúne os países industrializados ocidentais - afirma estar revendo assestativas de crescimento a curto prazo de seus membros, «em meio a indícios de que a recessão esperada para 1979 deverá ser mais profunda do que se prevê. Assim, a OCDE revisou «para baixo» suas previsões de crescimento para o próximo ano: a média de expansão do Produto Nacional Bruto (PNB) nos países membros será de pouco mais de 3%, e, para os Estados Unidos, o avanço deve ser próximo aos 2%, em comparação com os 3% propostos pela administração Carter.

Em meio às crescentes medidas protecionistas das nações desenvolvidas no comércio entre eles próprios e, particularmente, contra as exportações de manufaturados dos chamados «países em desenvolvimento», o relatório do Banco Mundial para 1978 recomenda, ingenuamente, que essas medidas não sejam adotadas e que os avançados mantenham seus mercados abertos. Respalda-se na «interdependência» que há atualmente entre esses grupos de países. O Bird acaba por revelar suas reais preocupações: se o protecionismo continuar os chamados «países médios» não poderão continuar absorvendo as exportações dos desenvolvidos e o amplo montante de capitais paralisados, em função de estagnação das economias avançadas. E o que é mais importante: talvez sintam dificuldade em saldar suas volumosas dívidas externas.

As reservas internacionais em moedas, segundo dados do Fundo Monetário Internacional (FMI), atingiram cifras astronômicas. Elas passaram de US\$ 35,59 bilhões em 1970 para US\$ 173,11 bilhões em 1977. Este último total é composto em 81,2% de dólares norte-americanos, em posse não apenas dos EUA, mas dos países da Opep e do mercado de eurodólares.

No primeiro semestre de 1978, o montante de créditos concedidos pelo mercado internacional representou cerca de US\$ 10 bilhões, o que significa um aumento de 48% frente à igual semestre de 1977. Esse avanço é quase que inteiramente devido à aceleração das atividades no mercado de euromoedas: no primeiro semestre, seus créditos totalizaram US\$ 33 bilhões, o que representa uma elevação de mais de 80% sobre os US\$ 18 bilhões de igual semestre do ano passado. No período analisado, o endividamento bruto dos países não-produtores de petróleo aumentou em US\$ 12,9 bilhões. Desse total, apenas os créditos obtidos pelo Brasil e México totalizaram US\$ 6,15 bilhões, o que representa 48% do total de novos créditos obtidos por esse grupo de países como um todo.

O que continuar fazendo com tanto dinheiro?

A essa questão, soma-se as necessidades de expansão das próprias empresas multinacionais e nacionais implantadas em território brasileiro. Como o excesso de lucros das empresas instaladas no centro-sul do país teve, principalmente em 1973/74, uma de suas válvulas de escape na especulação com as terras da Amazônia, agora, é necessário procurar novas áreas de investimento.

Buscando uma saída para o impasse - ainda que suas possibilidades possam ser restritas alguns setores - o governo do general Figueiredo coloca na expansão agrícola suas melhores esperanças. E, nesse ponto, está de acordo com os conselhos dados pelo último relatório do Banco Mundial. Segundo o documento, o déficit global de alimentos dos «países em desenvolvimento» deverá atingir 145 milhões de toneladas em 1990.

Textualmente: «as incertezas do comércio internacional e do fluxo de capitais no próximo ano colocam a necessidade de opções estratégicas aos países de Renda Média, os quais são mais sensivelmente afetados pelas condições da economia mundial. Na maioria desses países, os esforços para manter a tendência de crescimento dos ganhos da exportação deverão ser suplementados por medidas que ampliem, pela base, o mercado interno. Esse objetivo exigirá uma estratégia de crescimento equilibrada, que inclua a aceleração do desenvolvimento agrícola. Uma prioridade mais elevada, por sua vez, deverá ser dada aos investimentos na infra-estrutura física de apoio à agricultura, à criação de um sistema mais satisfatório de incentivos e preços relativos e ao aperfeiçoamento dos serviços de apoio».

Dentro da estratégia de «desenvolvimento» traçada para o governo do general Figueiredo, busca-se vender a idéia de que a expansão agrícola - prioridade número um da futura administração - viria beneficiar o pequeno produtor, baratear os produtos alimentícios e absorver milhares de bóias-frias expulsos do campo nos últimos anos.

Exatamente a estratégia adotada nesses últimos anos vem desmentir essas «boas intenções». Subordinado totalmente ao capital estrangeiro e às grandes empresas nacionais, beneficiados conjuntamente por uma soma astronômica de incentivos e créditos estatais, o «desenvolvimento» do país deve seguir a mesma tendência. Mesmo porque não se modificou substancialmente a correlação de forças que sustentou o «modelo» até agora. Somente a pressão cada vez maior da classe operária e de outras camadas assalariadas é que poderá se contrapor à essa evolução.

O avanço das multinacionais da agroindústria, dos fertilizantes e adubos químicos nos últimos anos não tem uma idéia de seu poder de barganha dentro da nova fase de expansão agrícola.

No Brasil, entre 1969 e 1974, os investimentos estrangeiros elevam-se em US\$ 6 bilhões. Segundo o estudo do professor Geraldo Muller, do Cebtrap, as maiores aplicações do período destinam-se à química pesada, com destaque para fertilizantes e adubos, vindo a seguir o setor alimentício. As inversões no setor de alimentos ganharam maior volume a partir de 1973/74, quando as aplicações se elevam de US\$ 191,4 bilhões para US\$ 285,6 bilhões. Segundo Muller, estes são, coincidentemente os anos de grandes investimentos no ramo industrial oleaginoso. «A expansão da cultura da soja nos últimos anos permitiu que o país se transformasse no segundo maior produtor mundial. Posição idêntica também passou a ser ocupada pela produção de óleos e farelos a partir da soja».

Em termos internacionais, a insistência do grande capital na chamada «revolução verde» pode ser parcialmente explicada apenas por um dado: no momento, o consumo de adubo atinge 56 quilos por capita nos Estados Unidos, em comparação com apenas cinco quilos na África. Se essa técnica de produção fosse generalizada, o mercado potencial que se abriria para os fabricantes do produto seria de 20 bilhões de toneladas, ou seja, um quarto de toda a produção mundial.

Ainda a nível mundial, em todas as atividades

A indicação de Delfim Neto para dirigir o Ministério da Agricultura no governo Figueiredo é a consagração final dos já anunciados planos oficiais de enfática dedicação ao desenvolvimento agrícola nos próximos anos. O ministro da fazenda no governo Médici, ex-embaixador do Brasil na França e o executivo nº 1 do chamado «milagre brasileiro», Delfim terá os poderes especiais de um super-ministro para acentuar a penetração do capitalismo no campo.

Um novo sonho, digno da fase do brilhante «milagre brasileiro». Quem lê os jornais, até se lembra de alguns anos atrás, quando belos projetos de ocupação da Amazônia absorveriam nordestinos famintos e desempregados.

O «sonho», agora, é a expansão da fronteira agrícola para o centro-oeste e a implantação de polos de colonização privada na Amazônia, além da modernização dos latifúndios. Tudo mecanizado e com a aplicação de adubos químicos, que é para «garantir uma maior rentabilidade da área cultivada». Apesar da mecanização, haveria lugar nesta versão recalcitrada de «milagre» para a absorção de milhares de bóias-frias - foco de tensão na periferia das cidades - e de pequenos e médios produtores expulsos do centro-sul, principalmente pela cultura da soja.

É não é apenas Robert McNamara, presidente do Banco Mundial, que vem insistindo, pedosamente, em tornar a fome do mundo e ampliar o mercado interno de alguns países «em desenvolvimento». Sua voz já encontrou eco no Brasil: Reis Veloso, do Planejamento, acaba de divulgar audaciosamente e resida entre um e três salários mínimos, na cidade e no campo. O plano, que será submetido ao general Figueiredo, beneficiaria também o pequeno produtor.

O «novo sonho» oficial está aí. Na prática, basta conhecer mais de perto o modelo agrícola brasileiro, sua subordinação ao capital internacional e as «realizações» mais recentes do setor para cair na realidade. A entrevista realizada por EM TEMPO com José Grazziano da Silva, professor do Departamento de Economia da Unicamp, esclarecedora a esse respeito.

«Acho difícil ocorrer a expansão agrícola para uma área distante como o centro-oeste, quando há muita fronteira interna a ser explorada. Há muitas áreas no centro-sul, que embora já tenham proprietário, ainda não são ocupadas produtivamente.»

Você acha que a expansão da fronteira agrícola para o centro-oeste tem condições de se realizar?

— Acredito que essa expansão não vai acontecer. Em primeiro lugar, porque o problema da agricultura capitalista nunca foi e não é de falta de produção, mas de excesso, de superprodução. Queimamos café em 1930 e hoje, jogamos leite para os porcos. Não é a falta de um produto alimentício que pode induzir a expansão para novas áreas de produção. A luta pela posse da terra decorre de três motivos principais. Primeiro porque ela é um meio de produção, o que não é essencial em termos capitalistas, pois a terra pode dar lucro fundamentalmente de outras duas formas: como reserva de valor, resistindo ao poder corrosivo da inflação e ainda dando uma taxa de lucro, e, função de especulação; como meio de acesso a outras formas de riqueza, como crédito barato, incentivos, fiscais, madeiras, minérios, etc.

Cite um exemplo concreto no caso do Brasil.

— A corrida pelas terras da Amazônia, principalmente em 1973/74, não se deu em função da falta de arroz ou de celulose no mercado. Mas, fundamentalmente, na busca de reserva de valor e de acesso potencial a outras riquezas. Como aconteceu naquela época, também agora acho difícil a expansão da fronteira agrícola para uma área distante como o centro-oeste, quando ainda há muita fronteira interna a ser explorada. Há muitas áreas no centro-sul, que embora já tenham proprietário, ainda não são ocupadas produtivamente. É o caso dos cerrados, bem mais próximos dos centros urbanos: as facilidades são maiores: as facilidades são maiores, pois há toda uma infra-estrutura (transportes, facilidades de comercialização, etc.) e técnicas agrícolas conhecidas (mapas de solo, experimentos de adubação de culturas, etc.). Essas condições permitem captar uma renda diferencial e um sobrelucro.

— João Carlos de Souza Meirelles, presidente da Associação dos Empresários da Amazônia, vem defendendo a implantação de polos de colonização privada na região, favorecendo o ingresso no mercado de faixas de população hoje marginalizadas, como os mini-fundiários do Nordeste e do Sul do país. O ministro do Interior, Rangel Reis, fala de um plano semelhante. Como você vê essa questão?

— Esse é realmente o chamado «negócio da China». Trata-se de materializar a possibilidade de lucro de 1.000% de parcela das terras compradas há alguns anos atrás pelas multinacionais e por empresários do centro-sul. No auge do ciclo da corrida pelas terras da AM - 73/74 - o excesso de lucro no centro-sul era tanto e as possibilidades de investir tão reduzidas, que a saída foi a chamada «expansão da fronteira agrícola».

Com a indústria completamente oligopolizada, era muito difícil expandir-se no setor. Para a Volkswagen, por exemplo, não era interessante fazer uma integração vertical da produção, passando a produzir desde o pneu até a lataria do carro. É mais fácil se trabalhar sob contratos de serviço com outras empresas porque se repassa os riscos de produção. Assim, se há uma crise no mercado de automóveis, é só a Volkswagon romper os contratos com as indústrias de auto-peças.

— Por que a escolha do setor agrícola?

— Porque era o único que não estava completamente oligopolizado, principalmente o controle da propriedade da terra. E a agricultura capitalista produz fundamentalmente lucro, não importa se sob a forma de produto (arroz, soja, etc.) ou de valorização imobiliária. A Volkswagon, por exemplo, comprou terras na Amazônia na base de 25 a 50 centavos o hectare. Hoje, elas valem Cr\$ 5 mil o hectare; quer dizer, houve um lucro de 1.000%. Além da valorização imobiliária a posse da terra permitiu o acesso a outros benefícios: dedução do imposto de renda, via incentivos fiscais, para aplicar na área - crédito barato, etc.

O que aconteceu com boa parte das empresas foi o seguinte: de 600 mil hectares adquiridos, desmatou-se dez, construiu-se um aeroporto para os técnicos do governo descerem e verem algumas cabeças de gado muito bonitas. Esse tipo de «viragem» foi construído com dinheiro de incentivo fiscal e, através dele, obteve-se crédito mais barato para desenvolver o projeto. Só que, muitas vezes, o crédito foi desviado para a sede das empresas no centro-sul, para funcionar como capital de giro.

— Mas essa valorização de 1.000% não é apenas teórica, já que dificilmente alguém esta-



Entrevista com o professor José Grazziano da Silva, da Unicamp.

— A possibilidade de reforma agrária no Brasil sempre esbarrou na profunda correlação de interesses entre o capital industrial e o agrícola. Agora, não estaria havendo um processo semelhante a nível do capital internacional?

No Brasil, a burguesia industrial - se é que podemos utilizar essa expressão - nunca teve o mínimo interesse na reforma agrária, porque é, ao mesmo tempo, a burguesia agrícola. De uns anos para cá, as multinacionais também passaram a comprar grandes latifúndios. Isso significa que o capital internacional se territorializou, isto é, seus interesses também passaram pela propriedade da terra.

— Na nova fase de expansão agrícola, qual quer que seja ela, você descarta a absorção do bóia-fria?

«Para desenvolver o capitalismo no campo o Brasil adotou a chamada via prussiana, da modernização conservadora, que pressupõe a lenta transformação do latifundiário num empresário rural. E a via dolorosa, além de ser muito mais lenta, seus custos sociais são muito mais altos: desvios de crédito, expulsão de mão de obra, pressão dos grandes proprietários sobre os pequenos produtores, etc.»

— A questão da absorção está muito ligada a uma idéia errônea e generalizada do que seja o bóia-fria. Na verdade, ele é um trabalhador rural parcialmente liberado da agricultura, que precisa de sua mão-de-obra em determinadas épocas, especialmente nas colheitas de produtos tropicais como a cana, o café e mesmo o algodão. Isso se explica porque a modernização dos lati-

fúndios se deu com a incorporação de tecnologia importada, com tratores John Deere iguais aos norte-americanos. Acontece que, quando esses tratores surgiram nos Estados Unidos, também apareceram a debulhadeira de cereais, a colhedora de trigo, etc. Nos países capitalistas avançados, a modernização da agricultura rebaixou uniformemente as necessidades de mão-de-obra em todo o ciclo agrícola, liberando-a totalmente para a indústria nascente.

No caso das industrializações tardias, como o do Brasil, não havia necessidade de tanta mão-de-obra, já que a indústria estava numa fase mais avançada de mecanização. Desse modo, a mecanização dos latifúndios não se explica por pressões da indústria por mão-de-obra, mas pela exigência de realização de lucro do setor de máquinas agrícolas.

Então, a questão fundamental é a seguinte: de um lado, a indústria não absorve o bóia-fria (pelo menos totalmente) e, de outro, a agricultura precisa dele em determinadas épocas do ano. Assim, ele é mão-de-obra de reserva para os dois setores.

Continuar o processo de modernização - e mesmo a expansão a área dos cerrados - o que tende a acontecer não é uma absorção do bóia-fria. Mas um grande aumento das migrações internas, «inchaço» das populações na periferia das pequenas e médias cidades, com aumento do sub-emprego. A absorção do bóia-fria estaria ligada a duas condições fundamentais: primeiro, que ele fosse totalmente liberado da agricultura, o que é impossível, pois a mecanização não atingiu todos os produtos e, mais que isso, não abrangia todo o ciclo de um mesmo produto; e segundo, que fosse totalmente absorvido pela indústria, que não tem condições de empregar todo esse contingente.

«A continuar o processo de modernização - e mesmo a expansão - para a área dos cerrados - o que tende a acontecer não é uma absorção do bóia-fria. Mas um grande aumento das Migrações internas, inchaço das populações na periferia das pequenas e médias cidades, com aumento do sub-emprego.»

— Qual a viabilidade de uma nova expansão da fronteira agrícola voltada para as exportações?

— Uma expansão desse tipo estaria ligada a um desequilíbrio temporário no mercado internacional. Entre 1972 e 1975, o avanço da plantação de soja foi brutal. Mas estava aliado a uma série de fatores conjunturais, entre eles a retração da produção norte-americana. Então, foi uma brecha que surgiu para o Brasil e é muito difícil elas acontecerem sempre e na magnitude necessária para garantir uma exploração extensiva do produto.

Além disso, a tendência a nível mundial é de uma retração cada vez maior da exportação de produtos agrícolas como matéria-prima para a indústria. Os investimentos estão se dando exatamente em áreas que substituem a produção agrícola, que está sujeita a inúmeros entraves: problemas de natureza climática, demora na maturação do ciclo de determinado produto, etc. E uma das maneiras de se aumentar a taxa de lucro é aumentar a velocidade de rotação do capital. Por isso, é muito melhor produzir borracha sintética do que plantar seringueiras; ou fabricar fio sintético para vestuário do que cultivar o algodão.

— E a indústria de alimentos?

— Ela não está interessada na produção de arroz, feijão, leite e carne «in natura», etc. Seu objetivo é fabricar enlatados, salsicha a partir da celulose (e não de carne suína), macarrão, leite pasteurizado, produtos congelados. De 1960 para cá, a porcentagem do arroz, feijão, etc. no orçamento familiar vem perdendo lugar para produtos como macarrão, farinha, enlatados, etc. Sem que isso represente uma melhoria alimentar, em termos de maior número de calorias.

— E a produção em larga escala para o mercado interno, desde que haja distribuição de renda?

— No conjunto da política agrícola, a produção de alimentos básicos - como o arroz e o feijão - vem sendo expulsa. O grande centro produtor de feijão era o Paraná, mas com a modernização agrícola e a cultura da soja, os pequenos produtores foram expulsos para o Mato Grosso, Goiás, etc. Na minha opinião, são esses pequenos produtores que vão continuar alimentando o pobre das cidades, sem condições de comprar produtos industrializados. Essa é uma das razões pelas quais não serem totalmente desalojados pela produção capitalista. Entre eles e o consumidor final, estão os oligopólios mercantis ou os grandes proprietários de terra, que se apropriam da maior margem de lucro. Assim, é o pobre do campo sustentando o pobre da cidade. A idéia agora discutida de se subsidiar a produção de alimentos em larga escala para o mercado interno é a de conceder créditos para a Anderson Clayton, Nestlé, etc.

Quanto à questão de se distribuir a renda, no caso das cidades isso afetaria só marginalmente a produção agrícola, pois o grosso da margem de lucro continuaria sendo apropriado pelos oligopólios mercantis. No caso do campo, distribuir renda é distribuir terra, mas não dividir a terra. Nos países onde a reforma agrária deu resultados, houve a formação de grandes cooperativas estatais. Esse seria um caminho, mas sua possibilidade de realização é política: depende do poder de organização dessas camadas de trabalhadores e não de qualquer solução do capital.



agro-industriais vamos encontrar a presença destas firmas: John Deere, Kaiser ou Massey Ferguson (maquinário agrícola); Dupon de Nemours ou Dow Chemical (adubos e produtos químicos); Ralston, Purina ou Monsanto (rações animais ou adubos); Beatrice foods Nestlé (leite e cremes).

A diversificação da linha de produtos e a extensão mundial das grandes multinacionais da agro-indústria pode ser ilustrada com um breve resumo de suas atividades.

BASF - disputa com sua concorrente - a Hoescht - o primeiro posto entre as empresas alemãs da área química e farmacêutica. Vende produtos farmacêuticos, vitaminas, anilinas, tintas, produtos fitossanitários, além de fitas magnéticas. A Basf Transatlântica do Panamá é a responsável pelos investimentos na América Latina. No Brasil, além da Basf Brasileira S/A Industrias Químicas, estão ligadas a Basf Internacional as seguintes empresas, entre outras: Isopur Indústria e Comércio de Plásticos S/A; Isopuro Corretora de Seguros Ltda; Glasurit do Brasil S/A Indústria de Tintas; e Companhia Riograndense de Adubos (CRA).

Ralston Purina 8 primeira fabricante mundial de alimentos para gado, também fabrica rações para aves e outros animais. Também opera com produtos na base de atum e com cereais. Na AL, tem filiais no México, Panamá e Brasil (Purina do Brasil Alimentos).

H. J. Heinz 8 produz sopas, Ketchup, alimentos infantis, atum, conservas, vinagres e outros produtos. Na AL, está no México, Venezuela, Argentina e Brasil, onde é representada pela Pommy's Alimentos Ltda.

Del Monte - é a maior produtora mundial de conservas de frutas e legumes. Opera ainda na distribuição de pescado e frutas desidratadas. Na AL, tem subsidiárias no México, Costa Rica, Guatemala, Venezuela, Equador e Brasil (Conservas Del Monte Ltda. e L. F. Legumes Frescos do Brasil Ltda.).

CPC International - primeira empresa mundial ligada à produção e comercialização do milho e seus subprodutos, mas também fabrica açúcar, xaropes, sopas e laticínios. É a detentora das marcas Mazzola, Maizena, Knorr e Hellmans. Tem subsidiárias em praticamente todos os países da Europa Ocidental, na Índia, África do Sul, Paquistão, Malásia, Filipinas, Tailândia, Hong Kong e Austrália. Na AL, está no México, Colômbia, Argentina, Peru, Uruguai, Chile, Honduras, Venezuela e Brasil (Refinações de Milho Brasil Ltda; Amylô Produtos Alimentícios e Domésticos Ltda; Refinações de Milho Nordeste Ltda. e a Maizena do Brasil S/A).

O pau continua a quebrar: é o Socialismo uma questão sideral? Tibério Canuto e a Tendência Socialista gaúcha... no debate sobre os rumos da conjuntura, que está pegando fogo!

Passou ou não passou o risco da divisão do espólio do MDB em um, dois, três, muitos partidos? A primeira vista sim. De repente o discurso ficou enfadonho e monocórdio, todos se mostram dispostos a continuar na agremiação emedebista.

Até mesmo os arautos de um partido socialista — ou de um movimento socialista amplo e legal — que enfiaram a viola no saco e, muito mais vencidos do que convencidos, aderiram ao canto geral. Porém, e sempre há um porém, buscam ressuscitar sua velha tese com uma roupagem nova: como não dá ainda para se articular um PS, o negócio é partir para uma tendência socialista dentro do MDB. E assim podem bater no peito: tínhamos uma proposta justa, ampla, correta e magnânima. Pena que a realidade não se tenha adequado a ela.

Mas isto pouco importa. De Minas Gerais o velho Benedito Valladares já nos ensinava que em política o que importa não são os fatos, mas as interpretações dos fatos. Deste modo, se os diversos núcleos que se articulavam em torno da formação de um partido socialista — ou de um movimento socialista legal — não conseguiram sair da casca do ovo e se nas eleições sofreram um forte revés, isto se transforma em algo de somenos importância, pois há desculpas para tudo. É só atribuir tais insucessos à hegemonia que os ideais liberais exercem sobre o conjunto da sociedade e à «santa aliança» que se formou contra o PS, da qual a maioria da esquerda comungaria, por ser renitente à idéia do socialismo. É fácil responsabilizar os outros pelos seus próprios fracassos.

As eleições e os socialistas Não é uma quimera insistir na tecla que os chamados «candidatos socialistas» acamularam pouca ou quase

Caro Editor Geral, Como colaboradores, simpatizantes e, muitos de nós, trabalhadores do jornal, sentimos na obrigação de responder o artigo de Tibério Canuto, no nº 44 do Em Tempo.

Este companheiro nos tem brindado, em números anteriores, com exemplares análises baseadas no senso comum, sempre condimentadas com tempero «popular», que nada têm a ver com a boa análise política. Esta, necessariamente, deve ir além do senso comum, do aparente ou do «dito popular», que normalmente encerra apenas meia verdade.

Agora, o companheiro se excede. Arvora-se em árbitro do que está certo ou errado na prática das oposições durante o pleito eleitoral, revivendo uma tradição de auto-suficiência e «donia da verdade» que achávamos já ter sido superada pela esquerda brasileira.

Manipulando meia dúzia de informações incompletas e superficiais, Tibério Canuto lança sanções a torto e a direito, dando o veredito final sobre as questões: quem defendeu o fim do regime, as liberdades democráticas e as melhores condições de vida, está certo: «ganhou as massas!» Quem não o fez, pecou pela direita ou pela esquerda, mas pecou. Merece castigo, punições e a condenação, «pelas massas», ao inferno do isolamento.

Oposição no cio Qual o critério de julgamento do nosso juiz-articulista? O velho e surrado chavão: «a prática é o critério da verdade», como um aval dos clássicos, mas ao gosto do freguês, incompleto e voluntarista, para justificar conclusões empíricas.

Se a «prática» usada como critério foi o pleito eleitoral, «as massas» «recusaram» Fernando Henrique e «apoiaram» Franco Montoro? E a votação de Miro Teixeira, beirando os 500 mil votos, não evidenciaria que a «prática» correta é o adesismo e é isso que «as massas» querem? Ou voto para opositorista adiestista não vale? «Quem nunca come mel, quando come se lambuzza», o dito popular, bem ao gosto do articulista, reflete perfeita-

“A articulação de um partido popular é uma tarefa inadiável”

Do exterior, onde está exilado há oito anos, Manuel Faustino dos Santos enviou à sucursal do Rio esta contribuição à polémica sobre a reordenação partidária. Ele vive como professor universitário e teve participação ativa nos movimentos oposicionistas de 64 a 70, ano em que teve de deixar o país. Segue seu texto.

Em primeiro lugar, é necessário fixar a importância da questão. De fato, o interesse demonstrado por figuras comprometidas com o regime militar e pelo próprio governo, na reorganização partidária levam muitas a considerar «aperturada ou inoportuna», do ponto de vista das forças populares, a organização de um partido político nacional e popular no Brasil.

Não tanto, se podemos dizer que, atualmente, não interessa ao povo, em geral, e à classe operária, em particular (1), o lançamento público de um partido popular se podemos dizer, que não interessa por funcionamento imediato um partido desse tipo, isto não significa, ou não deve significar, que a questão possa ser colocada num segundo plano ou, pior que tudo, não deva merecer atenção.

Tarefa inadiável A verdade é que a articulação de um partido popular é uma tarefa inadiável. A oportunidade de seu lançamento poderá e deverá ser definida pelos fatos populares. O essencial é não ficar a rebuque dos acontecimentos, não perder o iniciativa.

Considerações que pensar e articular um partido popular, hoje, com o processo de sua articulação, e uma tarefa central do conjunto das forças popula-

“Socialistas marçianos, deixem o mundo da lua e ponham o pé no chão!”

O Socialismo é antes de tudo a destruição do Estado burguês e a construção do Estado proletário. Falar portanto que as massas vão ou se estão mobilizando pelo socialismo é dizer que se coloca na ordem do dia a destruição do estado burguês para as amplas camadas populares. Só quem está na estratosfera, insisto, é que pode chegar à conclusão de que o nível de consciência do povo já chegou a este grau. Falar assim num movimento socialista de massas é uma abstração. É hora sim de dar um balanço nos resultados das iniciativas dos chamados núcleos socialistas, para exatamente não fazer o que eles fizeram — como a Convergência Socialista, o PS e a Tendência Socialista do MDB gaúcho.

nenhuma força eleitoral e que, no bloco das esquerdas, fortaleceram-se os candidatos populares que privilegiaram a luta contra o Governo e por melhores condições de vida. Mesmo correndo o risco de pisar nos calos alheios, é forçoso repetir: a turma do «corte socialista» ignorou o nível de consciência e de organização das camadas populares e optou por «agitar» um programa socialista, criando assim uma nova categoria: a dos socialistas marçianos. Ou seja, os que vivem na estratosfera.

Não porque o socialismo se tenha transformado numa palavra maldita e quem a pronunciasse estaria fadado ao insucesso. O erro dos que ficaram nas nuvens e dos que propunham um partido socialista foi não compreender que a proposta de um programa que «diresionasse» para o socialismo não contava com um mínimo de base social. E aí estão os resultados que não deixam espaço para interpretações capciosas. E mais. Privilegiaram «a agitação» de tal programa, da seguinte maneira: ao escolher os ditos candidatos socialistas o que pesou como critério fundamental foi a disposição de tais candidaturas aceitarem um «programa socialista» ou as articulações do PS — pouco pesando as avaliações sobre que contribuições elas trariam à luta contra o regime militar. Em outras palavras, o que importava era saber que espaço tal ou qual candidatura trazia para o proselitismo de quem propunha o corte socialista, deixando-se de lado até se tal ou qual candidato tinha condições de levar o programa adiante, se contava com base social e política.

Há casos onde só foi possível encontrar candidato com tais requisitos para

Tibério Canuto

a Assembleia Estadual e o resultado não poderia ser outro: simplesmente não apoiou ninguém privilegiadamente porque nenhum candidato a deputado federal levantava a questão do socialismo, apesar de existirem opções que se definiam firmemente no combate ao regime militar. E o mais grave: em Minas Gerais e no Rio a questão das eleições para o Senado transformou-se em questão de foro íntimo, uma vez que os ditos candidatos socialistas ou seus comitês não se posicionaram sobre as candidaturas de Tancredo Neves e Nelson Carneiro — quando não descartaram para o voto nulo. Simplesmente ignoraram que, apesar do fisiologismo destes dois candidatos, a sua vitória era uma derrota para o regime e que caberia aos socialistas não só levá-las adiante como colocarem-se à sua frente para dar-lhes nitidamente o caráter de uma campanha antitidular. E não venham dizer que isto não era possível, pois no Rio setores da esquerda puxaram o Nelson Carneiro para as ruas. Como é possível qualificar tais erros de puramente técnicos e que não são decorrentes de uma visão estreita que não coloca no centro de sua política o combate ao regime militar, a conquista das liberdades democráticas e da melhoria das condições de vida? Os fatos estão aí e, ao contrário da máxima de Valladares, eles não permitem interpretações variadas.

Brincar de avestruz Apesar de tudo, insiste-se em brincar de avestruz. Já que não é possível articular o PS — ou melhor, já que se foi derrotado e não se tem forças para

tal — parte-se para outra: formar uma corrente dos socialistas na agremiação emedebista. E aí vem a dica: miremsen no exemplo da Tendência Socialista no Rio Grande do Sul.

Péssimo conselho. Do ponto de vista de base social e política, a Tendência do Rio Grande do Sul pouco ou quase nada representa e, rigorosamente falando, tem menos força do que muitas tendências do movimento estudantil. Duvidam? No ato de sua fundação contou apenas com uma centena de pessoas, a esmagadora maioria das quais estudantes e profissionais liberais. Ou seja, nem de longe chegou aos pés da Convergência Socialista e conta tão-somente com um parlamentar, que, coincidentemente, teve a sua votação diminuída em relação a 1974, quando ainda não era membro da Tendência. Isto não nos falar que como proposta política a TS nestes últimos meses oscilou entre o PS, um PT e o MDB. Ou seja, para ela o que importa não é qual agremiação, no parlamento, pode contribuir para o avanço da luta popular, mas qual delas abre espaço para a existência da Tendência.

É hora sim de dar um balanço no que deram as iniciativas dos núcleos socialistas. Mas exatamente para não fazer o que estes núcleos fizeram. Vejam no que deu a Convergência — e que não se tente minimizar isto pelo fato de os convergentes serem os «fugateiros do socialismo» —, as iniciativas dos chamados núcleos de intelectuais que articulavam o PS, e no que é a Tendência do RGS. Transplantar esta experiência para o plano nacional levará à construção de uma tendência socialista do MDB, mas a



A redação (por motivo de espaço) se reserva o direito de publicar apenas trechos de artigos recebidos. Mas solicita que os correspondentes façam um esforço para não ultrapassar 30 linhas de texto datilografado. E mais: solicita-se que os correspondentes, na base de 30 linhas por linha, deem seus nomes e endereços completos.

O movimento socialista

Fala-se num movimento socialista. O que se entende por isto ainda é meio pantanoso. Uns falam na aglutinação de socialistas de todos os matizes — sociais — democratas, socialistas cristãos e socialistas marxistas. Outros falam apenas num movimento de socialistas marxistas e há ainda quem fale num movimento socialista de massas. Todas as três propostas pecam pela base. A primeira por acreditar ser possível uma unidade estratégica entre concepções antagônicas sobre o socialismo. De tudo o que se conhece, onde o socialismo se implantou, se passou por uma intensa luta teórica e prática contra a concepção social-democrata, que em última instância nada tem de socialista e perpetua o capitalismo ainda que sob uma nova roupagem.

Falar num movimento socialista legal que aglutine só marxistas dá até arrepio, de tão louca e isolacionista que é esta proposta. Resta então a indagação: é possível um movimento socialista de massas? E só é possível respondê-la verificando se as camadas populares estão se mobilizando, ou não, na presente conjuntura, em torno do socialismo. E não venham dizer que o programa socialista se corporifica em quatro pontos que têm sido apresentados, englobando as bandeiras democráticas, a melhoria das condições de vida, a estatização dos monopólios estrangeiros e a distribuição de terras. Tudo isto foi feito no Portugal pós-revolução de abril e nem assim Portugal se transformou num país socialista. Dito de maneira mais clara, tal programa pode ser concretizado ainda nos quadros do capitalismo.

O socialismo é, antes de tudo, a

destruição do Estado burguês e a construção do Estado proletário. Falar portanto que as massas vão ou se estão mobilizando pelo socialismo é dizer que se coloca na ordem do dia a destruição do Estado burguês para as amplas camadas populares. Só quem está no mundo da lua pode chegar à conclusão de que o nível de consciência das camadas populares já chegou a este nível. Falar, assim, num movimento socialista de massas é uma abstração. E continuar no espaço sideral.

Pondo os pés no chão, o nível da consciência popular se dá em outro plano inferior: na luta por melhores condições de vida, de conquista das liberdades democráticas, do fim do regime autoritário. E o movimento que é possível formar terá inevitavelmente tais objetivos. Ainda que bandeiras como a Constituinte, liberdade sindical, liberdade partidária, fim do arrocho salarial não sejam «socialistas» e sejam factíveis nos quadros da sociedade capitalista, elas representam importantes ganhos para as camadas populares, cabendo aos socialistas batalhar pela sua consecução e colocar-se à frente de um movimento popular com tais objetivos.

No plano do parlamento, o que tem que fazer é o mesmo. Não se trata de confinar os socialistas numa reduzida tendência — uma espécie do bloco do «eu sozinhos», que fique pregando no deserto. Trata-se, isto sim, de construir, dentro do MDB, um bloco popular de parlamentares capaz de levar consequentemente a luta contra o regime militar, fazendo com que nesta prevaleçam os interesses populares. Ainda que não seja este bloco o fator decisivo na luta contra o regime. Isto não exclui a luta contra as concepções da direção emedebista e contra as suas oscilações. Nem leva à conclusão de que há ilusão de que o MDB é o ariete que vai por fim ao regime militar.

“Comeu o mel da luta parlamentar e se lambuzou”

A Tendência Socialista do MDB gaúcho responde ao jornalista Tibério Canuto: o resultado das eleições de novembro deixou muitos opositoristas no cio, pois descobriram agora o Parlamento como forma de luta e estão eletrizados. Não são os socialistas que estão no espaço sideral, como diz o articulista, mas são as luzes do parlamento burguês que ofuscam a sua cabeça. Para saber se existem condições objetivas no país para a expressão política dos socialistas, basta a leitura de algum Anuário Estatístico que ilustre o desenvolvimento das forças produtivas no país.

mente sua análise atual. Ou seja, o resultado eleitoral deixou muitos setores «no cio», pois descobriram o Parlamento como forma de luta e estão eletrizados, correndo o risco de uma guinada, agora para a direita.

Isso se reflete no próprio desdém com que são tratados os setores de esquerda que pregaram o voto nulo — nesta eleição, inclusive, engrossados pela Igreja em vários locais —, cuja existência não pode ser escamoteada em qualquer análise séria. Em cidades como São Paulo e Campinas, por exemplo, seus percentuais continuaram elevados, exigindo de nossa parte uma reflexão mais séria do que o simplista «não vamos perder tempo com eles».

Mas o principal endereço do artigo é outro. O objetivo do autor, fundamentalmente, é criticar aqueles setores — entre os quais nos incluímos — que buscam hoje concretizar uma alternativa que vá além dos limites orgânicos do MDB: sejam os que pregam um PS ou, como nós, os que defendem a manutenção, na atual conjuntura, da unidade da «frente das oposições», mas matizada nitidamente em suas várias colorações.

Para tanto, não teve muito critério em esclarecer quem é quem nessas tendências: todos são a mesma coisa. Todos efetuaram um «corte socialista», todos estão «no espaço sideral» da política. Todos tiveram resultados

desastrosos. Qual o termômetro privilegiado para isso? A cabeça, o impressionismo subjetivo do autor.

Querelas da esquerda

De nossa parte, não estamos na estratosfera. Defendemos como bandeiras de luta o fim do regime, as liberdades democráticas e melhores condições de vida para os trabalhadores: agora, para nós isso não é contraditório, mas está profundamente vinculado com a questão do socialismo, enquanto programa e organização política para as classes populares.

Pela argumentação do artigo, o horizonte político do autor restringe-se às querelas localizadas numa esquerda que durante muito tempo limitou-se aos meios universitários, auto-considerando-se o centro da vida política do país.

Para nós, o fim do regime militar, a luta pelas liberdades democráticas e melhores condições de vida são insuficientes na atual conjuntura como eixo de intervenção das oposições. Elas precisam estar articuladas com alternativas orgânicas que as viabilizem.

Um bom número, proporcionalmente maior ao dos candidatos indicados pelo autor como os «corretos» em SP e RJ, defendeu esse ideário em sua campanha política no Rio Grande. Agora, qual a garantia de continuidade orgânica e programática dessa campanha, no

sentido da participação de base das classes populares? O MDB, como um todo, manterá seus compromissos eleitorais? Como distinguir os «candidatos populares» do todo, para o conjunto da população?

Essa é a questão que precisa ser equacionada. E é isso que o autor não responde em seu artigo.

Como se distinguirão os dez deputados citados que se elegeram em SP, «com tal mensagem», do conjunto do MDB paulista? Dizendo a cada momento: «Olhem, não esqueçam, eu sou um dos dez...»? Como vão articular sua ação parlamentar e, principalmente, a unidade num trabalho de base?

E a «Frente Eleitoral Popular» do RJ, sabidamente heterogênea, se manterá com tendência organizada dentro do MDB carioca? Realmente, o autor «comeu mel e se lambuzou». O MDB não é um simples momento eleitoral, não se esgota nisso. O MDB são milhares de vereadores, de lideranças partidárias do interior, centenas de parlamentares e, principalmente, uma origem, um passado, um programa e uma estrutura que estão distantes dos interesses históricos dos trabalhadores.

Leitura eleitoral

Mas, vamos aos argumentos arrolados para provar os «resultados desastrosos» das correntes socialistas.

Para Tibério Canuto, dinheiro, televisão, condições materiais para uma campanha são «questões técnicas» que não servem de argumento para candidatos socialistas derrotados ou eleitos com votações pequenas. E para os outros servem?

No RS, a Arena, por exemplo, candidatou quatro secretários de Estado, dois diretores de autarquias financeiras e o comandante da Brigada Militar. Será que toda a máquina administrativa, os funcionários públicos à disposição da campanha, as verbas públicas utilizadas, o «clientelismo» deslavado e a corrupção eleitoral que a

Arena lançou mão são «questões técnicas»?

Os candidatos populares, que no RS defenderam exatamente o programa «correto», não fazendo o «corte socialista», André Forster e José Ivo Sartori, apenas para citar dois casos, mesmo com as boas votações alcançadas não se elegeram. Em compensação, José Fogaça e Ibsen Pinheiro, igualmente combativos, mas sem a tradição política e o vínculo popular dos dois primeiros, foram os mais votados pelo MDB. Como a «lógica» política do articulista explica esse fenômeno? Será apenas uma «questão técnica» os dois últimos terem colunas diárias na imprensa e serem conhecidos em programas de TV?

Aqui chegamos à principal questão, esta sim essencialmente política e que não aparece na ótica caolha e limitada do autor. Como pode Tibério Canuto ser tão taxativo em suas conclusões do pleito eleitoral, quando este ocorre sob um regime ditatorial que dura quase 15 anos, com um bipartidarismo imposto, sem rádio e televisão, com uma violenta alienação política e de participação coletiva impingidas diariamente a toda a sociedade?

Como se pode, sem incorrer no ridículo, querer analisar os acertos e os erros, a maior ou menor implantação, o maior ou menor saldo orgânico dos setores de esquerda que participaram das eleições, absolutizando dessa forma o simples resultado numérico das urnas? Somente fazendo uma leitura burguesa e eleitoralista de um processo castrado.

Afinal, quem está no mundo da lua?

Não são os socialistas que estão no «espaço sideral» mas são as luzes do parlamento burguês que confundem a cabeça do articulista.

Quanto à existência de condições objetivas no país para a expressão política dos socialistas, dispensemos os leitores de enumerações enfadonhas. Ao autor recomendamos a leitura de algum Anuário Estatístico que o ilustre sobre o desenvolvimento das forças produtivas no país. Sobre as condições subjetivas, lembramos a Tibério Canuto que trinta anos atrás o Partido Comunista do Brasil foi o quarto partido mais votado na Constituinte de 1946. Evidentemente minoritário, mas o quarto partido político em eleitores. E, certamente, não foi por estar na «estratosfera» nem por ser minoria que foi colocado na ilegalidade pelo Estado burguês...

Finalmente, o que mais nos espantou no artigo é que o autor não é um simples colaborador do jornal mas seu diretor-presidente e este semanário em seu nº 26, de 27.08.78, ao definir seus rumos editoriais, aprovados por quase unanimidade (16 votos contra 1 no Conselho Editorial e Administrativo) afirmava:

«Assim, o espaço político aberto pela conjuntura vem permitindo desde já a combinação mais precisa das lutas pelas liberdades democráticas com a questão do socialismo e oferecendo oportunidades para uma relativa articulação dos socialistas. Neste contexto, o jornal adotará como ponto de sua linha editorial a tarefa de subsidiar o processo de articulação deste movimento socialista, contribuindo para o intercâmbio e debate entre todas as forças que se inscrevem nesta perspectiva».

Há realmente alguém em órbita no espaço sideral, confiamos que EM TEMPO continue com os pés na terra e em suas definições editoriais.

Porto Alegre, 3 de janeiro de 1979. SECRETARIO EXECUTIVO TENDENCIA SOCIALISTA DO MDB/RS

grupos ou organizações políticas e sindicais, este mesmo movimento social não ganha consequência política, sequer atinge o horizonte das questões políticas sem um programa político, sem uma direção política.

A história recente da luta dos povos contra a exploração e a opressão revela esta linha de forma bastante evidente. O povo em luta é um partido político que programe, participe e dirija esta luta sob os aspectos essenciais das lutas populares vitoriosas. Face aos estados-maiores da exploração e da opressão, políticos e militares, face aos partidos políticos antipopulares, é fundamental que o povo organize o seu partido, um partido político, baseado em um programa definido politicamente, um partido popular pelo seu conteúdo e sentido de seu programa e pelo respeito de suas bases sociais, é um partido nacional pela sua atitude de firme defesa dos interesses nacionais e pelo âmbito de sua ação.

Como caminhar em direção à constituição desse partido? Como articular, desde já, este projeto? Como antipassar-se aos políticos, claramente comprometidos com a exploração e a opressão e que buscam, já, a sombra do governo e com apoio ostensivo da máquina publicitária, articular pseudopartidos populares, que servirão, mais uma vez, para enganar o povo? Como impedir que os Magalhães da vida os Delírios da vida, homens que viveram esses 14 anos comendo no grande banquete da opressão e da exploração, surjam como líderes populares, dirigindo partidos que nascem, inevitavelmente, como formações simpáticas às reivindicações populares? Como começar? Que fazer? (2)

Os centros da luta

No âmbito dessa pequena artigo, desentramos insinuar sobre dois pontos que consideramos funda-

mentos na articulação necessária, atualmente em curso.

Em primeiro lugar, a luta pela construção de um partido político nacional e popular deve centrar-se no desdém de um programa político mínimo que unifique as correntes que participam já da luta popular.

Este programa não deve ser um rol de reivindicações — não devemos, face à necessidade de um programa, assumir a atitude do dono de casa diante da despensa vazia. Não se deve incluir no programa tudo o que falta, mas aquilo que é indispensável à realização dos interesses populares na atual etapa que atravessa o movimento popular. E sem perder de vista que um programa político para o povo também precisa ser suficientemente amplo e flexível, para poder enquadrar-se com o desenvolvimento da própria luta. Ou seja: um partido político, nacional e popular, deve ter «centros de luta» que se descubrem em pontos concretos, pois o próprio movimento popular em sua dinâmica, irá mostrando a possibilidade de generalização desses ou daqueles pontos (tarefa, por excelência, do partido do povo).

Três centros de luta apareceram-nos como decisivos neste momento:

- a luta pela democracia — o ponto central desta luta é condição indispensável para que os vitoriosos alçados sejam duradouros, é a liberdade de organização política e sindical para o povo. Partidos políticos e entidades sindicais livres são fruto e consequência de uma democracia onde o povo possa, efetivamente, aprofundar suas conquistas e direitos.
- a luta pela justiça social — que se materializa, hoje, na luta contra o arrocho salarial e pela melhoria de condições de vida para o povo.
- a luta pela independência nacional — a luta antimperialista radical, a denúncia de «massas» econô-

micas e culturais do imperialismo internacional, a luta contra a assimilação de nosso povo e de nossa pátria pelo imperialismo.

São três centros de luta. Três reivindicações políticas centrais. Não quer dizer que esgotem o programa da luta do movimento popular. Por exemplo, a luta pela democracia compreende também a luta pela justiça, ampla, geral e irrestrita, a luta pelo desativamento do aparelho repressivo, etc. O que se quer, ao definir centros de luta, não é proclamar esgotar o «arsenal» de lutas, que é e deve ser a nível local e regional, muito mais rico. O que se quer, simplesmente, é delimitar pontos gerais que unifiquem o movimento popular e que sirvam como referências orientadoras para o conjunto das lutas populares.

A este propósito programáticas. O essencial é que a discussão relativa à construção de um partido político de povo concentre-se em torno de propostas programáticas. E não fique girando, como oeru no roda, em torno de nomes de personalidades, de quem entrou ou saiu. Ainda que, insistimos, isso não significa o desprezo ou a substituição pela conquista de adesão e da participação de líderes populares que tenham conquistado, em sua prática, o respeito e a consideração do povo. Mas a luta tem que ser travada em torno de propostas programáticas. Para que as divergências possam ser ricas, politicamente. E para que o partido do povo possa surgir forte politicamente.

Frente política

Em segundo lugar, e ao lado da discussão programática, gostaríamos de insistir num ponto, também essencial: é que o partido político nacional e popular terá de partir da constatação da diversidade de forças políticas que se gestaram e se desenvolveram dentro do próprio movimento popular. Organizações

(1) As expressões «classes e movimento popular» referem-se aqui ao conjunto das classes e setores sociais que não vieram dependentes fundamentalmente da sua existência. A livre associação do conjunto do movimento popular e de povo, representa o largo social historicamente, mas consequentemente é decisivo na luta contra o aparelho de exploração. As relações entre a classe operária e os demais setores populares constituem um todo fundamental que não cabe, entretanto, abordar no âmbito desse pequeno artigo.

(2) Insistimos, se devemos evitar a tese do «luminoso» mecenato, não devemos abrir a mão, isto não ocorre de todo, ou sequer que a ditadura não despreze um dia com atos de força e lutas armadas.

Café: a febre trás a fome.

Foram as geadas que ocorreram nesta década que estimularam a expansão do café para outras áreas do País, tirando do Centro-Sul a quase exclusividade do seu cultivo. E a Bahia foi uma das escolhidas, experimentando, desde 1971, uma espécie de «febre do café», a ponto de se estimar que atualmente, somente na região de Vitória da Conquista, envolvendo cerca de 13 municípios, existam aproximadamente 50 milhões de covas. Em 1978 a colheita deve ter chegado a 300 mil sacas.

E o importante, para aqueles que raciocinam estritamente nos marcos do desenvolvimento capitalista, é que não houve substituição da pecuária, atividade dominante da área onde o café está se implantando, o Planalto Baiano, e, sobretudo a região de Vitória da Conquista.

«A pecuária, ao contrário de se extinguir, passou a ser confinada e definindo-se mais pela pecuária leiteira», explica José Ferreira, técnico da Cooperativa Mista de Vitória da Conquista. Na verdade, na maioria dos casos, nos lugares onde estão os cafezais atualmente antes só se viam matas. De certa forma, para recuperar uma expressão da República Velha, no plano econômico a região baseia-se numa bem sucedida política do café com leite.

A Cooperativa Mista vem incentivando os seus associados já há algum tempo para construírem armazéns de benefício e estoque de café visando a preparação do produto para a comercialização, não somente para o mercado interno, como também para o mercado externo.

Atualmente o IBC — Instituto Brasileiro do Café — ainda não compra o café de Conquista. Anteriormente, 90 por cento dos cafeicultores não conheciam o cultivo do café envolvendo técnicas modernas e a mão-de-obra especializada na região é muito escassa. Contudo, mesmo assim, duas companhias, a Rovell, de capital inglês, sediada em Salvador, e a Ermínio Bozzo, de capital italiano, sediada no Rio de Janeiro, disputam entre si o produto ainda «mal acabado». Calcula que apenas 10 por cento do café sejam distribuídos entre pequenos compradores da região.

«Muita gente aqui, nessa região toda, ou abandonou por medo, ou saiu a troco de banana da sua terra e foi trabalhar de alugado no café. É por isso que a fome aumentou tanto depois que chegou o café»

E em Vitória da Conquista, cidade que hoje já deve ter superado a casa dos 150 mil habitantes, quase que uma metrópole regional, os técnicos do café ou os setores médios considerados progressistas afirmam que para os trabalhadores a chegada do café foi muito boa, sobretudo porque lhes garantiu a fixação na própria região. A cidade tem uma forte tradição oposicionista, sendo inclusive administrada, há duas gestões, por prefeitos do MDB autênticos.

A verdade é que, entre os trabalhadores do café, a cantoria é bem outra, bem menos eufórica, evidenciando a exploração.

«Os ricos comprando as terras enganando o pobre homem oferecendo trabalho. Prá depois matar de fome o café é conhecido como a grande divisa. Enriquece os fazendeiros. Deixa os pobres sem camisa»

O cancionero popular da região já canta em prosa e verso o seu desencanto pelo tão anunciado progresso da região, enquanto no mundo do capital, tudo não passa de questões de cifras, produção e mercado. Muitos trabalhadores perderam suas terras porque as venderam a preços baixos. Desapareceram as pequenas propriedades e com elas também se foram os gêneros de subsistência. As verduras, as frutas, o feijão, o milho e a própria farinha estão praticamente extintos na região. A própria carne de boi, outrora abundante e por isso mais barata, com o aprimoramento da pecuária leiteira, está custando hoje por volta de Cr\$ 70 o quilo, enquanto que a diária do trabalhador rural não chega a Cr\$ 45.

Nas matas do Pau-Brasil, entretanto, situadas a 30 quilômetros de Vitória da Conquista, já no município de Barra do Choça, onde as terras férteis são capazes de despertar a ambição de qual-

quer cafeicultor, aproximadamente 120 famílias dão uma nota dissonante no coro fúnebre das lamentações contra a «guerra do café»:

«Não aceitamos fazer como Zé de Chico, Pedro Vieira, Mané Bodinho e outros que largaram tudo que tinham com medo de lutar para não perder os seus direitos de plantar, e foram depois morar, lá na Conquista, na beira da rua, passando fome. Muita gente aqui, nessa região toda, ou abandonou por medo, ou saiu a troco de banana da sua terra e foi trabalhar de alugado no café. É por isso que a fome aumentou tanto depois que chegou o café. No princípio, houve até muita alegria porque tinha ganho certo, mas depois que sumiram todos os roçados, o café ficou mesmo ruim».

«Acredite, moço, que um fazendeiro já fez toda sorte de miséria, ameaça e perseguição com o povo daqui. Laudelino, desgostoso, enforcou-se. Clemência e Jacinto morreram de susto no coração, quando viram as roças invadidas. Intimação, nem se conta mais, é pra mais de cem.»

«Nós moramos aqui no Pau-Brasil desde que nascemos e já temos mais de 50 anos, mas tem gente muito mais velha do que nós aqui — relata o posseiro José Pedro. Depois dessa estória de café apareceu por aqui um tal de Germano Souza Neves, de uns seis anos para cá, dizendo que tinha comprado a fazenda e agora todo mundo teria que sair, ou então aceitar uma mudança lá pras terras da picarra. Nós nem aceitamos sair, nem tampouco ir pra picarra. Acredite, moço, — continuam os posseiros a contar — que toda sorte de miséria, ameaça e perseguição esse homem já fez com o povo do Pau Brasil. Laudelino, desgostoso, enforcou-se. Clemência e Jacinto morreram de susto no coração, quando Germano invadiu as roças e tocou fogo nas casas. Intimação nem se conta mais. É pra mais de cem».

«Justiça nem se fala. Nunca se viu uma coisa que é pra proteger os direitos do povo andar tão devagar e fazer «vista grossa» a tanta judiação — prosseguem. Aqui já houve onze prisões por conta da polícia sem ordem do juiz. Gente que foi presa já duas vezes, algemado. O velho Domingos já foi espancado. Numa briga que os jagunços do Germano vieram fazer aqui, tentaram matar Jesuino. Já perdemos a conta de quantas roças foram pipinadas de facão, na presença dos donos que ficavam presos debaixo da mira dos revólveres dos jagunços de Germano. Pelo menos cinco casas de famílias foram incendiadas. Cerca, nem se conta mais. Esse caso do Pau Brasil moço, tá falado no Brasil inteiro. Nós tamo vendo a hora de assuceder uma desgraça aqui dentro, porque Germano não é dono dessas terras e, até hoje, num apareceu uma só autoridade que cortasse as asa dele. Nós posseiros não podemos sair daqui pra ir morrer de fome na cidade, como está acontecendo com tanta gente aqui».

Como a história do Pau Brasil, outras tantas são relatadas por moradores das Pedrinhas, Alto Maron, Campo, Flamengo e outros bairros populares de Vitória da Conquista, onde se refugiou a população vinda do campo. «Zé de Góia» não tem outro assunto a não ser lamentar-se da dureza da vida que está enfrentando e o arrependimento de ter deixado o roçado de 45 hectares que vendeu a um fazendeiro de café por Cr\$ 40 mil.

Outra resistência verifica-se no Saquinho, localidade a cerca de 10 quilômetros de Vitória da Conquista. Lá, os moradores não aceitaram vender as suas terras e preferiram continuar os seus plantios de frutas, verduras e legumes para vender depois na cidade. As terras, além de serem muito férteis, são beneficiadas pelas Estrada do Café, recentemente asfaltada. Contam os moradores, que, antigamente, eles plantavam abacaxi em larga escala, cultura que foi abandonada mais tarde em função do aparecimento de pragas, cujo combate era muito difícil. Embora as pressões fossem muito grandes para que vendessem as suas terras eles preferiram

Com a expansão do plantio do café para outras áreas do país, na Bahia os técnicos garantem com ufanismo que a chegada da nova lavoura foi muito boa para os trabalhadores, sobretudo porque lhes garantiu a fixação na própria região. Mas os próprios lavradores pensam de maneira diferente

**Bahia.
Denúncia.
Reportagem.**



«Aqui, já houve onze prisões por conta da polícia, sem ordem do juiz. O velho Domingos já foi espancado. Pelo menos cinco casas de famílias foram incendiadas. Nós tamo vendo a hora de assuceder uma desgraça aqui dentro, porque Germano não é o dono destas terras e até hoje não apareceu uma só autoridade que cortasse as asa dele».

intensificar os mutirões, as roças comunitárias e o tempo que sobrava eles ocupavam prestando trabalho assalariado nos cafezais que circundam o Saquinho.

Dura mesmo é a vida dos bóias-frias da área. «Não tenho ganho certo, moço, nem sou empregado de ninguém, mas trabalho todos os dias», diz Vitorio da Silva, um dentre as várias centenas de trabalhadores habituados a esperar, na madrugada, o caminhão que os leva para alguma fazenda de café. «Assim que começou o plantio de café aqui na região de Conquista — continua Vitorio — resolvemos vender a nossa terrinha em Anagé e com o dinheiro compramos este barraco que o senhor está vendo».

«Já faz seis anos que estamos aqui. Plantamos muito café nessas fazendas da redondeza, mas a vida da gente não melhorou muito. Nem mesmo meus filhos conseguiram estudar porque o ganho é sempre mincho e eles sempre foram comigo para as fazendas em vez de ir para a escola. A gente pensava que o ganho ia aumentar e depois sobrava qualquer coisa que ajudasse para eles estudarem», conta Vitorio.

Vitorio da Silva é dentre as várias centenas de trabalhadores que já estão habituados a levantar-se às três da madrugada, acordando os filhos menores e a própria companheira. Esquentam um pouco de água para fazer um café, enquanto dirige-se a um canto da cozinha para dividir a farinha guardada num saco. Um pouco para cada

mochila porque pode ser que na hora do almoço estejam em lugares diferentes. Mas não é só farinha pura, vai também um pouco de sal para misturar. A carne nem sempre tem porque «na semana que o ganho é muito fraco demais» não dá pra comprar e aí é só farinha com sal mesmo.

Daí, vai-se logo para a esquina do Bar Ouro Verde, porque os caminhões não tardam a chegar. Assim, o dia no Alto Maron, nas Pedrinhas, no Flamengo, no 1º de Maio e outros bairros periféricos de Conquista amanhece mais cedo do que no centro. Pelas quatro e cinco horas da manhã, o movimento já é intenso nas ruas. E não há privilegiados. Mulheres de qualquer idade e mesmo grávidas tem de subir nas carrocerias do mesmo modo que os homens. Nesse caminhão vão também crianças de 7 e 8 anos pra trabalhar ou mesmo crianças de braço porque as mães não tendo com quem deixá-las, se vêem obrigadas a levá-las consigo e, lá no roçado, colocá-las debaixo de uma moita próxima.

«Aqui não há contrato. O acerto é o preço da lata de café e pronto. O mais é na empreitada. O preço da lata atualmente varia entre sete e dez cruzeiros. Os direitos nem se fala. A comida é por nossa conta. Quando os trabalhadores resolvem trabalhar mais, para ganhar um pouco mais no dia, tem gente que nem senta para almoçar, explica Vitorio.

Dura mesmo é a vida dos bóias-frias. Mulheres de qualquer idade, mesmo grávidas têm de subir nas carrocerias do mesmo modo que os homens. Nesse caminhão vão também crianças de 7 a 8 anos ou mesmo crianças de braço, porque as mães, não tendo com quem deixá-las, se vêem obrigadas a levá-las consigo, e lá no roçado, colocá-las debaixo de uma moita próxima.

Dona Maria Sabrina diz que é muito comum os trabalhadores serem acometidos de febres, dores de cabeça, gripe e fraqueza. Queixam-se de tanto ficar expostos ao sol, trabalhando horas a fio em plantios recém-pulverizados de defensivos. As intoxicações são frequentes.

Mas, afóra os problemas da exploração salarial, há outras consequências. Dona Maria Sabina, em torno de seus 55 anos, já quatro apanhando café, diz que é muito comum os trabalhadores serem acometidos de febres, dores de cabeça, gripe e fraqueza. Queixam-se de tanto ficar expostos ao sol, trabalhando horas a fio em plantios recém-pulverizados de defensivos. As intoxicações são frequentes não só entre os trabalhadores que aplicam os inseticidas ou imunizantes, quanto nos que vão realizar a cata logo em seguida à pulverização.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Vitória da Conquista, segundo os trabalhadores, «está punindo pelos grandes». Agora mesmo, nas eleições, a diretoria colocou o carro do Sindicato à disposição da campanha do deputado arenista João Alves de Almeida, com auto-falantes e tudo. Os trabalhadores preferem fazer as suas reivindicações na Justiça por conta própria, porque o sindicato sempre acaba aceitando as propostas dos patrões. No caso do Pau Brasil, por exemplo, o Sindicato diz que «está do lado do governo e por isso não pode ficar contra Germano».

Com a penetração acelerada do capitalismo na região, fundamentado quase que exclusivamente na exploração da mão-de-obra assalariada, numa área de pequena tradição de trabalho dessa natureza, os trabalhadores são apanhados ainda desarticulados, conhecendo pouco ou quase nada de legislação trabalhista e procurando dar o máximo de si para o aumento da produção, recebendo em troca apenas o necessário para viver. Com um aparelho de Estado voltado tão somente para a proteção das empresas e com um sindicalismo pelego, dificilmente, no momento, os trabalhadores do café poderão experimentar o mesmo ufanismo que experimentam os setores médios e altos da região.

(Sucursal de Salvador)

Leitor acusa:

Piriás assassinados friamente

A história

Eles ainda tentaram se safar, sendo que o primeiro embarcou-se no arame que separa o leito férreo do pasto ao lado, morrendo ali crivado por centenas de balas, e o outro ainda correu uns 50 metros em direção ao rio, caindo no mato totalmente arrebatado pelos projéteis (largando até dentes e pedaço da mandíbula no chão).

Procuraram de toda maneira esconder o assassinato sujo, não deixando as pessoas que moram por perto se aproximarem e cobrindo com ramos os cadáveres até a sua posterior retirada. Mas para as pessoas que ouviram os disparos tudo foi muito claro, pois só se ouviu rajadas de metralhadora. Os únicos disparos ouvidos de arma não automática foram tiros de revólver, algum tempo depois da fuzilaria principal e que certas pessoas dizem que foram dados por certo policial de Sete Lagoas no rosto dos cadáveres.

É interessante frisar que a fuzilaria fez uma verdadeira «roçada» no mato e que a selvageria não ficou só por conta das armas de fogo, pois certas pessoas de Beltrão comentam que quando do enterro em cova rasa, alguns policiais na sua

fúria assassina desfecharam facadas, por puro sadismo, nos corpos já quase totalmente mutilados pelas balas.

Na minha curta estada por aqueles lados pude, pela boca do povo e pela visita ao local do assassinato, ver muita coisa estranha. O caso está muito mal contado. O sangue, o mato marcado pelas balas, e dentes no chão, eu vi. E mais: quem viu os «Piriás» antes de serem fuzilados afirma que só portavam uma espingardinha fuleira e não armas sofisticadas como carabinas — segundo a versão policial. Os revólveres que tinham foram tomados em Conria no primeiro incidente.

No sentido de se clarear as coisas, de mostrar as coisas como elas realmente aconteceram é que faço a denúncia. Os «irmãos Piriás» são vítimas do arbitrio e da violência que baixou sem dó em cima deles: vítimas do medo e de um sistema repressivo criados para coagir todos nós. São vítimas da injustiça e da escuridão que tentam nos impor a ferro e fogo; vítimas, como milhares de outros, de toda essa estrutura econômica, política e social que nos foi imposta, principalmente a partir de 64.

«Quando do enterro em cova rasa, alguns policiais na sua fúria assassina desfecharam facadas, por puro sadismo, nos corpos já quase totalmente mutilados pelas balas»

Peço, pois, que vocês da imprensa procurem a verdade, que façam um levantamento de tudo o que aconteceu, desde o princípio, desde a primeira prisão, as primeiras torturas, a perseguição implacável, a violência policial e a sede de sangue. Mandem repórteres a Lassance para que averiguem, perguntem, mas com jeito porque atualmente a comarca de Pirapora vive sob o fantasma da violência policial — a violência policial, os assassinatos policiais, a repressão policial é estupenda naqueles cantos.

Peço também que publiquem minha carta, e que denunciem todas estas mentiras, toda esta violência, não como fato isolado mas como coisa rotineira que é. Acho que é questão de honra para a imprensa a publicação da versão real dos fatos.

Assinado: Edil A. Silveira
Belo Horizonte

BELO HORIZONTE, 2 DE JANEIRO DE 1979

SR. DIRETOR

Por achar que o homem deve ser respeitado, por achar que é dever de todos nós a denúncia constante e firme do arbitrio e das mentiras do poder constituído é que resolvi escrever-lhe.

Na segunda-feira, dia de Natal, foram mortos no Norte de Minas Gerais os «irmãos Piriás». A Polícia Militar de Minas Gerais soltou uma nota oficial comunicando o fato e tentando explicar as circunstâncias da morte dos dois homens. As mentiras tomam conta soberbamente de toda a nota, desde o respeito que a polícia diz ter pela vida humana até a descrição do local do incidente.

A nota também é mentirosa na citação do local e na explicação do incidente. Não sei porque cargas d'água dizem que os «Piriás» foram mortos em Beltrão (município de Corinto). Apesar de terem sido enterrados lá (antes da chegada da perícia técnica), eles foram mortos próximo a uma pequena residência da Central do Brasil (Turma 20, do Riacho Seco) localizada no leito da ferrovia que liga Belo Horizonte-Pirapora (km 916). Esta «turma» está localizada a apenas 3 km da cidade de Lassance, com arca de Pirapora, Minas Gerais.

Final, o que houve?

A «coisa» se deu, como dizem, por volta das cinco horas da manhã de Natal. Dias antes, depois de localizados próximo a Conria (município de Corinto) e atacados por policiais, os «irmãos Piriás» conseguiram escapar fugindo para o Norte. A PM, sabendo que eles não conheciam aquelas paragens do sertão, fez o bloqueio da linha férrea, próximo a Lassance. A ferrovia deveria servir para os «irmãos» como orientação. E realmente a polícia jogou com as cartas certas.

Logo que o dia começou a clarear, os dois homens foram vistos por vaqueiros de uma fazenda nas proximidades do local do massacre. Ainda bem perto desta fazenda foram vistos por um homem que vinha de Lassance, isto a menos de 1 km do local do incidente. Os policiais (não sei quantos) estavam na tocaia dentro das casas pertencentes a R.F.F.S.A. e de tanques de água, junto a estas casas. Dizem que os «Piriás» se aproximaram andando pelo leito da linha férrea e quando junto das casas pararam, colocaram os sacos que tinham às costas e a espingarda no chão e rumaram a uma das casas. Tão logo se aproximaram a polícia iniciou o fogo. Foi fuzilamento sumário, pois pelo próprio dizer dos policiais a ordem não era prender, era «lixar».

EM TEMPO